

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS

LUCIANO DE PONTES PAIXÃO

**PEDERASTIA E PEDOFILIA NA GAIE FRANCE:
UMA CRÍTICA SOBRE A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES
EM UMA REVISTA PUBLICADA NA DÉCADA DE 1990**

RIO DE JANEIRO
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS

LUCIANO DE PONTES PAIXÃO

**PEDERASTIA E PEDOFILIA NA GAIE FRANCE:
UMA CRÍTICA SOBRE A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES
EM UMA REVISTA PUBLICADA NA DÉCADA DE 1990**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social
Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação
Orientador: Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias

RIO DE JANEIRO
2018

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

P142 Paixão, Luciano de Pontes
Pederastia e pedofilia na Gaie France: uma crítica sobre a produção de subjetividades em uma revista publicada na década de 1990 / Luciano de Pontes Paixão. -- Rio de Janeiro, 2018.
157 f.

Orientador: Francisco Ramos de Farias.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2018.

1. Pederastia. 2. Pedofilia. 3. Subjetividades. 4. Memória. 5. Movimentos Sociais. I. Farias, Francisco Ramos de, orient. II. Título.

LUCIANO DE PONTES PAIXÃO

**PEDERASTIA E PEDOFILIA NA GAIE FRANCE:
UMA CRÍTICA SOBRE A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES
EM UMA REVISTA PUBLICADA NA DÉCADA DE 1990**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Memória Social.

Aprovada em 25/04/2018

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias – Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dra. Lobelia da Silva Faceira – Membro Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Rafael Chaves Vasconcelos Barreto – Membro Externo
Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos meus pais, pelo apoio, carinho e dedicação na construção de minha trajetória pessoal e acadêmica e a todas as crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de abuso sexual.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Creusa de Pontes Paixão e José Pereira Paixão (já falecido), pelo apoio e incentivo que sempre demonstraram em relação aos meus estudos.

Ao meu orientador, Francisco Ramos de Farias, por ter me acolhido na UNIRIO e pela confiança em mim, bem como pelas orientações e sugestões.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, em especial aos professores das disciplinas que eu cursei por terem contribuído com ensinamentos que favoreceram ao meu autoconhecimento e influenciaram na elaboração do meu trabalho: Diana de Souza Pinto, Jô Gondar, Ricardo Salztrager, Sofia Débora Levy, Vera Dodebei, Evelyn Goyannes Dill Orrico, Edlaine de Campos Gomes e Lobelia da Silva Faceira.

Aos professores, Lobelia da Silva Faceira e Rafael Chaves Vasconcelos Barreto, por aceitar o convite de compor a minha Banca apontando valiosas contribuições que enriqueceram a minha dissertação.

Ao Departamento Técnico-Especializado e a Direção da Imprensa Braille do Instituto Benjamin Constant, em especial a Ana Luisa Mello de Araújo, Jefferson Gomes de Moura e Paula Márcia Barbosa, por terem me liberado para assistir as disciplinas do mestrado.

Aos meus amigos do Instituto Benjamin Constant por terem contribuído com conhecimentos, incentivos e trocas de experiências: Elaine Souza da Silva, Cláudia Lúcia Lessa Paschoal e Hylea de Camargo Vale Fernandes Lima.

A Maristela Dalmolin, minha amiga, pelos momentos de desabafo e incentivo para o meu ingresso na UNIRIO, no campo da Memória social.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

PAIXÃO, Luciano de Pontes. *Pederastia e pedofilia na Gaie France: uma crítica sobre a produção de subjetividades em uma revista publicada na década de 1990*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2018.

Este trabalho tem como objeto de estudo a Gaie France, uma versão portuguesa de uma revista francesa, lançada em junho de 1992 e publicada até dezembro de 1993. A Gaie France apresentava narrativas envolvendo a juventude, o homoerotismo e a nudez de crianças e de adolescentes. Além disso, a revista mostrava uma forte preocupação em constituir uma memória coletiva de pederastas e pedófilos. Com essa perspectiva, a Gaie France concedia um valor significativo à cultura grega antiga e a outros períodos históricos, realizava uma seleção rigorosa dos modelos (do sexo masculino, jovens, brancos e magros) e discriminava as pessoas que estavam fora desse padrão. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo principal realizar uma análise crítica sobre a produção de subjetividades nas edições da revista Gaie France, por meio de suas narrativas. A partir de uma investigação qualitativa, analisamos oito edições publicadas entre junho de 1992 a dezembro de 1993 e buscamos responder as seguintes indagações: Quais as características da Gaie France e de que forma a memória era constituída na revista e com qual propósito? As abordagens e técnicas utilizadas foram: a investigação narrativa, os estudos semióticos e o agrupamento das seções em categorias. Foi possível perceber que a Gaie France buscava uma identificação com os leitores para influenciá-los em suas subjetividades e que a mídia contribuía para o processo de lembrança e esquecimento. A revista reunia doze características importantes em sintonia com projetos culturais, estéticos e memoriais mais amplos, desempenhando neles um papel ativo. A memória era representativa de um instrumento de luta visando reivindicar direitos sociais e políticos.

Palavras-chave: pederastia, pedofilia, subjetividades, memória, movimentos sociais.

ABSTRACT

PAIXÃO, Luciano de Pontes. *Pederasty and pedophilia in Gaie France: a critique on the production of subjectivities in a magazine published in the 1990s*. Dissertation (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2018.

This paper has as object the Gaie France, a Portuguese version of a French magazine, launched in June 1992 and published until December 1993. Gaie France presented narratives involving the youth, homoeroticism and nudity of children and adolescents. Moreover, the magazine showed a strong concern in constituting a collective memory of pederasts and pedophiles. From this perspective, Gaie France gave a significant value to ancient Greek culture and other historical periods, made a rigorous selection of models (male, young, white and skinny) and discriminated people who were outside this pattern. Thus, this paper had as main objective to carry out a critical analysis on the production of subjectivities in the editions of the magazine Gaie France, by means of its narratives. Based on qualitative investigation, we analyzed eight editions published between June 1992 and December 1993 and tried to answer the following questions: What are the characteristics of Gaie France and what way was the memory constituted in the magazine and for what purpose? The approaches and techniques used were: narrative research, semiotic studies and the grouping of sections into categories. It was observed that Gaie France sought an identification with its readers to influence them in their subjectivities and that the media contributed to the process of remembrance and forgetfulness. The magazine reunited twelve important characteristics associated with cultural, aesthetics and memorials larger projects, performing an active role in them. Memory was representative of an instrument of struggle aiming at claim social and political rights.

Keywords: pederasty, pedophilia, subjectivities, memory, social movements.

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1: Símbolo utilizado pelas associações pedófilas <i>Boylover</i> e <i>Free Spirit</i>	100
Imagem 2: A arte de educar na Grécia antiga	113
Imagem 3: A arte de educar na Grécia antiga	113
Imagem 4: Erotismo envolvendo jovem e adulto.....	113
Imagem 5: Sólon	113
Imagem 6: Estátua grega.....	114
Imagem 7: Idealização de corpo masculino	114
Imagem 8: Pastores de Arcádia	114
Imagem 9: Zeus e Ganimedes	115
Imagem 10: Professor e alunos	115
Imagem 11: Colégio, Inglaterra, século XIX	115
Imagem 12: Alunos em atividade, século XIX	116
Imagem 13: Alunos em atividade, século XIX	116
Imagem 14: Escotismo.....	117
Imagem 15: Jovens fardados como militares	117
Imagem 16: Jovens fardados como militares	117
Imagem 17: Festas cívicas	117
Imagem 18: André Gide	118
Imagem 19: Harun al-Rashid	118
Imagem 20: Homoerotismo na Grécia antiga.....	119
Imagem 21: Arte homoerótica da Grécia antiga	119
Imagem 22: Capa da edição número 1.....	120
Imagem 23: Capa da edição número 2.....	120
Imagem 24: Capa da edição número 3.....	120
Imagem 25: Capa da edição número 4.....	120
Imagem 26: Capa da edição número 6.....	121
Imagem 27: Capa da edição número 7.....	121
Imagem 28: Capa da edição número 8.....	121
Imagem 29: Capa da edição número 9.....	121
Imagem 30: Capa ed. n. 30 da Gaie France Magazine	121
Imagem 31: Modelo com nudez frontal.....	122
Imagem 32: Modelo com nudez frontal.....	122

Imagem 33: Modelo com nudez frontal.....	122
Imagem 34: Modelo com nudez frontal.....	122
Imagem 35: Criança e estátua grega	123
Imagem 36: Ensaio fotográfico com jovem nu	123
Imagem 37: Ensaio fotográfico com jovens nus	124
Imagem 38: Ensaio fotográfico com jovens nus	124
Imagem 39: Fotógrafo e seus modelos	124
Imagem 40: Caixa com fotografias antigas	126
Imagem 41: Realismo e naturalismo.....	126
Imagem 42: Sensualidade e liberdade de rapazes	127
Imagem 43: A pesca e o banho de mar	127
Imagem 44: Sensualidade em reproduções de pintura.....	127
Imagem 45: Sensualidade em reproduções de pintura.....	127
Imagem 46: O contador de histórias e crianças.....	128
Imagem 47: Relação pederástica	128
Imagem 48: Relação pederástica.....	128
Imagem 49: Criança feliz.....	129
Imagem 50: Criança e sua atividade de lazer	129
Imagem 51: Criança e sua atividade de lazer	129
Imagem 52: Criança em atividade adulta	129
Imagem 53: Jovens e a própria sexualidade	130
Imagem 54: Criança com corpo de adulto.....	130
Imagem 55: Jovem sedutor.....	130
Imagem 56: Adulto e jovem de cueca.....	131
Imagem 57: Adulto e criança sem roupa	131
Imagem 58: Criança e adulto, ambos com ereção	132
Imagem 59: Violência de adulto com criança	133
Imagem 60: O policial e a Lei	133
Imagem 61: Sociedade e o trauma	134
Imagem 62: Interrogatório	135
Imagem 63: Funcionários da justiça	135
Imagem 64: Vídeo erótico com adultos.....	136

Imagem 65: Álbum de fotografias com crianças	136
Imagem 66: Mapa da Gaie France	136
Imagem 67: Paganismo e representações sociais	137
Imagem 68: Leitores da Gaie France	138

LISTA DE ABREVIACOES

ABIG	Associao Brasileira de Imprensa Gay
AIDS	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i>
DSM	<i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders</i>
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FANE	<i>Fédération d'Action Nationale et Européenne</i>
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
ILGA	<i>International Lesbian and Gay Association</i>
IPCE	<i>International Pedophile and Child Emancipation</i>
NAMBLA	<i>Nort American Man/Boy Love Association</i>
NOSS	Núcleo de Orientao em Saúde Social
NPE	Nós Por Exemplo
OMS	Organizao Mundial de Saúde
RS	Representaes Sociais
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.0 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA	20
1.1 Revista: uma história de amor com o leitor	24
1.2 Revista, corpo e erotismo	31
1.3 Movimentos sociais e as publicações homoeróticas	39
2.0 PEDERASTIA E HOMOEROTISMO	52
2.1 Juventude, beleza e pederastia na Grécia antiga	52
2.2 Homossexualidade, corpo e nudez na Grécia antiga	61
2.3 A pederastia e o homoerotismo em outros tempos e lugares	64
3.0 PEDOFILIA	73
3.1 Pedofilia: um fenômeno antigo	73
3.2 Pedofilia: um fenômeno multifacetado	75
3.3 As reivindicações do movimento de ativismo pedófilo	88
3.4 Associações pedófilas	97
4.0 ANÁLISE DA REVISTA GAIE FRANCE	103
4.1 Seções Diversas	103
4.2 Imagens	112
4.3 Leitores	137
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	152

INTRODUÇÃO

A Gaie France Magazine era uma revista francesa que buscava uma conexão com seu público, oferecer cultura e informação e conquistar a leitura de suas edições por um número maior de leitores. Fundada em 1986, pelo jornalista, editor e tradutor Michel Caignet, foi publicada até o ano de 1993. A publicação era vendida na França e em outros países: Québec, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo (edições francesas), Portugal e Brasil (edições portuguesas).

A versão portuguesa, com o título Gaie France, foi lançada em julho de 1992 e a sua última publicação foi em dezembro de 1993. A Gaie France era bimestral e coordenada por portugueses. Estes incluíam assuntos informativos e de entretenimento pertinentes a Portugal e ao Brasil. Porém, o que alimentava de fato a revista eram os artigos científicos, poemas, contos traduzidos e as imagens, todos esses conteúdos retirados da versão francesa. Deste modo, acreditamos que a versão francesa não só serviu de inspiração, como também de base estrutural para a versão portuguesa¹.

Mas o que a Gaie France trazia de tão inusitado? Durante a trajetória da revista, constatamos uma preocupação e um constante debate com questões envolvendo a juventude e o homoerotismo. As fotos das capas e as imagens publicadas no seu interior chamam a nossa atenção por dar ênfase no desejo homoerótico, explorando a sensualidade e a nudez de rapazes muito jovens, o que nos deixa, em alguns momentos, em dúvida, se eles tinham mais de 18 anos na época da publicação das imagens. Além disso, é comum encontrar frases nas edições do tipo: “uma estética da juventude” e “O corpo do jovem adolescente representa a beleza absoluta”². Já em outras imagens, não temos dúvidas, a revista publicava fotos de crianças. Acreditamos ser relevante incluir, aqui, a informação de que a revista Gaie France Magazine (versão francesa) foi acusada por “incitamento à pedofilia” e proibida a sua venda para menores de idade na França³.

Outra informação que consideramos relevante é que no contexto da revolução sexual (década de 1950) surgiu um movimento de ativismo pedófilo reivindicativo em vários países e que existe até os dias atuais. O movimento busca a aceitação social da pederastia e da pedofilia e a sua desclassificação das listas oficiais de doenças e transtornos mentais. Curiosamente, as pessoas que fazem parte desse movimento social – homens e mulheres, das

¹ Constatamos isso, com a análise de duas edições da Gaie France Magazine: n. 30, Juillet, França, 1992 e n. 34, Novembre, França, 1992.

² Revista Gaie France. n. 6, abr. e mai., Portugal e Brasil, 1993, p. 21.

³ Decreto ministerial de 27 de maio de 1992. (França)

mais variadas orientações sexuais, como, heterossexuais, homossexuais e bissexuais e de diversas áreas: filósofos, médicos, cientistas e políticos – dizem repudiar a ideia de violência para a aquisição do prazer sexual com uma criança ou adolescente e pregam ser natural o envolvimento sexual de pessoas, independentes de suas idades, desde que haja o mútuo consentimento⁴. O ativismo pedófilo esforça-se para conseguir mais visibilidade e apresenta argumentos, inclusive pesquisas científicas, para que sejam abolidas as leis que criminalizam a prática sexual com pessoas de idade inferior ao mínimo legal estabelecido. Podemos mencionar, adicionalmente, outra informação relevante, várias associações pertencentes a esse movimento, nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990, utilizavam as revistas como instrumentos políticos visando publicar seus ideais e, conseqüentemente, obter visibilidade e reivindicar direitos (VERHOEVEN, 2007)⁵.

Cabe esclarecer que somos veementes contra qualquer tipo de crime sexual, principalmente contra crianças e adolescentes. Devemos admitir que este tipo de abuso sexual ocorre em contextos de relações assimétricas de poder, em que há uma desigualdade tanto de idade quanto no grau de maturidade. Os menores são submetidos a situações que não correspondem ao seu desenvolvimento psicológico e corporal. Rodrigues (2008) complementa que, quando o menor é inserido em atividades sexuais inapropriadas para sua idade, gera-se uma agressão na evolução saudável de sua sexualidade e de sua vida social como um todo, causando sequelas afetivas e cognitivas de repercussões incalculáveis para o desenvolvimento futuro desse jovem.

É importante sinalizar também que a Gaie France dava muita importância aos contextos históricos e demonstrava uma forte preocupação em constituir uma memória representativa que englobava os interesses sociais, políticos e histórias de vida importantes para os responsáveis pela construção da revista e seus leitores. A revista selecionava os conteúdos considerados relevantes para serem registrados e, certamente, isso tinha articulação com as demandas de sua época. A propósito, a memória não é algo pronto e acabado. Na verdade, a memória é constituída em processos dinâmicos no meio social. Logo, recorrer ao passado implica construir uma interpretação sobre ele, disputar significados e desencadear ações. Isto nos permite dizer que as relações de poder, os conflitos sociais, as questões afetivas e temporalidades fazem parte da constituição de memórias. Além destes, a memória é

⁴ Estupro de vulnerável: Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos. Esta Lei do Código Penal Brasileiro decreta que o menor é incapaz de consentir uma relação sexual com um adulto.

⁵ Atualmente, o movimento de ativismo pedófilo utiliza os sites como meio de comunicação.

seletiva e negociada entre seus criadores, levando a ideia de que lembranças e esquecimentos são duas faces de uma mesma moeda e que estão presentes na constituição da memória. Conforme Gondar (2016, p. 29) depreende-se a seguir,

Para que uma memória se configure e se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da seleção ou da escolha: a cada vez que escolhemos transformar determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegamos muitos outros ao esquecimento. Isso faz da memória o resultado de uma relação complexa e paradoxal entre processos de lembrar e de esquecer, que deixam de ser vistos como polaridades opostas e passam a integrar um vínculo de coexistência paradoxal.

Levando em consideração as informações expostas até este momento, esta dissertação tem como objetivo principal realizar uma análise crítica sobre a produção de subjetividades nas edições da revista *Gaie France*, por meio da análise de cinco seções e das imagens, publicadas entre junho de 1992 a dezembro de 1993. Com este recorte temporal pretendemos responder as seguintes indagações: Quais as características da *Gaie France* e de que forma a memória era constituída na revista e com qual propósito?

Consideramos relevante destacar qual a nossa relação com a revista e o que nos mobilizou a realizar esta pesquisa. Ingressei no curso de mestrado com outro objeto de estudo, a *Revista Memória LGBT*. Esta possui uma forte preocupação em constituir através de uma memória da comunidade LGBT. No segundo semestre de 2016, eu estava cursando a disciplina “Seminário de Pesquisa” do PPGMS. Fui orientado pela Lobelia da Silva Faceira, professora da disciplina, a entrar em contato com o responsável da *Revista Memória LGBT* para solicitar autorização para realizar o estudo, conforme o Comitê de Ética em Pesquisas, porque a mídia apresenta uma restrição de estudos científicos e exige o pedido de solicitação para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. A solicitação foi indeferida pelo coordenador da revista. Diante disso, precisei encontrar outro objeto de estudo para dar continuidade ao mestrado. Foi quando o meu orientador, Francisco Ramos de Farias, me apresentou os números da revista *Gaie France*, material utilizado em outra pesquisa. Levei as edições para casa, li com calma, mas a princípio não encontrei motivação em pesquisá-las. Contudo, posteriormente, ao investigar os casos crescentes de abusos sexuais e de violência contra crianças e adolescentes, através da imprensa, na sociedade e em que contexto a revista estava inserida, constatei que era importante analisá-la com o intuito de identificar seus traços mais significativos relativos à temática.

Convém ressaltar que, no caso da Gaie France, não é necessário solicitar autorização porque a revista, além de ser de acesso público, não apresentava nenhuma condição restritiva em relação a pesquisas acadêmicas. Assim, os materiais utilizados nesta pesquisa são as edições de número 1 ao 9, com exceção do número 5. Essas edições foram escolhidas porque foram as que tivemos acesso e serão analisadas de forma sequencial, porque alguns assuntos estendiam-se em outras edições. Isso nos permitirá entender como acontecia o diálogo entre os responsáveis que elaboravam a revista e os leitores.

A presente pesquisa se caracteriza como uma investigação qualitativa. Nesse tipo de pesquisa, é possível obter e analisar dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo. Flick (2009, p. 29) nos mostra que “as pessoas, as instituições e as interações são envolvidas na produção de realidades nas quais elas vivem ou ocorrem, e que esses esforços produtivos se baseiam em processos de produção de sentido”. Neves (1996) acrescenta que a pesquisa qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, ou seja, o pesquisador procurará entender os fenômenos, segundo as perspectivas dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situará sua interpretação do problema em análise. Sendo assim, umas das características desta pesquisa são: o caráter descritivo e o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador.

E dentre as abordagens qualitativas, optamos pela investigação narrativa porque essas são ferramentas valiosas para os estudos no campo da memória social. “O objetivo da análise narrativa é mostrar como as pessoas compreendem a sua experiência vivida e como a narração desta experiência lhes dá condições de interpretar o mundo social e sua atuação dentro dele”, esclarecem Gill e Goodson (2015, p. 219). De forma semelhante, Larrosa (1996) pontua que a narrativa é uma modalidade discursiva, na qual os discursos produzidos e mediados no interior de determinadas práticas sociais, passam a construir a nossa história, a dar sentido a quem somos e a quem são os outros.

Para Winck (2007), são inumeráveis as vias de acesso à análise das narrativas. É possível analisar as palavras, as ações, a textualização com as quais as narrativas se apresentam, em seu arranjo textual, os temas propriamente ditos e a sua relação com as condições socioculturais de sua produção. O que desperta interesse na narrativa como método é o seu potencial de reproduzir as experiências de vida, tanto pessoais como sociais, com riqueza de detalhes e cheias de sentidos.

Além desses fatores, este método de investigação possui uma especificidade importante: a temporalidade. Segundo Thomson (1997, p. 57), “[...] ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos ser no presente e o que gostaríamos de ser” no futuro, ou melhor, as narrativas são construídas no presente, mas remete as experiências vivenciadas no passado, com projeções para o futuro.

Podemos ir mais além e dizer que as narrativas são construídas e expressas também por outras linguagens não verbais. Desde os tempos mais antigos, os seres humanos utilizam as imagens para expressar seus sentimentos, sua interpretação a respeito do mundo e para produzir conhecimento e memória às gerações futuras. Portanto, as imagens desempenham um papel importantíssimo na construção de sentidos. Joly (2007) reforça a ideia de que as imagens são instrumentos de expressão e comunicação e se constituem sempre uma mensagem para o outro e que, para melhor compreendê-las, é necessário investigar para quem as representações visuais foram produzidas. Por esse motivo, optamos também utilizar, nesta pesquisa, os estudos semióticos objetivando extrair o máximo de informações possíveis das imagens. Santaella (2012, p. 19) explica que “a Semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido”. A autora ainda esclarece que semiótica é o estudo dos signos. Para ela, “o signo é uma coisa que representa outra coisa: seu objeto. Ele só pode funcionar como signo se carregar esse poder de representar, substituir uma coisa diferente dele” (SANTAELLA, 2012, p. 90). Buscaremos, então, identificar os signos – que consistem em todos os elementos que representam e carregam significados e sentidos atribuídos nas imagens –, os objetos e decifrar, de acordo com o contexto da Gaie France, como as pessoas interpretavam as coisas e o mundo.

A partir disso, pretendemos analisar e interpretar as narrativas publicadas nas edições da revista Gaie France. Gomes (2012, p. 80) destaca as particularidades do processo de análise e interpretação,

[...] na análise o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando relações entre as partes que foram decompostas e, por último, na interpretação – que pode ser feita após a análise ou após a descrição – buscam-se sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado.

Para analisar e interpretar adequadamente a Gaie France torna-se necessário o desmembramento de seus conteúdos em categorias (GIL, 2008). Esse agrupamento é útil para

entender as peculiaridades de como se organizam as edições. Dessa forma, mapeamos as seções da Gaie France e depois agrupamos os conteúdos em três categorias: 1) Em **Seções Diversas** estão inseridas as seções com um caráter informativo, de entretenimento e de comunicação com o seu público alvo: *Carta do diretor/coordenador*, *Editorial* e *Entre Nós*. 2) Na categoria **Imagens** – que inclui fotografias, desenhos e reproduções de pinturas – colocamos as representações visuais com mais elementos significativos das edições, desde a capa até a última página da revista. 3) A categoria **Leitores** pertence às seções que davam voz aos leitores: *Mala Posta* e *Cartas*. As cinco seções e as imagens foram escolhidas pelo motivo de que estes elementos oferecem os dados que precisamos para responder aos nossos questionamentos. Após esse processo, cada categoria será analisada separadamente, e buscaremos as relações entre essas partes decompostas para, finalmente, interpretar todo o material coletado.

Vale registrar aqui alguns comentários pertinentes. Deixamos de fora, nesta pesquisa, os artigos científicos por não se enquadrarem no recorte da pesquisa para este estudo. Não temos a intenção de analisar a diagramação da revista, isto é, não buscaremos examinar como os elementos (textos, fotos, ilustrações, legendas) eram organizados nas páginas, os tipos e tamanhos de letras, etc. Em fotografias que aparecem crianças e adolescentes sem roupas, preferimos ocultar os corpos desses jovens para não chocar o leitor e para não caracterizar apologia a pedofilia. As narrativas encontradas nas seções apresentam alguns erros na escrita. Por essa razão, decidimos corrigi-los e adequá-los ao novo acordo ortográfico.

Acreditamos que os discursos construídos e divulgados na revista são narrativas ricas em subjetividade e que mantêm relações com identidade, memória, ideologia, conflitos e relações de poder, exercendo, portanto, um papel fundamental na orientação de condutas e práticas sociais, além de excluir e incluir, fatos, sujeitos e/ou grupos. Ademais, a Gaie France fez parte da realidade brasileira no início da década de 1990. Independentemente de ter uma circulação restrita no Brasil, sendo vendida em algumas bancas de jornal, a mídia recebia cartas de leitores brasileiros. Estas eram selecionadas e publicadas na seção “Cartas”.

A Gaie France se constitui uma amostra de como as temáticas eram representadas por uma parcela da sociedade e pela mídia no início da década de 1990. A revista é um importante documento que ainda não recebeu um tratamento analítico. Gil (2008) indica que os documentos de massa são muito valiosos por alguns motivos: possibilita a aquisição de fonte de dados para a pesquisa social; proporciona o conhecimento do passado histórico e, conseqüentemente, nos ajuda a entender os mais variados aspectos da sociedade atual;

possibilita investigar e identificar transformações na cultura, na política e também em relação a valores sociais.

Com esses dados, podemos dizer que as edições da Gaie France são restos ou objetos representativos de um passado de um determinado grupo, carregados de histórias e lembranças. De acordo com Debary (2010, p. 38 e 39), um objeto “guarda consigo uma história que é retomada com ele”, é um testemunho que funciona como um transmissor de história que é reativado com as lembranças que o objeto traz ao sujeito ou a sociedade. Dito isto, percebemos que os objetos funcionam “como ‘pontes’ de uma memória coletiva ou individual” (DEBARY, 2010, p. 33). Para o autor, os objetos podem ser compreendidos, não como acessórios, mas como atores sociais. Ele acrescenta que através do objeto podemos ter acesso ao sujeito. Sabemos que a história é cheia de lacunas. Por isso, ao encontrar um objeto, tentamos imaginar a história do objeto e, quanto mais sabemos sobre ele, podemos compartilhar o passado dos objetos.

Baseados nisso, a presente pesquisa foi desenhada de forma que nos permita conseguir dados e atingir qualidade na análise da revista Gaie France. O nosso objeto de estudo é uma representação social e uma mídia. Portanto, acreditamos que seja importante iniciar nossas discussões com esses temas de forma mais ampla para, posteriormente, ir afunilando até chegar às áreas específicas do trabalho. Então, na primeira seção intitulada “**Representações sociais e mídia**”, abordaremos a relação entre esses dois fenômenos associados à memória social; apontaremos as principais características de uma revista; investigaremos os fatores que contribuem para o fechamento desse tipo de publicação e como ocorre o relacionamento entre a revista e o leitor; apresentaremos um breve histórico da revista erótica no meio social; examinaremos os conceitos que envolvem o universo de uma revista erótica: sexualidade, corpo, apelo erótico, as distinções entre erotismo e pornografia, discursos sobre moralidade e perversão, os enquadramentos realizados pela revista e pelos fotógrafos nos ensaios de nudez.

Ainda nesta seção, realizaremos uma retrospectiva memorial a respeito das publicações de maior destaque, no Brasil, *O Snob*, *Lampião da Esquina*, *Nós Por Exemplo*, *Sui Generis* e *G Magazine*, nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990. Essas escolhas justificam-se pelo destaque que estas publicações conquistaram na imprensa homoerótica. Já o “recorte” explica-se por dois motivos: a) Foi na década de 1960 que a imprensa homoerótica surgiu; b) A década de 1990 foi o período de circulação da revista Gaie France. Assim, com esse recorte, será possível conhecer a trajetória da imprensa LGBT, desde o seu início até a década de 1990. Ainda discutiremos se as publicações tinham participação em movimentos

sociais e de que forma a militância era praticada. Apontaremos também os motivos que levaram à paralisação dessas publicações. Assim, acessar essas publicações é reconstruir, através de vestígios, memórias sobre um período com grandes transformações sociais. O nosso objetivo é obter dados que possam nos ajudar a analisar a revista *Gaie France*, a entender melhor o universo das publicações homoeróticas e a conjuntura do período, uma vez que estes periódicos brasileiros são também um reflexo dos acontecimentos internos e externos do país. O corpus teórico nesta seção será constituído por autores como Moscovici (2007), Jodelet (1997), Foucault (2013, 1999, 1998 e 1988), Butler (2015), Scalzo (2016), Green (2000), Parker (2002), entre outros.

Na segunda seção “**Pederastia e homoerotismo**”, faremos uma reconstrução sociohistórica e de memória, buscando resgatar os significados que as palavras pederastia e homoerotismo herdaram ao longo do tempo. Dessa maneira, trataremos a cultura grega em vários aspectos: o conceito de pederastia, a Paideia, a constituição de memória para os antigos gregos, a articulação entre educação grega e memória, a concepção de corpo e nudez. Abordaremos também a pederastia em outros contextos históricos, as concepções contemporâneas a respeito do homoerotismo e o impacto da AIDS na vida de pessoas homoeróticas. Nesta seção, usaremos os estudos de Jaeger (1995), Branco (2004), Platão (2017), Spencer (1996), Vrissimtzis (2002), Costa (1992), Mott (1989), entre outros.

Na terceira seção “**Pedofilia**”, realizaremos um estudo sobre esse fenômeno com diferentes perspectivas. Assim, discutiremos a pedofilia em outros tempos históricos, as narrativas de pedófilos, as definições de abuso sexual, as consequências desta prática na vida de crianças e adolescentes, os mitos a respeito da pedofilia e realizaremos uma retrospectiva memorial sobre as principais Leis que foram criadas e legitimadas, nacional e internacionalmente, visando à concretização dos direitos e à proteção de crianças e adolescentes. Para finalizar esta seção, examinaremos as reivindicações do movimento de ativismo pedófilo, a atuação de seis sites vigentes que defendem a relação sexual entre adultos e os menores de idade e a construção de memória por esse movimento social. Para abordar esses temas, utilizaremos o suporte teórico de autores como Williams (2012), Freud (1996), Verhoeven (2007) e novamente Spencer (1996) e Mott (1989).

Na quarta seção “**Análise da revista Gaie France**”, apresentaremos os dados obtidos. Seguem, por fim, a quinta seção “**Considerações finais**” com a interpretação dos dados e as referências utilizadas nesta dissertação.

1.0 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA

O estudo das representações sociais (RS) teve início no século XIX. Durkheim foi o primeiro teórico que abordou esse tema nas Ciências Sociais como “representações coletivas”, em 1898. O autor buscou uma separação entre as representações coletivas e as representações individuais. Para ele, as representações individuais eram criadas pelas ações e reações entre os elementos nervosos do sujeito, ou melhor, as representações individuais nasceriam nas sensações. Já as representações coletivas eram criadas pelas ações e reações entre as consciências elementares que constituíam a sociedade. Os pensamentos individuais somente teriam significado e seriam conscientes a partir do ponto de vista coletivo. Conforme Durkheim (2006, p. 25), “[...] las representaciones colectivas son exteriores a las conciencias individuales, es porque ellas no provienen de los individuos tomados aisladamente, sino en su conjunto, lo que es en verdad bien distinto”. Além disso, o autor apresentava uma concepção fixa ou estática das representações coletivas e sugeria que estas seriam o objeto da sociologia, enquanto as representações individuais deveriam pertencer ao campo da psicologia.

Opondo-se a essas ideias, passados 63 anos, em 1961, o conceito de representações sociais foi resgatado com Moscovici, empregando uma perspectiva individualista no campo da psicologia social⁶. Nessa releitura crítica, o autor se interessou pela dinâmica interna das representações sociais e com a diversidade cultural. Ele observou que essa diversidade mostra a ausência de homogeneidade no interior das sociedades modernas, em que as diferenças apresentam uma distribuição desproporcional de poder e produzem uma heterogeneidade de representações. O psicólogo destacou a importância da consciência subjetiva dos indivíduos, das trocas simbólicas e da vitalidade nas produções das representações sociais. Nessa perspectiva, as RS são resultantes da interação entre indivíduos e grupos, em um determinado tempo e espaço, ou seja, em determinado contexto, integrando conceitos da sociologia e da psicologia. Moscovici (2007, p. 21) definiu a representação social como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará as pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

⁶ Guareschi (1996) explica que Moscovici preferiu trocar o conceito de “coletivo”, de conotação mais estática e positivista, com o de “social”. Este termo para o psicólogo é mais adequado porque as sociedades modernas apresentam um dinamismo e propensão a mudanças constantes.

Desse modo, Moscovici (2007, p. 34-40) afirma que as representações sociais apresentam a dupla função de convencionalizar o mundo e de serem prescritivas. A esse respeito escreve:

- a) Em primeiro lugar, elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas.
- b) Em segundo lugar, representações são *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. [...] por um lado, ao se colocar um signo convencional na realidade, e por outro lado, ao se prescrever, através da tradição e das estruturas imemoriais, o que nós percebemos e imaginamos, essas criaturas do pensamento, que são as representações, terminam por se constituir em um ambiente real, concreto.

Feitas essas considerações, percebemos que o conceito de representações sociais apresentado por Durkheim não é suficiente para explicar os fenômenos do nosso tempo em sua totalidade. As críticas de Moscovici foram fundamentais para o entendimento das representações sociais, visto que os indivíduos não são receptores passivos, pelo contrário, eles produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações. Ademais, as sociedades contemporâneas são complexas, dinâmicas, passíveis de mudanças constantemente, inseridas em conflitos sociais e relações de poder, com uma multiplicidade de identidades e de sistemas envolvidos (sociais, políticos, econômicos, filosóficos, religiosos) e com uma intensa circulação de representações sociais. Estas têm vida própria, surgem no meio social, depois desaparecem, para surgir sob novas formas simbólicas.

As representações sociais desempenham um papel importantíssimo nas vidas das pessoas e dos grupos. É uma forma de interpretar a realidade, de comunicar o que pensam sobre si mesmas e a sociedade, um tipo de conhecimento produzido por eles, relativo ao senso comum ou científico, para determinar suas opiniões em relação ao mundo. Destacamos a seguir o pensamento de Moraes et al. (2014, p. 20 e 21), que ilustra essa questão:

Os indivíduos estabelecem formas de pensar e explicar os fatos, os objetos etc., criando teorias, produzindo conhecimentos, elaborando os temas que fazem parte do universo de cada um e de todos, interpretando a realidade segundo a sua perspectiva e suas experiências. Por meio do conhecimento cotidiano, do senso comum, os homens veiculam e compartilham ideias, pensamentos, dando nova forma ao conhecimento científico.

Nesse sentido, as representações sociais influenciam e contribuem para a construção da realidade. Concordamos com Jodelet (1997, p. 53) quando diz que as representações

sociais são “une forme de connaissance, socialement élaborée et partagée, ayant une visée pratique et concourant à la construction d'une réalité commune à un ensemble social”. E essa construção da realidade abrange a necessidade de fatores tais, como: subjetividades, criação de novos sentidos, sistemas de valores próprios, práticas sociais e a criação de todo um conjunto simbólico (narrativas, imagens, objetos) que ajuda a definir o indivíduo e o grupo do qual ele faz parte, com o intuito de enviar uma mensagem positiva desse universo e como um prolongamento de suas ações. Esse fato nos mostra que as representações sociais estão entrelaçadas ao processo de produção de uma identidade e por meio delas é possível conhecer a realidade desse grupo, seus pensamentos, seus comportamentos, suas práticas sociais e as justificativas para essas escolhas. Abric (2000, p. 28) explica bem essas ideias e comprova que as representações são essenciais nas dinâmicas sociais e respondem a quatro funções:

- 1) Função de saber: as RS permitem compreender e explicar a realidade. Elas permitem que os atores sociais adquiram os saberes práticos do senso comum em um quadro assimilável e compreensível, coerente com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem.
- 2) Função identitária: as RS definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. As representações têm por função situar os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, compatível com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados.
- 3) Função de orientação: as RS guiam os comportamentos e as práticas. A representação é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. Ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social.
- 4) Função justificadora: por essa função as representações permitem, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. As representações têm por função preservar e justificar a diferenciação social, e elas podem estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles.

Essas funções das representações sociais transparecem, parcialmente ou totalmente, quando são propagadas na mídia. Esse veículo, além de possibilitar a comunicação, é capaz de produzir e transmitir representações sociais para um grande número de pessoas. Vale ressaltar que a mídia exerce uma enorme influência na vida dos indivíduos na sociedade moderna,

principalmente nos dias atuais, por meio de uma produção exagerada de informações, diariamente, e banalização dos sentidos, tornando os acontecimentos e os seres humanos insignificantes. TÜRCKE (2010) em *Sociedade Excitada: Filosofia da sensação* narra com detalhes que a sociedade moderna tornou-se uma “sociedade da sensação”, atravessada por estímulos cada vez mais fortes e por uma sensação viciante de meios visuais. Para o autor, a sociedade está dominada pela mídia. O excesso de informações oferecido vinte e quatro horas por dia torna o cotidiano incapaz de ser sentido ou ser percebido, afetando o aparato sensorial saturado dos contemporâneos. Esse fato tem efeitos nas representações sociais, visto que, muitas vezes, elas não chegam a se concretizar em determinados campos ou áreas, esvaindo-se para, posteriormente, surgir com novas formas, em processo de mutação que não tem fim.

Nesse sentido, a mídia torna-se um elemento importante para a compreensão dos fenômenos sociais e das representações. Guareschi (2007) reconhece que estamos presenciando uma cultura midiada, na qual podemos observar algumas questões relevantes. a) a mídia constrói a realidade. Algo passa a existir ou deixa de existir, se for ou não midiado. Sendo assim, a mídia determina o que é verdade ou real na sociedade. Isso nos faz questionar: o que é realidade?; b) a mídia dá uma conotação valorativa à realidade existente, em outras palavras, a mídia indica, ao mesmo tempo, se algo existe como também se é bom ou ruim; c) a mídia coloca a agenda de discussão, ou seja, a mídia cria um roteiro dos assuntos mais importantes a serem cobertos, ressaltando ou ocultando os temas de seus interesses.

Diante disso, depreendemos que existe uma forte ligação entre as representações sociais e a mídia. Simoneau e Oliveira (2014) assinalam que essa relação pode ser explicada através de dois argumentos. a) a mídia tem um papel importante na criação e propagação de representações sociais e possui a capacidade de produzir, reproduzir e, simultaneamente, disseminar um grande número de informações, identificadas como representações sociais; b) a mídia tem a função prática de organizar, orientar e justificar os pensamentos e os comportamentos das pessoas, possuindo assim, um papel de destaque na constituição dos grupos.

Por esses motivos, a mídia é um instrumento de comunicação importante que favorece a união de pessoas e grupos na construção de uma identidade harmoniosa com os seus próprios valores, um canal propício para produzir suas representações de acordo com seus interesses específicos. Na verdade, é um espelho no qual reflete os valores, ideias e as práticas sociais do universo individual e social dos agentes envolvidos.

E podemos ir mais além, dizendo que as representações sociais são utilizadas para constituir a história do grupo e as memórias coletivas, permitindo a integração das experiências e histórias individuais, visto que a memória é uma construção social, produzida pelos seres humanos a partir de uma infinidade de suportes memoriais, de suas práticas sociais, de seus valores e de suas experiências vividas. Com isso, percebemos que a articulação entre as representações sociais e a memória torna-se fundamental para manter ou resgatar a plenitude e sobrevivência dos grupos sociais. A mídia contribui com o processo de lembrança e esquecimento e tem um papel essencial na constituição de memórias, pois esse meio de difusão é capaz de produzir, registrar e conservar conhecimentos e valores, de forma estruturada, valorizando os saberes historicamente e socialmente construídos, as interações, os compartilhamentos de experiências, as práticas sociais, com um poder de propagação da memória constituída em uma escala muito maior e, com essa exposição, revela a diversidade cultural, as dinâmicas internas, os conflitos sociais, as interações entre os indivíduos e os grupos observadas por Moscovici. Esses dados comprovam que as memórias constituídas com as representações sociais midiadas são vivas, instáveis, mutáveis, dinâmicas, diversas (as trocas simbólicas), manipuladas (legitimadas ou descartadas) e sujeitas a interesses políticos.

A revista *Gaie France* é uma mídia em que as representações sociais se manifestam poderosamente. Nela, a diversidade, as dinâmicas e interações sociais, os conhecimentos gerados são expostos por um conjunto de representações (narrativas, imagens, subjetividades) com o objetivo de constituir ou modificar o meio social.

1.1 Revista: uma história de amor com o leitor

Folhear revistas é um hábito que faz parte da vida cultural das pessoas. Esse tipo de mídia ocupa o coração de seus leitores oferecendo-os informação, entretenimento e servindo como um produto utilitário.

Scalzo realizou um interessante estudo acerca do tema “revista” e nos apresenta características fundamentais para entender esse fenômeno. Scalzo (2016, p. 11 e 12) define revista como “um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento”. Para a autora, nenhuma dessas significações está inadequada, mas também nenhuma delas abraça totalmente o mundo que envolve uma revista e seus leitores. Já o jornalista e editor espanhol Caño (1999,

p. 17) define o conceito de revista e, ao mesmo tempo, explica como o tempo deve ser utilizado,

una revista es una historia de amor con los lectores. Es preciso mantener la velocidad adecuada con los lectores, siempre un poco delante, pero no demasiado, ya que no te comprenderán, y no ir demasiado lenta, porque se aburrirán y te dejarán. Seleccionar la distancia adecuada que hay que establecer con los lectores, para que les inspire, abra paso y corte el viento, es uno de los ejercicios de alta creatividad de las revistas.

Como toda relação, esta também é feita de confiança, credibilidade, expectativas, idealizações, erros, pedidos de desculpas, acertos, elogios, brigas e reconciliações. Sendo assim, as revistas possuem funções culturais mais complexas que a simples transmissão de notícias. As revistas informam, divertem, educam, entretêm, alimentam sonhos, ditam modas, criam mitos, trazem análises, reflexões e experiências. Logo, as revistas unem entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos.

É importante sinalizar que existe uma diferença entre o jornal e a revista. O jornal circula no espaço público sendo direcionado a um conjunto diverso de leitores. Já a revista entra no espaço privado, entrando em contato com a intimidade de seus leitores.

Outra característica das revistas é a temporalidade. As revistas se afastam mais do tempo real da notícia. Diferentemente de outros meios de comunicação que possuem o imediatismo de edições diárias, isto é, possuem a capacidade de transmitir as notícias no momento exato em que os fatos estão ocorrendo. Isto nos leva a outra característica das revistas, a periodicidade. Com edições publicadas em intervalos regulares, as revistas precisam explorar novos ângulos, buscar notícias exclusivas, apresentar um foco mais analítico e interpretativo dos acontecimentos. Tudo isso centrado nos seus leitores.

Outro ponto que diferencia a revista de outros meios de comunicação impressos é o seu formato. Este permite que a revista seja usada de forma prática no cotidiano, carregada facilmente e lida em qualquer lugar. Além disso, o tipo de papel utilizado na confecção das revistas contribui para uma durabilidade maior e possibilita ao leitor colecionar as edições e, a partir disso, criar uma relação memorial individual e coletiva com a publicação, visto que esta representa um objeto querido, carregado de histórias, lembranças e sentimentos.

As revistas podem apresentar uma descrição do período em que estão inseridas, sustentando uma vinculação com um conjunto de elementos que marcaram uma sociedade em

um determinado tempo e espaço. Scalzo (2016, p. 16) destaca que “ali estão os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas”.

Toda revista possui um plano editorial que funciona como diretriz e como um meio de comunicação com o seu leitor. É um documento apresentado nas revistas que serve para: a) definir quem é o seu público; b) descrever detalhadamente os seus conteúdos; c) apresentar o que pensam os redatores sobre a revista; d) expor seus objetivos; e) planejar o futuro da mídia. Júnior (2014, p. 112) levanta questões interessantes sobre o editorial,

Um editorial tem uma função particular: funciona como consenso, é acordo, ele vem dizer “pensamos assim”, “concordamos com isso”, “queremos”. Na realidade, um editorial está repleto dos objetivos da equipe da redação. Ali é apresentado o que as próximas páginas trazem, mas igualmente pode sugerir que continuarão a existir. Há no editorial [...] uma referência clara ao futuro, “até fevereiro”, e sugere que os leitores estejam consumindo a próxima edição. Consumindo mais que isso: maneiras, regras, comportamentos e todo um conjunto de discursos que subjetivados na leitura dos seus leitores, passarão a guiar as suas vidas.

Mas, não basta planejar o futuro. O projeto editorial precisa ser constantemente reavaliado e atualizado, porque alguns perigos circulam o universo das revistas podendo levar a interrupção definitiva deste tipo de mídia no mercado. Um desses problemas é a falta de foco, uma enfermidade que muitas vezes não tem cura. É importante ter a missão clara e precisa e trabalhar para atender às necessidades determinadas pelo público (SCALZO, 2016).

As chamadas especializadas precisam prestar atenção quando se dedicam às publicações generalistas, todas abordando os mesmos assuntos e concorrendo pela atenção das mesmas pessoas. O perigo da especialização é marcante quando os responsáveis em produzir a revista acreditam que o mundo todo está ocupado com um único assunto, que o planeta gira em torno dos assuntos daquele universo especializado. Muitas publicações morreram, porque seu público mudou e as revistas não souberam acompanhar tais mudanças. No passado, era possível conservar uma revista praticamente inalterada, sem submetê-la a mudanças gráficas e editoriais por um longo período de tempo (SCALZO, 2016). Porém, isto não é possível atualmente, devido ao fluxo de informações que estamos presenciando e transformações na sociedade em tempos de globalização.

Outra enfermidade que ronda o universo das revistas é a crise do capitalismo acompanhada com índices inflacionários altíssimos. Mira (1997, p. 235) aborda essa questão,

A crise do capitalismo no mundo todo é agravada, no Brasil, por índices inflacionários altíssimos. A instabilidade econômica, caracterizada por sucessivos planos para conter a inflação e repetidas ondas de recessão, afetam de maneira particular o mercado de revistas. Como os leitores, os anunciantes, e suas agências, cada vez mais cautelosos na aplicação de suas verbas publicitárias, têm que ser conquistados com novas técnicas de marketing.

Além deste fator, houve um declínio da venda de jornais e revistas nas bancas de jornal com o surgimento na década de 1990 da internet e com sua popularização nos anos posteriores. Por certo, a queda de vendas pode ser explicada pela substituição dos produtos impressos pelos de meio eletrônico.

É importante observar que a produção/veiculação de informação e entretenimento não são mais atividades restritas aos meios de comunicação tradicionais. Na verdade, as revistas precisam encontrar um novo caminho, identificar suas especificidades e oferecer o que os outros meios de comunicação não podem oferecer. Nas últimas décadas, o mercado de revistas vem sofrendo com a concorrência. Esta não pode mais ser vista de forma localizada, de revista para revista. Os veículos de comunicação competem entre si – revista com *Facebook*, revista com cinema, jornal com televisão, internet com cinema –, todos contra todos, disputando o tempo e o dinheiro dos leitores, cada vez mais escassos (SCALZO, 2016).

Em se tratando das revistas eróticas, a falta de anunciantes é um problema porque não é possível sobreviver somente com as vendas das edições nas bancas de jornal. Problema esse que persistiu por décadas quando muitas empresas tinham receio em anunciar suas marcas nas revistas que abordavam, por exemplo, a homossexualidade, com medo de uma possível associação com o universo *gay*. O que predominava nessas revistas eram pequenos estabelecimentos com anúncios como bares e saunas exclusivos do meio LGBT⁷. Isso somente mudou na segunda metade da década de 1990 quando o mercado LGBT ampliou.

E para atrair anunciantes e leitores, as revistas precisam construir uma trajetória de credibilidade por meio de informações confiáveis e de artigos científicos, pois não é possível manter uma revista sustentada principalmente com textos opinativos, incertos e duvidosos. A chamada revista científica representa um meio de comunicação relevante destinado a promover o progresso da ciência por meio da publicação de novas pesquisas e seus resultados, abrangendo vários campos científicos. A revista científica permite ao cientista para efeito de promoção, o reconhecimento e a legitimação da autoria das descobertas científicas, a comunicação entre os pares da comunidade acadêmica e o registro oficial e público da

⁷ Diferentemente, nos dias atuais, estamos presenciando uma aproximação, ainda que tímida, de grandes empresas com o mercado *gay*. Muitas delas estão retratando a multiplicidade LGBT em seus anúncios.

informação divulgada, sendo, portanto, um legítimo espaço de institucionalização e disseminação de informações para os cientistas. Sendo assim, o artigo científico é um sistema de avaliação da atividade científica cujo sistema de comunicação e propagação abrange o momento que o cientista concebe a ideia da pesquisa até a publicação de artigos, materializando a passagem da informação gerada no campo do domínio senso comum para o campo científico. Em relação a isso, Leite (2008, p. 727) cita algumas funções das revistas, como, por exemplo, servir como suporte memorial,

As publicações periódicas têm o papel de comunicar e disseminar o conhecimento gerado a partir de pesquisas e estudos; conferir a propriedade intelectual ao autor ou a prioridade de autoria; servir de memória, fonte educacional e histórica da produção intelectual; servir como instituição social atribuindo prestígio e reconhecimento a autores, a instituições, a editores e avaliadores, sendo imprescindíveis na definição e legitimação de novos campos do conhecimento.

Realmente, as revistas estão preocupadas em auxiliar o leitor no cotidiano com informações precisas. Mas para isso, a revista precisa conhecer bem o seu leitor. Aqui, entra outra característica importante das revistas: a segmentação. Mira (1997) afirma que segmentar é uma maneira de atingir novos nichos de mercado, o que não significa, entretanto, “criar” novos públicos⁸. Assim, percebemos o surgimento de especializações ou subgrupos dentro de um mesmo segmento. Dessa maneira, surgem revistas segmentadas voltadas para os mais diferentes grupos, que já existem previamente na sociedade. Em uma entrevista concedida ao jornal *Meio & Mensagem*, o jornalista Corrêa (1985) afirma que a segmentação:

é identificar interesses e desejos do público leitor, é saber detectar as tendências de comportamento do mercado, para dar a ele revistas sempre mais atualizadas afinadas com a realidade, ou revistas novas, cada vez que uma nova tendência sugerir a criação de um novo segmento.⁹

A segmentação torna-se um instrumento valioso, uma vez que as revistas influenciam diretamente na construção das subjetividades de seus leitores. Silva (2010, p. 59) explica isso:

Uma vez que o formato das revistas é segmentado de acordo com o perfil de seu público-alvo, este meio tem ainda mais influência sobre a subjetividade do seu público, pois traz novos valores e conceitos sobre temas que inicialmente

⁸ Mira (1997) acrescenta que para visualizar bem como ocorre o processo de segmentação, três variáveis são muito importantes na hora de traçar o perfil dos leitores de uma revista: o sexo, a faixa etária e a classe socioeconômica do leitor.

⁹ CORRÊA, T. S. Bastidores. Entrevista em *Meio & Mensagem*, 1985.

já interessam ao leitor. Ao tratar o público com intimidade, ao oferecer soluções para seus conflitos e ao se colocar como “amiga” dele, as revistas têm maior facilidade para sugerir gostos e consumos em sujeitos que já estão pré-dispostos a receber informações daquela fonte.

A segmentação nos leva a diferenciar as revistas dos jornais. Enquanto o jornal fala para um público maior, a revista fala para um público menor e selecionado. Esse tipo de seleção se mostra mais eficiente do que a tentativa de falar com muitos leitores simultaneamente. A revista é comunicação de massas, mas não muito. Quando atingem públicos enormes e difíceis de diferenciar, as revistas começam a correr perigo. Portanto, é melhor afunilar até chegar a grupos muito pequenos e em cada pessoa em particular (SCALZO, 2016).

Mas para isso, é importante observar algumas questões. Por serem mídias segmentadas, Scalzo (2016) nos chama a atenção para o fato da importância das revistas se adequarem à linguagem do seu público. Esta estratégia possibilita uma sensação de diálogo, uma aproximação do leitor, que passa a perceber a publicação como um veículo que compreende seus problemas, o que por sua vez, contribui para o surgimento de sentimento de pertencimento ao mesmo grupo.

A revista fala diretamente, às vezes com muita intimidade, com os seus leitores. Mas nesse tipo de relação é essencial também ouvi-los. O encontro da revista com o leitor se concretiza através de um espaço comum privilegiado para expressar a opinião do público: a seção cartas do leitor. A revista seleciona entre as correspondências algumas que tenham opiniões bem argumentadas, ainda que sob anonimato, para publicar. Geralmente, são: cartas elogiando a revista, as matérias ou artigos publicados pelo tipo de abordagem dos fatos e dos pensamentos citados, expressando aprovação; cartas criticando os fatos e ideias defendidas em alguma outra seção da revista ou em textos publicados sobre o que não gostaram; cartas com sugestões e ideias sobre assuntos de interesse dos leitores; cartas pedindo ajuda para determinados tipos de problemas que afligem os leitores. Esse tipo de retorno é muito importante para os redatores da revista, porque serve como *feedback*, para saberem o que acertaram, o que erraram e como orientação para compreender como agradar e surpreender o leitor no futuro.

Se a revista é segmentada é porque envolve também identidades sociais, ou seja, formar segmentos de pessoas que vivenciam experiências semelhantes, sobretudo, se foram historicamente discriminados ou prejudicados de alguma forma, mexendo com algo muito

importante, a autoestima.¹⁰ A seção cartas é um espaço de comunicação representativo de identidades de indivíduos e grupos e que envolve também conflitos sociais, porque permite o leitor reclamar de determinados fatos ou ideias que ele não gostou, contribuindo assim para possíveis mudanças nas edições futuras da revista. Nesse contexto, tanto a revista muda o meio social influenciando na subjetividade de seu público, como também o leitor tem o poder de transformar o rumo da mídia. Assim, as cartas, além de oferecer os pensamentos e comportamentos subjetivos dos agentes envolvidos no universo daquele objeto, permitem também o encontro dos leitores com os editores e a possibilidade de construir identidades, conforme afirma Scalzo (2016, p. 12),

Revista é também um encontro entre um editor e um leitor, um contato que se estabelece, um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir identidade, ou seja, cria identificações, dá sensação de pertencer a um determinado grupo.

Para compor essas identificações é utilizado um recurso muito importante: as imagens. Estas têm funções que vão além de ilustrar, informar o leitor ou complementar os textos. As imagens são peças importantes que levam a concentração de quem vê as fotografias, os desenhos ou as reproduções de pinturas e contribuem ao surgimento de emoções e a vontade de querer saber mais sobre os assuntos apresentados na revista. Scalzo (2016, p. 69 e 70) escreve,

Quando alguém olha uma página de revista, a primeira coisa que vê são as fotografias. Antes de ler qualquer palavra, é a fotografia que vai prendê-lo àquela página ou não. Fotos provocam reações emocionais, convidam a mergulhar em um assunto, a entrar em uma matéria. Por isso, ter fotos boas em mãos é fundamental. Elas devem excitar, entreter, surpreender, informar, comunicar ideias ou ajudar o leitor a entender a matéria. Em uma época carregada de apelos visuais, o uso da fotografia tornou-se ainda mais relevante.

É importante sinalizar que as imagens adquiriram uma grande importância na vida de grande parte da população mundial. As imagens estão por todos os lados em nosso cotidiano buscando atrair nossos olhares para informar, persuadir e influenciar comportamentos. E como não poderia ser diferente, as imagens marcam presença nas revistas como verdadeiros espetáculos. Esses dados nos levam às leituras de Debord (1997), em *Sociedade do Espetáculo*, quando apresenta o significado de espetáculo como um conjunto das relações

¹⁰ Scalzo (2016) afirma que nos 1990 surgiu uma tendência chamada “personalização” que discutia a necessidade de cada leitor ter sua própria revista, feita sob encomenda para ele.

sociais mediadas pelas imagens. De acordo com o autor: “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (p.14). O pesquisador acrescenta: “sob todas as suas formas particulares – informação, propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade” (p. 14).

Esse espetáculo é uma marca importante e muito presente nas capas das revistas. A capa tenta conquistar e convencer o leitor de que a revista é um produto indispensável a sua vida. Por isso, a capa apresenta imagens sedutoras e um resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine ou cartão de visita. Nesse sentido, as capas possuem os elementos que se destacam por serem simbólicos, atrativos, sedutores e convidativos. Esses elementos indicam o público que se tem alvo e, dependendo das imagens e das narrativas ou títulos dos temas apresentados, faz o leitor adquirir ou não a revista.

As revistas também abordam e assumem certo padrão de beleza, mexem com o imaginário, com as expectativas e fantasias do leitor. As chamadas eróticas trazem narrativas, contos, textos e imagens voltadas à sexualidade e acerca do corpo. As revistas eróticas apresentam a nudez, o corpo e o erotismo como verdadeiros espetáculos.

1.2 Revista, corpo e erotismo

As revistas eróticas possuem uma longa história envolvendo o Estado com suas permissões ou proibições em relação a sua circulação na sociedade. Registra-se que este tipo de revista fez muito sucesso no início do século XX e sumiu nos anos 1930 devido à censura e à moral conservadora da época.

Poderíamos dizer que a sociedade possui, ao longo do tempo, diferentes interpretações acerca das revistas eróticas. Isso acontece, certamente, porque a sociedade vive em constante mutação, e as revistas eróticas acompanham as mudanças ocorridas no meio social. Por isso, é oportuno lembrarmos aqui das transformações comportamentais ocorridas a partir da segunda metade do século XX. De acordo com Hobsbawm (1995), o mundo passou por profundas transformações a partir da década de 1950, uma verdadeira revolução cultural e sexual. Nesse contexto, surgiu a procura pelo desejo individual, incluindo desejos até então proibidos ou malvistas. Palavras antigas como moral, pecados, direitos e deveres não podiam ser mais traduzidos na nova linguagem de satisfação de desejos. Essas transformações podem ser depreendidas como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou seja, o desligamento dos fios

que antes uniam os seres humanos em camadas sociais. As instituições mais prejudicadas pelo novo individualismo moral foram a família tradicional patriarcal e as igrejas tradicionais, visto que tais organizações não eram mais aceitas como capazes de estruturar a sociedade que ligava os indivíduos uns aos outros. No Brasil, as transformações comportamentais também foram sentidas em vários setores com modificações estruturais importantes.

Acreditamos que essas transformações contribuíram para uma maior liberdade de expressão dos desejos. Não podemos esquecer que esse novo contexto que se configurava causava preocupação nos militares durante a ditadura brasileira. Muitas publicações (jornais e revistas) que abordavam a sexualidade e o erotismo foram impedidas de circular em nome da moral e dos bons costumes da sociedade brasileira. Esse controle social e político começou a perder força com o abrandamento da censura em meados de 1970. Segundo Mira (1997), as revistas eróticas experimentaram nesse período uma grande expansão, com uma infinidade de produções nacionais e, posteriormente, estrangeiras¹¹.

Depreendemos com esse breve histórico que, por mais que sejam decretadas ações restritivas por parte do Estado em relação à circulação das revistas eróticas, estas continuam fazendo parte da sociedade. As revistas eróticas, ainda nos dias atuais, causam polêmicas por explorar conteúdos considerados tabus. Devemos registrar que o universo desse produto envolve muito mais que a simples exploração de órgãos sexuais, da sexualidade e do corpo.

Nesse sentido, recorreremos à análise de Louro (2016, p.68), que define o conceito de sexualidade como “disputas sociais, conflitos de interesses e manobras políticas, que podem ser postas em ação propositalmente ou circunstancialmente”. Já Weeks (1999, p. 43) define a sexualidade como a “descrição geral para as séries de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas”. Notamos com essas definições que a sexualidade está relacionada à construção de ideologias e produção de narrativas, a conflitos sociais e políticos e a relações de poder. Toda vez que a revista se posiciona – por meio de narrativas/imagens – expressa um modo de pensar relacionado às próprias crenças e às formas de enxergar o mundo. Foucault (1999, p. 10) escreve que,

por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o

¹¹ Mira (1997) destaca outra informação importante para entendermos essa expansão e o surgimento de vários segmentos na sociedade: o enfraquecimento do Estado-Nação e a diminuição da preocupação de construir uma “identidade nacional”. Dito de outra forma, a nação foi perdendo sua relevância como referência para a identidade nacional da população como um todo. Deste modo, os indivíduos e grupos sentiram a necessidade de reconstruir a própria história e criar produtos midiáticos específicos para eles.

poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Convém lembrar que as revistas eróticas apresentam um forte apelo sexual com o intuito de atrair a atenção do leitor despertando o seu interesse sexual. O corpo é uma ferramenta poderosa utilizada pelas mídias, isso é evidente na Gaie France. As revistas constroem suas próprias ideologias e unem os corpos às suas próprias subjetividades, fazendo com que os corpos ganhem sentido socialmente.

Mais uma vez, por desdobramento, e juntamente com Foucault, podemos dizer que foi durante o século XVIII que o corpo recebeu investimento pelo poder. Essa transformação aconteceu devido à percepção do próprio corpo por meio de discursos reconhecidos, valorizados e divulgados na sociedade como uma única verdade. Sobre isso, Foucault (1998, p. 146) afirma,

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio.

Levando essas ideias em consideração, podemos afirmar que a Gaie France possui uma função disciplinar. A revista trabalha na construção de sentidos e legitima um tipo de corpo, preenchido de significados e um tipo de desejo.

As revistas chamadas eróticas lançam mão de corpos desnudos buscando acender o desejo sexual nas pessoas. Com isso, sustentamos que o apelo erótico passa por um movimento até a sua concretização nas mãos do leitor. O processo é iniciado quando os modelos são escolhidos, passando pelos ensaios de nudez até chegar às bancas de jornal, no imaginário das pessoas e da sociedade. Essas constatações nos fazem refletir que esse processo envolve temas – como prática social, narrativas sobre o que é pecado, moralidade, lícito ou ilícito – e questionamentos polêmicos do tipo: O que é erótico? O que é pornografia? Quais os dados que nos permitem classificar uma revista como erótica ou pornográfica? O que está em jogo nos ensaios de nudez? Sabemos que o leitor projeta nas imagens suas expectativas, mas, e as pessoas que estão por trás das câmeras, nos ensaios de nudez,

determinando os melhores enquadramentos? Elas participam ativamente desse processo? De que forma? Podemos ver que são complexos os questionamentos que circundam o universo das revistas eróticas e, devido a isso, acreditamos que seja importante abordá-los, mesmo que seja brevemente.

Para começar, o que é erótico? Ferreira (2009, p. 781) compreende o conceito de erótico “relativo ao amor. Inspirado pelo amor; que tem o caráter de lirismo amoroso.” Já Stoller (1998, p. 8) explica o momento específico da excitação erótica associada a vários elementos, inclusive, memórias de eventos passados,

um denso emaranhado – um microponto – de roteiros constituídos a partir de impulsos, desejos, defesas, falsificações, verdades evitadas e memórias de eventos passados, eróticos e não-eróticos, que remontam à infância – uma peça teatral cujo enredo parece genuíno por causa da verdade das sensações corporais. Embora o momento pareça espontâneo, ele é, contudo, o resultado de anos de trabalho sobre os roteiros, a fim de fazê-los funcionar eficazmente – isto é, de assegurar que produzam excitação, com seu produto final, a gratificação, em vez de angústia, depressão, culpa ou tédio.

Com essa explicação, entendemos que a excitação erótica é um conjunto complexo de roteiros construídos e recuperados por meio da memória ao longo da vida de uma pessoa e que o erótico não está restrito ao sexo. Nesse aspecto, não é possível deixar de lado a contribuição de Camargo e Hoff (2002, p. 36) quando afirmam,

O domínio do erótico estende-se desde o corpo, instância em que se manifesta o sexual, até a consciência, instância de representação e de realização sgnica. A ação concomitante dessas duas instâncias explica por que o corpo serve de palco para a sua realização, mas, também e ao mesmo tempo, a consciência o apreende para pensá-lo e traduzi-lo em linguagem – o que lhe permite os limites do ato sexual para registrá-lo e circunscrevê-lo num ritual.

Com esses dados, podemos depreender que cada pessoa, grupo ou mesmo as revistas, podem possuir uma interpretação sobre sexo e corpo e, a partir disso, criar narrativas relacionadas com seu o contexto histórico e social envolvendo as mais variadas concepções. Foucault (1988) nos lembra que o discurso sobre o sexo se multiplicou nos últimos três séculos e trouxe consigo proibições garantindo a solidificação e a implantação de um aparelho institucional com o intuito de produzir a verdade sobre o sexo. Era uma ciência que se referia, sobretudo, às suas aberrações, perversões, extravagâncias, anulações patológicas, ou seja, uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações repetidas sob a forma de normas médicas.

Nesse cenário, a ciência e seus discursos surgem de forma repressora e dogmática, delimitando o que é moral ou perverso, legitimando formas lícitas ou ilícitas de erotismo a partir de narrativas que constrói como verdadeiros, inclusive o erótico, narrativas essas articuladas com o prazer e o poder. Esse fato nos faz concluir que as ideias de moralidade, ética e perversão são valores construídos socialmente relacionados a determinados tempos, espaços e culturas. O que era perverso ou imoral no passado pode não ser atualmente para a uma mesma sociedade (BAVAGNOLI, 2006).

Essas questões nos levam a pensar a posição do erotismo nas revistas e sua relação com a pornografia. Apesar de muitos acreditarem que o erotismo e a pornografia possuem o mesmo significado, isso na realidade, não é verdade. A palavra *pornographe* surgiu pela primeira vez no livro *Le Pornographe* em 1789, de Restif de la Bretonne, referindo-se a textos sobre prostituição. Foi no século XIX que a palavra ganhou o sentido atual, representações visuais explícitas de órgãos e práticas sexuais elaboradas com o intuito de estimular sensações nas pessoas (HUNT, 1999). Para Ferreira (2009, p. 1603), pornografia pode ser especificada como “tratado acerca da prostituição. Figura(s), fotografia(s), filme(s), espetáculo(s), obra literária ou de arte, etc., relativos a, ou que tratam de, coisas ou assuntos obscenos ou licenciosos, capazes de motivar ou explorar o lado sexual do indivíduo”.

Vale lembrar que a Legislação Brasileira, no Decreto Lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970, estabelecia que não seriam toleradas as publicações, inclusive as publicações vindas do estrangeiro, contrárias à moral e aos bons costumes, que ameaçassem destruir os valores da sociedade brasileira. Branco (2004, p. 18) afirma que, conforme o decreto, “a pornografia é compreendida como qualquer publicação ou exteriorização contrária à moral e aos bons costumes e que explore a sexualidade”. Com essa afirmação, surgem as seguintes perguntas: Qual o limite para expor a sexualidade? O que é definido como contrário e o que está a favor da moral e dos bons costumes? Branco (2004, p. 18) entende que,

São, portanto, perigosas e parciais quaisquer tentativas de compreensão e análise da pornografia que não contextualizem o fenômeno, ou seja, que não considerem os valores, as ideias e as normas de conduta em vigor no grupo social e no momento histórico em que determinada obra ou determinado comportamento foram considerados pornográficos.

Podemos acrescentar outras perguntas. Quem define o que é erótico e pornográfico? Há limites entre o erotismo e a pornografia? Se existem, até que ponto o que é interpretado como erótico passa a ser pornográfico? Como classificar uma obra como erótica ou

pornográfica?¹² Branco (2004) pontua que uma das distinções mais usuais no meio social, entre os dois fenômenos, trata-se ao teor “nobre” e “grandioso” do erotismo, em oposição ao caráter “grosseiro” e “vulgar” da pornografia. Com essa distinção, pornografia está vinculada a sexo explícito, e o erotismo ao sexo implícito. Branco (2004, p. 19 e 20) questiona essa distinção dizendo que,

Qualquer rápida verificação dos termos dessa afirmativa revelaria um falso pressuposto, que é o de se igualar sexo e nudez à pornografia. De acordo com esse raciocínio, o erotismo seria compreendido, absurdamente, como fenômeno que, embora originário de impulsos sexuais, terminaria por se desvincular de tais impulsos e existir precisamente onde o sexo não está, ou a menos onde ele é “implícito”. Outro aspecto que merece ser ressaltado se refere ao caráter moralizante dessa distinção. Ora, se o erotismo é “nobre” e “grandioso” exatamente por saber esconder, vestir a sexualidade, e se a pornografia é “grosseira” porque revela, exhibe todo impulso sexual, natural ao ser humano, deverá ser considerado também grosseiro e vulgar.

O problema da distinção entre os dois fenômenos torna-se ainda mais complexo com o surgimento da indústria cultural, em decorrência do fenômeno da industrialização, após a segunda metade do século XX. A distinção recai entre cultura erudita e cultura de massa. Branco (2004, p. 21) esclarece essa distinção,

Passam a ser consideradas eróticas as chamadas obras de arte que abordem temas vinculados direta ou indiretamente à sexualidade, enquanto são relegadas ao segundo plano, o da pornografia, as obras sobre sexo, produzidas geralmente em série, e com objetivo prioritário de comercialização e consumo.

Realmente, a pornografia é um produto muito consumido mundialmente e um negócio lucrativo que está ao alcance fácil de consumidores/leitores, mas também é um tema polêmico que provoca debates entre pesquisadores. Dubost (2006) estudou esse assunto e, segundo ele, pornografia é um fenômeno de massa que mobiliza sentimentos de poder. O autor defende a importância de questionar as reais intenções de expor as imagens de nudez e que o sucesso da pornografia não deve ser explicado apenas pelo olhar e consumo dos espectadores.

É importante também analisar os ensaios de nudez. Aqui, nos deparamos com duas questões. A primeira delas é a constatação de um jogo social nos ensaios de nudez. Para Rodrigues, G. (2007), esse evento é promovido em uma relação de cumplicidade entre o que

¹² Menezes (2011) traz análises de algumas obras que, em dada época, foram consideradas como pornografia e hoje ocupam um status de arte. MENEZES, A. H. N. Erotismo, Pornografia, Arte. *MARDUK*. Revista de literatura e arte. Universidade Federal do Vale do São Francisco. v. 8, n. 8, dez., 2011.

se desnuda (o exibicionista) e aquele que contempla (voyeur), mediada pelas lentes do fotógrafo. A segunda questão refere-se à atividade do fotógrafo. Este participa ativamente na perspectiva da foto, projetando suas expectativas e fantasias, realizando enquadramentos e fabricando um ponto de vista.

Esse tipo de fabricação nos faz lembrar sobre os enquadramentos realizados pela Gaie France com o intuito de afetar a maneira de recepção e interpretação do leitor. De acordo com Butler (2015, p. 13), esses enquadramentos indicam “nos modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo”. Para a pesquisadora, “quando o quadro é emoldurado, diversas maneiras de intervir ou ampliar a imagem podem estar em jogo” (BUTLER, 2015, p. 23). Dessa maneira, existem diferentes maneiras de esculpir seletivamente a experiência de acordo com os próprios interesses. A própria imagem/fotografia já delimitou o que será levado em conta dentro do enquadramento. E essa prática de demarcação é interpretativa, como são, potencialmente, os vários efeitos de ângulo, foco, luz, etc. A mais transparente das imagens “está submetida a um enquadramento com um propósito, trazendo esse propósito nos limites de seu enquadramento e implementando-o através do enquadramento” (BUTLER, 2015, p. 108). Segundo Butler (2015, p. 110),

Não precisamos de uma legenda ou de uma narrativa para compreendermos que um contexto político está sendo explicitamente formulado e renovado através do e pelo enquadramento, que o enquadramento funciona não apenas como uma fronteira para a imagem, mas também estrutura a imagem em si.

A autora afirma que a imagem estrutura a forma pela qual registramos a realidade e, ao mesmo tempo, possui a função delimitadora do enquadramento. Assim, as imagens na Gaie France, que, hipoteticamente deveriam apresentar a realidade, na verdade a escondem da percepção. Os enquadramentos visuais e narrativos pressupõem decisões e práticas que deixam perdas substanciais fora do enquadramento, configurando um espaço de ilusão unindo a realidade com a não realidade.

Diante desses dados, podemos pensar que a revista é um espaço que envolve muitas significações, cuja complexidade não pode ser vista em um primeiro momento. A revista é um espaço de ilusão e fantasia em que são investidos expectativas e desejos. É também um espaço no qual o indivíduo se constrói e projeta sua imagem, seu corpo. Tendo percebido essas ideias, você verá que a Gaie France é uma utopia que representa uma versão aprimorada da sociedade, pois a imagem projetada nela não existe, mas também é uma heterotopia, porque a Gaie France é um objeto que forma as condições que o leitor se relaciona à sua

própria imagem. Como diz Foucault (2013, p. 8), “a utopia é um lugar fora de todos os lugares, mas um lugar onde eu teria um corpo sem corpo”. Para ele, “o corpo humano é o ator de todas as utopias” (p. 12).

A Gaie France é uma heterotopia, conforme a concepção de Foucault, por alguns motivos: a) a revista retrata e justapõe em suas páginas vários outros espaços estranhos, que se contradizem, por sua natureza e objetivo, pois não encontramos esses espaços em outro lugar; b) a Gaie France está ligada ao tempo, fazendo coexistir em um mesmo espaço elementos de diversas épocas; c) simultaneamente, a revista possui um sistema de abertura que a separa em relação ao espaço a sua volta. A revista pode ser aberta, porém possui a propriedade de nos manter de fora.

Para finalizar, tendo em vista os argumentos apresentados até o momento, concluímos que a Gaie France era uma mídia com muitas representações sociais, uma fonte de memória, com muitas funções e características, possuindo mais do que uma simples história de amor com o leitor. A revista contribuía para o processo de lembrança e esquecimento e detinha o poder de selecionar, hierarquizar e descartar os assuntos. Fazia tudo isso com o objetivo de descrever uma realidade de acordo com seus critérios – mas uma realidade criada pela revista – e modificar o meio social. Por outro lado, o leitor busca também modificar o rumo da revista de acordo com os próprios interesses por meio da seção “cartas do leitor”. Constatamos, então, que esse tipo de relação é, na verdade, um emaranhado de micropoderes, envolvendo identificações, diferenciações, desejos, conflitos sociais e relações de poder. Nesse sentido, é necessário ter em mente que essa revista nos oferece uma impressão parcial da realidade. É fundamental olharmos criticamente para o nosso objeto de estudo, tentar desvendar como ocorrem os processos de enquadramentos e descobrir o que está camuflado, e, para isso, precisamos conhecer o ponto de vista de quem produz a revista e de quem está por trás das câmeras (nos ensaios de fotos) participando ativamente na construção dessa suposta realidade.

É fundamental também registrar que vários fatores podem ter contribuído para a paralisação da Gaie France, na década de 1990, no mercado de revistas: falta de foco em seus objetivos e conteúdos abordados; as crises capitalistas, tão presentes no mundo todo; a concorrência com outras revistas ou meios de comunicação; a falta de anunciantes ou, talvez, a prática censória por meio de leis criadas pelo Estado, proibindo temas, imagens e sua circulação nas bancas de jornal. Buscaremos responder mais precisamente esse questionamento após a análise da revista.

Não podemos esquecer que na revista *Gaie France* as imagens e os corpos são utilizados como suportes na constituição de memória, construções sociais importantíssimas, com vários significados. Nela, o corpo mostrado por meio da imagem é: disciplina, espetáculo, uma mistura de realidade e fantasia, mercadoria, um objeto de desejo, uma mídia, ou seja, um meio de transmitir mensagens e de concretizar sentidos e, também, um instrumento de luta por direitos políticos em movimentos sociais, como veremos a partir de agora em outras publicações.

1.3 Movimentos sociais e as publicações homoeróticas

Como mencionado na introdução desta dissertação, a *Gaie France* foi um meio de comunicação de origem francesa e coordenada por portugueses. Porém, a revista fez parte do cotidiano de brasileiros na década de 1990, visto que a mídia publicava notícias e informações referentes a uma parcela da nossa sociedade e recebia cartas de leitores brasileiros, configurando uma possível aproximação entre indivíduos, grupos e a revista. Com isso, podemos dizer que a *Gaie France* é um retrato vivo, uma fonte de memória, um reflexo da sociedade brasileira, portuguesa e francesa e, também, o resultado de uma série de acontecimentos ou eventos importantes que contribuíram para sua concretização, no meio midiático, em seu período de circulação. Não sabemos, por enquanto, se a revista tinha articulação com movimentos sociais com o objetivo de reivindicar direitos. Outra observação relevante que merece ser lembrada diz respeito a sua segmentação para um determinado tipo de público discriminado historicamente e relegado a viver clandestinamente e de forma oculta socialmente, neste caso, os LGBT. Da mesma forma, não sabemos se outras publicações (jornais e revistas) do mesmo segmento, no Brasil, naquela época, tinham participação em movimentos sociais, se praticavam a militância, de que forma a militância era praticada e porque essas publicações pararam de circular.

Por motivos didáticos, acreditamos que seja relevante discutir as opiniões de autores acerca dos movimentos sociais e das principais publicações segmentadas para o público LGBT. Sem dúvida, esses dados nos ajudarão a estudar a revista *Gaie France*, a entender melhor o universo das publicações homoeróticas e o contexto da época, uma vez que as publicações brasileiras são também um reflexo dos acontecimentos internos e externos do país.

Para tanto, realizaremos uma retrospectiva memorial abordando cinco publicações que circularam nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990: *O Snob*, *O Lamião da Esquina*, *Nós Por Exemplo* (NPE), *Sui Generis* e *G Magazine*.

Sabemos que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por transformações importantes em várias áreas na sociedade brasileira e no mundo. Uma dessas transformações foi a revolução sexual, na qual surgiram novos conceitos e valores, o que por sua vez contribuiu para uma maior liberdade de expressão, novos olhares aos próprios desejos e também em direção ao outro.

É dentro dessa reviravolta social que a imprensa homoerótica, no Brasil e no mundo, surgiu na década de 1960. Conforme Rodrigues, J. (2007, p. 55), foi uma necessidade “que uma parcela da sociedade teve em procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis”. O autor constatou que no início da década de 1960 já existiam alguns jornais dirigidos ao público LGBT. Os editores desses jornais criaram a *Associação Brasileira de Imprensa Gay* (ABIG) como uma forma de afirmação perante a sociedade. A ABIG durou apenas até 1964, no entanto, os jornais continuaram sendo publicados. O pesquisador destacou um entre esses jornais, lançado no Rio de Janeiro, no início da década de 1960, *O Snob*. Green e Polito (2006, p. 155) apresentam alguns dados sobre o periódico,

Em 1963, Agildo Guimarães editou uma das primeiras publicações para homossexuais masculinos no Brasil: *O Snob*. A expressão foi escolhida porque, segundo ele, “era muito usada pelas bichas naquela época”. Para a realidade brasileira, pode-se dizer que o jornal teve vida longa: com 99 números regulares e uma edição “retrospectiva”, foi publicado de julho de 1963 a junho de 1969, ano em que o endurecimento do regime militar levou à sua extinção. Inicialmente modesto, com poucas páginas, mimeografado e com desenhos de modelos femininos, o jornal foi se sofisticando, chegou a atingir de 30 a 40 páginas, divulgou ilustrações mais elaboradas, colunas de fofocas, concursos de contos e entrevistas com os travestis mais famosos do período. E se nos primeiros números as matérias eram leves, brincadeiras trocadas entre os *gays*, aos poucos o jornal foi se politizando e passou a discutir problemas relativos à realidade brasileira. Mas principalmente abordou uma pauta importante de questões referentes à homossexualidade masculina no Brasil em seus aspectos internos e em suas interações com a sociedade mais ampla.

Essas informações nos permitem realizar algumas observações em relação ao jornal. A primeira delas é a criação de um espaço coletivo que possibilitasse a comunicação e o encontro com os seus semelhantes. A segunda é a escolha de uma expressão muito utilizada pelos *gays*, na época, para nomear o periódico, como uma estratégia visando afirmar a

identidade e alcançar mais visibilidade. A terceira trata-se do surgimento de uma preocupação política em discutir questões referentes à homossexualidade no Brasil.

Essas motivações ideológicas não foram fortes suficientes para enfrentar a censura moralista do regime militar. O jornal *O Snob* e seus discursos, na visão da ditadura militar, representavam uma ameaça à integridade das famílias e dos jovens do país, e o que estava em jogo era defender a moral e os bons costumes da sociedade brasileira.

Entretanto, essa situação tomaria novos rumos nos últimos anos da década de 1970. O regime militar começou a sofrer oposições de movimentos sociais de estudantes, operários, artistas, negros, feministas e homossexuais. O processo de abertura política em direção à democracia ganhou o impulso que precisava para o seu desenvolvimento com a união desses setores oposicionistas. Quanto a isto, o texto de Green (2000, p. 273) é muito esclarecedor,

O ano de 1978 foi um ano mágico para o Brasil. Após mais de uma década do regime militar, a queda dos generais parecia iminente. Centenas de milhares de metalúrgicos, após anos de silêncio, cruzaram os braços para protestar contra a política salarial do governo. Estudantes encheram as ruas das maiores cidades brasileiras com gritos de “Abaixo a Ditadura!”. Estações de rádio começaram a tocar músicas censuradas, e estas se tornaram as canções mais populares no país. Negros, mulheres e até mesmo homossexuais começaram a se organizar, exigindo ser ouvidos. Durante o longo verão entre 1978 e 1979, uma dúzia de estudantes, escriturários, bancários e intelectuais reuniam-se semanalmente em São Paulo. Indo de apartamento em apartamento, sentando no chão por falta de móveis suficientes, eles planejaram o futuro da primeira organização pelos direitos dos homossexuais no Brasil. As reuniões se alternavam entre sessões de conscientização e discussões. Os participantes, na maioria homens *gays*, mas também algumas lésbicas que iam e vinham, debatiam as últimas matérias contra os homossexuais publicadas pelo jornal escandaloso *Notícias Populares*, e a resposta que deveria ser dada pelo novo grupo, *Ação pelos Direitos Homossexuais*. Eles também liam cuidadosamente cada número da recém-lançada publicação mensal *Lampião da Esquina*. Este novo jornal, de tamanho tabloide, era produzido por um grupo de escritores e intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo, e se declarava um veículo para discussão de sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, e machismo.

É nesse cenário que o primeiro movimento homossexual surgiu em meio a dois acontecimentos importantes na História do Brasil: da abertura política e da oposição ao regime militar. Green (2000) enumera três inspirações que contribuiriam para a formação da primeira organização política de *gays* e lésbicas em São Paulo, o chamado *Grupo Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*: 1) A publicação do jornal mensal *Lampião da Esquina* voltado aos homossexuais; 2) As influências de movimentos políticos e sociais nacionais; 3) O movimento *gay-lésbicas* internacional. Vale lembrar que, inicialmente, o *Grupo Somos*:

Grupo de Afirmação Homossexual foi chamado de *Ação pelos Direitos Homossexuais*. Esse primeiro nome do grupo foi muito criticado por ressaltar demasiadamente o caráter político.

Na verdade, existiu uma articulação com interesses comuns entre o movimento homossexual e o *Lampião da Esquina*. O próprio jornal serviu de inspiração para o lançamento do primeiro grupo homossexual. E este aproveitou o espaço do *Lampião da Esquina* para defender os interesses do movimento, para reivindicar mudanças e direitos no cenário brasileiro. Segundo Zanatta (1996-1997, p. 197), o Grupo Somos “aproveitou o espaço de correspondência e divulgação do jornal *Lampião da Esquina* para inspirar outros homossexuais a criarem grupos de reflexão e militância”.

Por esses motivos, Gonçalves (2010) classifica o *Lampião da Esquina* como militante, defensor dos direitos dos homossexuais, o primeiro meio de comunicação de ampla circulação nacional dirigido a esse público, que buscava retirar os *gays* da clandestinidade e lutar pelo exercício da liberdade de expressão. De acordo com o autor, as narrativas do *Lampião da Esquina* eram em defesa da visibilidade, da identidade *gay*, da cidadania e dos direitos civis dos homossexuais.

A militância e a luta em defesa dos direitos homossexuais estavam presentes até no nome do periódico. Coelho e Alencar (2014) explicam a escolha do título do jornal: a) Era uma sátira a figura do rei do cangaço, Virgulino Ferreira da Silva, porque submetia à ideia de “coisa machista”; b) Outra referência ao nome do periódico seria a vida *gay* de rua ou “gueto” e a ideia de luz e caminho em busca do reconhecimento aos direitos homossexuais.

O jornal chegou ao fim em junho de 1981. Silva (2010) cita alguns fatores que conjugados levaram ao desgaste e o fim do periódico: a) falta de anunciantes; b) aumento do preço do papel e dos custos de produção; c) resistência por parte de grandes distribuidoras; d) a desagregação interna marcada por rivalidades entre os conselheiros paulistas e cariocas; d) a concorrência com o surgimento de outros jornais e revistas com homens nus voltados para os homossexuais; e) perseguição da direita “terrorista” a imprensa alternativa em geral. Gonçalves e Santoro (2011) acrescentam mais um fator: f) a publicação de fotos de ensaios eróticos que desencadearam a perda de credibilidade do jornal.

O fato é que mesmo com pouco tempo de circulação, o surgimento do *Lampião da Esquina*, na segunda metade da década de 1970, foi um marco na história da imprensa homoerótica e uma conquista importante para os homossexuais. Mas essa não foi a única conquista nesse período, como veremos a seguir nos relatos de Green e Polito (2006, p. 178),

O ano de 1977 assistiu a uma verdadeira explosão discursiva em torno da homossexualidade no Brasil. Inúmeras matérias em jornais e revistas, de grande circulação ou não, atestam o fato de que os *gays* tinham se tornado um assunto público de grande relevância.

Foi percebida também, nesse período, certa liberdade e o surgimento de novos espaços sociais. Rodrigues J. (2007, p. 48) observa que,

No fim da década de 1970, os homossexuais gozavam nos grandes centros urbanos de uma certa liberdade, refletida nas inserções na mídia, no considerável aumento de espaços sociais, tais como bares, boates, restaurantes, praias, muito embora o preconceito se manifestasse forte em diversas áreas. De qualquer forma, a conjuntura daqueles anos proporciona à comunidade *gay* uma liberdade na qual o hedonismo era o personagem de maior destaque.

Esse cenário de conquistas foi abalado no início da década de 1980. A AIDS foi noticiada, mundialmente, por meio da imprensa como “doença de homossexuais”. Zanatta nos lembra que a AIDS foi denominada de “peste *gay*”, “câncer *gay*” e “peste rosa”.

Parker (2002, p. 68) esclarece que a AIDS surgiu, no Brasil e no mundo, por meio da mídia com um “conjunto complexo de discursos culturais e representações sociais, a forma da vida sexual começou a mudar por causa da AIDS mesmo antes de muitos brasileiros terem qualquer contato direto ou íntimo com a epidemia ou com as pessoas afetadas por ela”. Os discursos sobre a doença na mídia apareceram de maneira distorcida, nos quais os homossexuais eram retratados como os verdadeiros responsáveis pela conversão sorológica.

Houve, portanto, como bem argumentaram Silva e Caeiro (2015), uma associação entre os homossexuais e a AIDS, mesmo depois de comprovado que o vírus podia ser transmitido a qualquer ser humano, através do sangue, esperma e fluídos corporais. No imaginário social, o homossexualismo retomou ser sinônimo da doença, ou seja, ser homossexual era ser portador do vírus HIV, em uma relação de causalidade.

A imprensa informou a população sobre a AIDS, mas também contribuiu fortemente com a propagação desses discursos. Soares (2006) afirma que a imprensa, nos anos 1980, mesmo depois da ciência mudar a ideia de “grupo de risco” para o de “comportamento de risco”, continuava fazendo a manutenção do sentido que afirmava ser a AIDS, senão própria dos *gays*, muito próxima ainda desse grupo.

E o que aconteceu com o movimento homossexual com o surgimento da AIDS? Zanatta (1996-1997) responde essa pergunta dizendo que as diferenças de opiniões internas, o preconceito, a associação entre *gays* e a AIDS e o pânico da epidemia, contribuíram para o enfraquecimento da militância homossexual no país, porém não resultou no seu fim. Alguns

grupos continuaram com suas atividades, como, por exemplo, o Grupo *Gay* da Bahia. Já outros surgiram neste período, como o Triângulo Rosa/RJ (1985-1988). Contudo, essa situação mudaria mais adiante. A autora acrescenta que “ao final dos anos de 80 e começo dos 90, os grupos homossexuais retomam fôlego, agora visceralmente ligados ao trabalho de apoio e solidariedade às vítimas da AIDS, às campanhas de esclarecimento e divulgação” (p. 214).

A comunidade *gay* iniciou uma verdadeira mobilização social e política em defesa da causa da AIDS. Segundo Parker (2002, p. 71), a AIDS “proporcionou uma base importante, bem como uma fonte significativa de recursos, para a organização e a mobilização *gay* cada vez mais visíveis”.

Com essa perspectiva, em janeiro de 1991, um grupo de profissionais, partindo da experiência e do trabalho que desenvolviam nas áreas de saúde e de direitos humanos, com destaque no trabalho de prevenção à AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), resolveu fundar o *Núcleo de Orientação em Saúde Social* (NOSS). Este realizava um trabalho de campo militante. Seus integrantes iam ao encontro de *gays* em vários espaços, inclusive de prostituição. Porém, eles desejavam atingir um número maior de pessoas. É quando acontece novamente o encontro entre movimento homossexual e jornal. No fim do ano de 1991, o NOSS dá início ao jornal *Nós Por Exemplo* (NPE) (RODRIGUES, J., 2007).

De acordo com Junior (2014), o jornal *Nós Por Exemplo* – devido aos efeitos da AIDS na década de 1980, inclusive a associação entre homossexuais e a doença – veio oferecer aos seus leitores informações sobre as possibilidades de enfraquecimento do vírus HIV, desmistificar mitos sobre a doença, orientar, especialmente, em relação às doenças sexualmente transmissíveis. O *Nós Por Exemplo* realizou várias campanhas sobre a relevância de usar a camisinha nas relações sexuais.

Na década de 1990, o surgimento do *Nós Por Exemplo* veio a preencher várias lacunas por três motivos. As leituras de Rodrigues J. (2007, p. 130) contribuem para entender esse momento histórico,

Primeiro, tratava-se da volta de um periódico direcionado a comunidade *gay/lésbica*. Segundo, um veículo no qual a Aids pôde ser tratada de forma honesta e segura, livre do cunho moralista e preconceituoso. Terceiro, o movimento homossexual brasileiro, até então sem uma mídia que lhe garantisse espaço de expressão, encontra no NPE o que um dia o *Lampião da Esquina* fez para o iniciante movimento de organização da “minorias *gay*”: apoio e divulgação.

O jornal *Nós Por Exemplo* promovia uma articulação com o jornal *Lampião da Esquina* das seguintes formas: trouxe informações sobre o *Lampião da Esquina* para os novos leitores. Na seção *Memória*, por quatro edições, o *Nós Por Exemplo* reproduziu artigos originalmente publicados no *Lampião*. Rodrigues J. (2007, p. 136) fez uma análise sobre o ativismo do *Lampião da Esquina* e o *Nós Por exemplo*,

Se o ativismo no *Lampião da Esquina* em alguns momentos foi motivo de grandes celeumas, fora e dentro do jornal, no *Nós Por Exemplo*, o movimento gay brasileiro é motivo de orgulho. Em primeiro lugar, uma seção – *Grupos gays* – é dedicada somente para eles. Em segundo, a partir do número 9 surge a seção *Movimento*. Nestas seções são discutidos os caminhos do movimento gay, apresentando um novo grupo, ou tratando de questões sobre visibilidade, etc. Existe um orgulho do jornal pelo movimento, pela própria comunidade gay/lésbica. É o jornal que promove a primeira passeata gay no Rio de Janeiro, em janeiro de 1993.

O jornal *Nós Por Exemplo* incentivou a militância gay criando uma seção chamada *Grupos Gays*, na qual eram publicadas notícias acerca do movimento homossexual, no Brasil, e orientações de como criar um grupo gay. Os grupos que já existiam recebiam o jornal gratuitamente.¹³

Realmente, o periódico *Nós Por Exemplo* não apresentou o impacto do *Lampião da Esquina* e nem apresentou o sucesso, como veremos mais adiante, da revista *Sui Generis*. Todavia, o jornal foi pioneiro em enfrentar a AIDS, falando de sexo, doença e morte de uma maneira cautelosa e honesta. O jornal *Nós Por Exemplo* parou de circular no segundo semestre de 1990, mas, dessa vez, a imprensa homossexual tinha aumentado. Outros periódicos – como, por exemplo, a *Sui Generis* – já ocupavam discretamente as bancas de jornal no país. Cada um deles destinando-se a segmentos diferentes das múltiplas identidades que constituem o universo homossexual.

Na décima segunda edição, o jornal *Nós Por Exemplo*, por ter ganhado um financiamento oriundo de fontes particulares, passa a ser distribuído de forma gratuita, pois, igual ao *Lampião da Esquina*, ele tinha poucos anunciantes. E estes eram ligados ao próprio cenário gay: bares, saunas e discotecas. Constatamos, então, que não houve transformações em relação ao *Lampião da Esquina*. Os seguintes motivos contribuíram para o fim do jornal *Nós Por Exemplo*: a produção do periódico ficou mais cara; o dinheiro era escasso, porque as

¹³ Isto fica claro ao constataremos o número de grupos que se organizam durante a existência do *Nós Por Exemplo*. Na primeira edição do jornal, em dezembro de 1991, existiam seis grupos gays no Brasil. Em março de 1995, a edição número 21 publicava a lista de nomes dos 62 grupos gays espalhados pelo Brasil (RODRIGUES, J., 2007).

vendas e assinaturas eram poucas; mais da metade da tiragem era distribuída gratuitamente e, com o término do financiamento, os anúncios não cobriam a produção (RODRIGUES J., 2007). Na verdade, muitos periódicos sofriam o preconceito das empresas, pois estas não queriam vincular o nome de suas marcas em anúncios de publicações homoeróticas. No entanto, essa situação não demorou muito para mudar.

Na metade da década de 1990, os grupos homossexuais e ONGs/AIDS tornaram-se referências importantes na construção social do mundo *gay* com novos marcadores simbólicos e protagonistas. Essas organizações ajudaram a estabelecer o leque de possibilidades que havia para a conceituação da vida homossexual, não somente como um tipo de comportamento sexual, mas também como forma de expressão social e de identidade. Os movimentos homossexuais ressaltavam a relevância de se assumir e incorporaram a diversidade sexual, no movimento *gay*, de uma forma mais ampla (PARKER, 2002).

Nesse aspecto, a segunda metade da década de 1990 apresentou conquistas e mais visibilidade para o movimento homossexual: a) A criação do conceito GLS que representava *Gays, Lésbicas e Simpatizantes*;¹⁴ b) A elaboração do *Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual*, em que foram exibidos vários filmes que abordavam diversas expressões da sexualidade; c) O surgimento e crescimento de novos estabelecimentos comerciais e culturais destinados ao público GLS. O “novo” esquema mercadológico fez com que a mídia, no Brasil, começasse a publicar a existência de um “mercado *gay*”, sobretudo, quando esse mercado percebeu o poder de consumo de certo segmento homossexual (RODRIGUES e FILHO, 2008). Gonçalves (2010, p. 8) nos proporciona mais detalhes sobre esse novo “mercado *gay*”,

Na década de 1990, foi possível assistir o reflorescimento do movimento homossexual com sua institucionalização, em muitos casos, e com uma aproximação do Estado e de organizações internacionais. A mobilização de *gays* e *lésbicas* e a solidificação de uma cultura *gay* teve como desdobramento a segmentação de mercado para esse público. Tal mercado especializado no público *gay* significa uma nova rede de infraestrutura: um circuito de casas noturnas; a mídia segmentada; festivais de cinema; agências de turismo; livrarias; programas de TV e canal a cabo; sites e lojas de roupas. O mercado GLS significou uma expansão das fronteiras do “gueto”. Uma efetiva maior circulação de informações dentro do grupo *gay*. E por fim, uma mudança no discurso de gueto para comunidade. O gueto era o espaço do isolamento social e de liberação da identidade sexual. Já o mercado GLS é o espaço de afirmação, visibilidade e integração social dos homossexuais. Espaço de uma subcultura urbana. Onde se desenvolve um consumo, uma forma de mediação

¹⁴ Posteriormente, a sigla GLS (*Gays, Lésbicas e Simpatizantes*) mudou para LGBT (*Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros*).

das relações sociais com base em fatores econômicos. O consumir reflete as dinâmicas sociais do mercado e da vida coletiva dando visibilidade aos homossexuais.

Com essas observações, constatamos que a segunda metade dos anos 1990 lembra a outra metade do fim dos anos 1970. Período no qual a liberdade e o hedonismo triunfavam. Porém, nos anos 1990, esse hedonismo vinha composto de muita cautela. Após anos de recolhimento, os homossexuais estavam novamente inseridos publicamente na sociedade. O jornal dá lugar à revista, veículo mais adequado para os tempos modernos, consumo e recursos tecnológicos.

Nesse cenário, surgiu a *Sui Generis* lançada em 1994¹⁵. Rodrigues J. (2007) menciona que o objetivo da revista era lançar uma nova proposta no mercado editorial de revistas destinadas aos homossexuais, no qual se encontravam publicações com destaque no erotismo, sobretudo, pelo uso da nudez masculina e dos contos eróticos. Desse modo, a *Sui Generis* priorizou temas como cultura, tendências, comportamento, moda e entrevistas com grandes nomes do meio artístico e da política nacional, mais do que a nudez erótica tão presente em outras revistas. Tudo isso com uma preocupação de fazer um bom jornalismo, com textos analíticos, fotografias bem produzidas e um projeto gráfico inovador.

A *Sui Generes* buscou fortalecer a autoestima de seus leitores e desenvolver a conscientização sobre a importância da afirmação da própria orientação sexual publicamente. A revista também buscou desde o começo proporcionar visibilidade e expressar as características das identidades homossexuais que de certa forma refletissem o comportamento daquela comunidade dos anos 1990, de forma positiva e para fora dos guetos.

Além disso, a *Sui Generes* abria espaço para as organizações em defesa das minorias. A revista divulgava notícias sobre prevenções de doenças, campanhas contra a violência, informações sobre o movimento LGBT, eventos voltados para o público homossexual e trazia notícias de interesse do grupo. Com isso, acreditamos juntamente com Rodrigues J. que a *Sui Generis* também fazia militância, no entanto, da sua maneira, apostando em uma postura militante sem os excessos e estilos do ativismo dos anos 1970.

Apesar da *Sui Generis* não retratar a nudez erótica, frequentemente, a revista destacava o desejo homoerótico por meio da valorização do corpo masculino e de diversas matérias que abordavam o universo homossexual.

¹⁵ Por definição, vale esclarecer que, *sui generis* significa “de seu próprio gênero; Que não apresenta analogia com nenhuma outra (pessoa ou coisa); peculiar” (FERREIRA, 2009, p. 1891).

Mas este tipo de destacamento e abordagem não foi suficiente para os leitores da *Sui Generis*. A editora Fractal, em abril de 1997, aproveitando a lacuna apresentada na *Sui Generis*, lança a revista *Bananaloca*¹⁶. A publicação explorava o nu masculino com ensaios fotográficos com modelos brasileiros, além de reportagens direcionadas ao público homossexual. A revista *Bananaloca*, que a partir do quinto número passou a denominar-se *G Magazine*, tornou-se o maior sucesso editorial na história da imprensa homossexual brasileira. As ousadias visuais nos ensaios de moda, os projetos gráficos inovadores e os artistas e intelectuais entrevistados pela *Sui Generis* não foram capazes de enfrentar os “famosos” da *G Magazine*. A falta de anunciantes e uma boa parte dos leitores preferindo a *G Magazine* fizeram com que a *Sui Generis* começasse a enfraquecer.

A revista *G Magazine* ganhou espaço explorando com mais intensidade os ensaios homoeróticos de homens famosos (artistas, esportistas, modelos conhecidos) com nudez frontal e ereção, apresentando informações, reportagens e entretenimento de interesse do público homossexual.

Em sua dissertação de mestrado, França (2010) analisou as edições de 1997 a 2009, mesmo quando ainda era chamada de *Bananaloca*. O autor buscou identificar, por meio da análise do discurso, em que a *G Magazine* se diferenciava de outras revistas. Ele constatou que a *G Magazine* diferencia-se de outras publicações pela frequência de discursos sobre a homofobia, o assumir-se *gay* e a militância. França nos mostra dados importantes sobre a *G Magazine*.

As seções eram atravessadas em vários momentos pelo discurso da militância. Para exemplificar, a subseção *Merece vaias/Merece aplausos* criticava ou apoiava os posicionamentos, normalmente políticos ou religiosos, quando abordavam as questões relacionadas aos homossexuais. A seção *Do Babado* abria espaço para a divulgação de informes de grupos LGBTs organizados. Duas colunas, especialmente, merecem ser lembradas, porque traziam discursos sobre o ativismo: *A Voz A.B.L.G.T*, que apareceu, inicialmente, na seção *Do Babado*, em 1998, como um espaço para manifestação de grupos homossexuais organizados; e a coluna *Olho no Olho* assinada por João Silvério Trevisan, um dos grandes protagonistas do movimento *gay* organizado na década de 1970.

¹⁶ Com o nome *Bananaloca*, a revista teve um breve período de circulação, chegando à quinta edição em setembro de 1997, na qual já se materializava a transição para *G Magazine*, ocorrendo a mudança de nome por já haver um grupo na internet com a marca *Bananaloca*. Com o primeiro número de *G Magazine*, é (re)iniciada a contagem das edições, ocorrendo a primeira edição de *G Magazine* em outubro de 1997, apesar de não sofrer, em relação ao “antigo” projeto, mudanças de direção e corpo editorial (FRANÇA, 2010).

Na revista, o ato de subjetivar-se como homossexual militante se fez necessário, sendo a militância vista como um ato de enfrentamento do preconceito. Nisso, os homossexuais eram convocados à mobilização social, a lutarem por leis que criminalizavam a homofobia, a defender os seus iguais no que diz respeito à sexualidade. Isso inclui por meio da associação a grupos de homossexuais, ou ainda pela criação desses grupos.

A boicotagem a marcas ou produtos não é uma atividade exclusiva de líderes evangélicos que reprovam a retratação de homossexuais na mídia. Na revista *G Magazine*, os homossexuais brasileiros eram chamados à prática de boicote como prática militante. Alguns discursos diziam para boicotar o consumo de produtos e marcas que, apesar de serem consumidas pela comunidade *gay*, não anunciavam na *G Magazine*, que funcionava como representativa de revistas destinadas ao público homossexual. O mesmo acontecia aos programas e às emissoras de televisão. A prática que os homossexuais deveriam exercitar seria a valorização de emissoras e programas que tratassem de conteúdos importantes a pessoas heterossexuais e homossexuais. Seriam, portanto, passíveis de boicote as emissoras e os programas que segregassem ou diminuíssem os homossexuais.

A compra da *G Magazine* também era incentivada como um ato de militância e de assumir-se, uma vez que significava consumir simbolicamente um material destinado aos homossexuais, e de modo natural, isto é, sem preocupar-se com que o “vendedor vai dizer”. Era, na verdade, um plano mercadológico para vender revista.

O assumir-se publicamente na *G Magazine* era reforçado como um ato de militância. O conceito de “armário” foi bastante produzido na revista e materializado de duas formas. Funcionava como metáfora para a ocultação da homossexualidade e para pouca liberdade.

Na *G Magazine*, o assumir-se era valorizado e o não assumir, subestimado. Se o enrustimento é problema, o assumir-se era a solução para a comunidade homossexual. A revista, além de indicar os inimigos dos homossexuais (os enrustidos violentos, os homofóbicos do meio e as vítimas inertes), apresentava formas de ser aliado do movimento. Uma delas é a saída do armário. Ademais, os discursos declaravam tanto a necessidade e os benefícios de assumir-se, de engajar-se em lutas do grupo LGBT, como também indicavam quem seriam os prejudicados (a geração futura), caso isso não acontecesse. Tudo isso em resposta ao que acontecia, frequentemente, na sociedade: o enrustimento. Essa posição encontrava-se também em anúncios publicitários, no entrecruzamento de discursos verbais com as imagens.

Nas edições da *G Magazine*, França (2010) observou que alguns discursos se repetiam acerca do assumir-se, de modo que foi possível observar efeitos de sentidos desse assumir-se: a) prazer em viver; b) coragem; c) virilidade; d) verdade; e) louvável; f) felicidade; g) dignidade; h) autoconhecimento; i) liberdade; j) amor próprio. É possível verificar que em todos esses efeitos de sentidos prevalece um valor positivo.

O homoerotismo era utilizado como um meio incentivador para que outros *gays* pudessem sair do armário, sendo o homoerotismo revelado, colaborava para a diminuição do preconceito.

A Parada *gay* também aparecia nos discursos da *G Magazine* como forma de luta, protesto e de assumir-se. A parada seria uma forma de combater o machismo, lutar contra a homofobia, reivindicar o amor e de ampliar as conquistas sociais. Nesse caso, a visibilidade das Paradas seria importante para pôr fim aos “armários”. Nos discursos da *G*, o assumir-se também englobava a escolha de candidatos que tivessem comprometimento em defender os direitos dos homossexuais.

A militância era uma prática muito importante para a *G Magazine*. Para tanto, a revista criou discursos como estratégias de convencimento para que os homossexuais assumissem suas orientações sexuais e que se engajassem no movimento LGBT. Era, portanto, uma espécie de recrutamento de corpos, com a intenção de modificá-los por meio de uma disciplina.

A *G Magazine* entrou em crise financeira, em 2008, quando foi vendida para outra empresa, e desde essa época entrou em declínio, até junho de 2013, quando saiu de circulação.

Em uma última análise nesta seção, gostaríamos de realizar alguns comentários que, certamente, nos ajudarão no momento de realizar a análise da Gaie France. Podemos dizer que a representatividade social das publicações *Snob*, *Lampião da Esquina*, *Nós Por Exemplo*, *Sui Generis* e *G Magazine* vão além da simples intenção de entreter, de informar ou de lucrar financeiramente com as vendas de suas edições nas bancas de jornal. As publicações assumiram um papel importante nas discussões políticas e sociais, propagando diferentes ideologias, com participação em movimentos sociais, contra um sistema que os tornavam invisíveis. Observamos que todas as publicações analisadas estavam ligadas à participação em movimentos homossexuais, direta ou indiretamente, e praticavam a militância.

A militância era concretizada por meio do investimento de uma produção de discursos, expressões, imagens e de toda uma série de representações sociais que exploravam: mais visibilidade e liberdade de expressão na sociedade; a vida homossexual como expressão

social; o incentivo ao engajamento de novos militantes e a criação de novos grupos *gays*; a divulgação de informações sobre os movimentos homossexuais; os problemas enfrentados pelo grupo LGBT, reivindicações de direitos e solicitações de mudanças no cenário brasileiro; a luta por cidadania e contra o preconceito; a realização de campanhas que possibilitassem a propagação de informações e orientações como medidas de proteção da comunidade *gay* em tempos de AIDS.

As publicações estudadas enfrentaram vários problemas que levaram ao seu encerramento no meio midiático: a censura moralista e a proibição do Estado autoritário; preconceito por parte de empresários e a falta de anunciantes; problemas financeiros; concorrência com outras mídias. As publicações acabaram, porém os movimentos homossexuais continuaram.

Essas organizações criaram espaços por meio de publicações visando: facilitar o encontro com seus semelhantes; expressar a própria sexualidade e a identidade *gay* como algo natural; e a valorização do homoerotismo. A imprensa foi o seu principal instrumento de reivindicação, de lutas por direitos sociais e políticos e por mais visibilidade.

Além disso, as publicações abordadas aqui influenciavam, organizavam, selecionavam, registravam e conservavam as memórias individuais; ajudavam a esculpir as memórias coletivas de cada publicação e do movimento LGBT como um todo, por meio de suas representações sociais. Vale ressaltar que as publicações não ofereciam apenas opiniões do passado e do presente, mas também buscavam transformações no campo social, visando ao futuro. A militância dessas publicações articulava memórias, era uma maneira de atuar em busca de legitimação por meio de práticas sociais.

2.0 PEDERASTIA E HOMOEROTISMO

Ao longo da história várias expressões foram cunhadas com o intuito de conceituar a relação sexual e afetiva entre pessoas do mesmo sexo. Podemos citar: sodomia, inversão, uranista, homossexualismo, homossexualidade, HSH (homens que fazem sexo com homens), homoafetividade, *gays*, homoerotismo e pederastia. Entre essas expressões, as duas últimas nos chamam a atenção na Gaie France, em virtude de uma constante valorização nas edições da revista com os temas: juventude, beleza e a nudez de rapazes adolescentes. Diante disso, acreditamos que é de fundamental importância estudar o homoerotismo e a pederastia. Mas, para isso, é necessário voltar ao passado em busca de respostas e realizar uma reconstrução sociohistórica e de memória para entender melhor esses dois fenômenos. Logo, para alcançar tal meta, faz-se necessário abordar a cultura grega, seu sistema educacional, a Paideia e suas concepções a respeito da memória. Civilização essa em que o homoerotismo e a pederastia foram peças fundamentais para a estrutura da sociedade grega.

2.1 Juventude, beleza e pederastia na Grécia antiga

De acordo com Jaeger (1995), Paideia é uma palavra difícil de definir e seu conteúdo e significado só se revelam, plenamente, quando estudamos a cultura grega. O autor menciona que, ao empregar a palavra, o ideal é estudá-la aos olhos do grego antigo e não aos nossos olhos contemporâneos. Não existe uma única palavra que possa traduzir, nas línguas modernas, o conceito de Paideia. Entretanto, Jaeger (1995, p. 1) destaca,

Não se pode evitar o emprego das expressões modernas como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação; nenhuma delas, porém, coincide realmente com que os Gregos entendiam por Paideia. Cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global, e, para abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregá-los todos de uma só vez.

O termo Paideia apareceu no século V e “tinha o simples significado de ‘criação de meninos’, em nada semelhante ao sentido elevado que adquiriu mais tarde” (JAEGER, 1995 p. 25). Poderíamos dizer de uma maneira sucinta que, Paideia adquiriu o sentido de uma ampla cultura reunindo todos os aspectos da vida humana grega ou um sistema educacional integral voltado para a formação do cidadão perfeito. A educação, no contexto grego, seria algo deslocado do campo interno para o externo, envolvendo o plano espiritual e todos os

aspectos de uma civilização, isto é, do espírito ao corpo. Por isso, não se tratava de mudar a natureza do aprendiz, mas sim de dar vida ao que ele tem de melhor, guardado dentro de si e que precisava ser desenvolvido. Assim, a educação, para os gregos antigos, era muito importante e articulada com normas e valores. Nas palavras de Jaeger (1995, p. 23),

A educação é uma função tão natural e universal da comunidade humana, que, pela sua própria evidência, leva muito tempo a atingir a plena consciência daqueles que a recebem e praticam, sendo, por isso, relativamente tardio o seu primeiro vestígio na tradição literária. O seu conteúdo, aproximadamente o mesmo em todos os povos, é ao mesmo tempo moral e prático. Também entre os Gregos foi assim. Reveste, em parte, a forma de mandamentos, como: honrar os deuses, honrar pai e mãe, respeitar os estrangeiros; consiste por outro lado numa série de preceitos sobre a moralidade externa e em regras de prudência para a vida, transmitidas oralmente pelos séculos afora; e apresenta-se ainda como comunicação de conhecimentos e aptidões profissionais a cujo conjunto, na medida em que é transmissível, os Gregos deram o nome de *techne*.

Outra pesquisadora que estuda a Grécia antiga, especificamente, no período do século VIII ao IV a.C., é Theml (1988, p. 45 e 46), estudo esse em que ela reforça a importância das normas e regras para os atenienses,

[...] o cidadão convivia com um conjunto de regras não escritas, reconhecidas por todos, ligadas à tradição, à moral e à religião. Estas regras de conduta estabeleciam uma relação social de honra, cuja sanção se materializava na vergonha e na exclusão social. [...] Essas regras expressavam uma série de normas morais e religiosas que se ligavam diretamente à consciência do homem, o qual controlava seu comportamento e se autopunia pelo receio do constrangimento de seu grupo, da perda de seu status [...]

É inegável que a educação dependia inteiramente da estabilidade das normas e dos valores, pois na Paideia não existia aprendizado verdadeiro se não houvesse valores humanos e o estabelecimento de valores sólidos e imutáveis. Uma educação que fosse baseada em valores e regras, bem como em transformações rápidas, na sociedade, dificultaria a verdadeira educação de acordo com os fundamentos que os gregos acreditavam. Havia a necessidade de uma base ou estrutura sólida de valores humanos para acontecer uma educação eficaz e para que uma civilização pudesse sobreviver. A decomposição ou destruição das normas, uma mudança nos valores, impossibilitaria a educação e a transmissão de valores às gerações futuras, colocando em perigo a existência da humanidade. Aqui, vemos a importância da memória para os antigos gregos. Sem memória não haveria educação, cultura e civilização. Jaeger (1995, p. 3), escreve a respeito da educação e a memória,

Todo povo que atinge um certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua potencialidade física e espiritual. Com a mudança das coisas, mudam os indivíduos; o tipo permanece o mesmo. Homens e animais, na sua qualidade de seres físicos, consolidam a sua espécie pela procriação natural. Só o homem, porém, consegue conservar e propagar a sua forma de existência social e espiritual por meio das forças pelas quais a criou, quer dizer, por meio da vontade consciente da razão.

Em outro ponto, Jaeger (1995, p. 4) narra acerca da valorização das Leis e normas e da preocupação com a dissolução destas para os antigos gregos,

A estrutura de toda a sociedade assenta nas leis e normas escritas e não escritas que a unem e unem os seus membros. Toda a educação é assim o resultado da consciência viva de uma norma que rege uma comunidade humana, quer se trate da família, de uma classe ou de uma profissão, quer se trate de um agregado mais vasto, como um grupo étnico ou um Estado. A educação participa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu destino exterior como na sua estruturação interna e desenvolvimento espiritual; e, uma vez que o desenvolvimento social depende da consciência dos valores que regem a vida humana, a história da educação está essencialmente condicionada pela transformação dos valores válidos para cada sociedade. À estabilidade das normas válidas corresponde a solidez dos fundamentos da educação. Da dissolução e destruição das normas advém a debilidade, a falta de segurança e até a impossibilidade absoluta de qualquer ação educativa. Acontece isto quando a tradição é violentamente destruída ou sofre decadência interna.

A educação não era uma propriedade individual, mas pertencia por essência à comunidade, e ser cidadão grego era fazer parte a um Estado¹⁷. O cidadão não era apenas aquele que residia no Estado, mas que pertencia a ele e com tudo que esse pertencimento podia envolver. Para o grego antigo, pertencer a um Estado era muito valioso. Ele se obrigava a seguir uma série de normas e leis para a proteção e defesa na realização de tudo que era necessário para a sua própria cidade. Nesse caso, Estado e cidadão se mesclavam em um mesmo corpo, e os cidadãos eram responsáveis pelo sucesso do Estado. “Indivíduo e comunidade formam um todo e a norma que preside a esta relação tem de ser representada pelo Estado” (JAEGER, 1995, p. 696). Cada cidadão tinha um papel a desempenhar em função do estabelecimento satisfatório da sociedade grega. Nesse aspecto, Jaeger (1995, p. 804) pontua,

¹⁷ A educação grega era exclusiva a homens. As mulheres não eram consideradas cidadãs e ocupavam uma posição de inferioridade em relação aos homens. Elas eram obrigadas a se dedicar a procriação e as tarefas domiciliares.

A missão do verdadeiro Estado não é tornar o mais feliz possível a classe dominante da população, uma vez que tal Estado deve velar pela felicidade de todos, e isto depende que cada indivíduo cumpra o melhor possível a sua função específica, e somente ela. Segundo Platão, com efeito, é na sua contribuição como membro do todo social, à semelhança de um organismo vivo, que a vida de cada indivíduo tem o seu conteúdo, o seu direito e os seus limites. O bem supremo que deve buscar é a unidade do todo.

Na consciência grega, as leis gerais determinavam a essência humana e não o eu subjetivo. “O princípio espiritual dos gregos não é o individualismo, mas o ‘humanismo’, para usar a palavra no seu sentido clássico e originário” (JAEGER, 1995, p. 14). Para os gregos antigos, o ser humano fazia parte da natureza e de um grande organismo cósmico. Tudo o que existia, visível ou invisível, formaria parte desse grandioso organismo cósmico. Cada ser vivo era uma célula desse organismo e com um papel fundamental a desempenhar. Era uma relação de interdependência. A cultura indicava o papel que cada um tinha a executar na sociedade. Uma vez compreendido e executado esse papel, os gregos encontravam a verdadeira realização humana.

Mas, para desempenhar esse papel adequadamente e de forma satisfatória, era necessária a criação de um modelo ou de um padrão a ser reproduzido. Os gregos acreditavam que o ser humano podia e devia buscar exemplares originários e transcendentais que funcionariam como essência e princípios explicativos para todos os fenômenos. Desse modo, buscavam referências na memória, como filósofos, guerreiros e personalidades que se destacaram na história, por ações e efeitos, interpretadas como as melhores a serem seguidas. A Paideia grega buscava construir um tipo de cidadão com elevado nível moral. “Não podemos traçar o processo de formação dos Gregos daquele tempo senão a partir do ideal de Homem que forjaram” (JAEGER, 1995, p. 19). Jaeger (1995, p. 24) ainda acrescenta,

Da educação, neste sentido, distingue-se a formação do Homem por meio da criação de um tipo ideal intimamente coerente e claramente definido. Esta formação não é possível sem se oferecer ao espírito uma imagem do homem tal como ele deve ser.

O poder do exemplo na educação grega teve um valor fundamental. Os gregos percebiam que a ação, para ser compreendida e executada, precisava de exemplos. Por esse motivo, buscavam por meio da memória os grandes homens e heróis que foram capazes de viver de acordo com as normas, o exemplo para que os inspirassem nas ações cotidianas. Baseados nisso, podemos dizer que o exemplo era uma prática pedagógica. “[...] nada tinha, como guia da ação, eficácia igual à do exemplo” (JAEGER, 1995, p. 57). Era uma forma de

transmitir, por meio da memória, as histórias, as sagas e os exemplos interpretados como as melhores maneiras de agir. Para Jaeger (1995), as sagas eram repetidas intencionalmente e constituíam uma autoridade venerável, uma herança e alimento a cada nova geração com exemplos encorajadores. Jaeger (1995, p. 68) mostra que,

A tradição do passado celebra a glória, o conhecimento do que é magnífico e nobre, e não um conhecimento qualquer. [...] Os mitos e as lendas heroicas constituem um tesouro inesgotável de exemplos e modelos da nação, que neles bebe o seu pensamento, ideais e normas para a vida. Uma prova da íntima conexão entre a epopeia e o mito é o fato de Homero usar exemplos míticos para todas as situações imagináveis da vida em que um homem pode estar na presença de outro para o aconselhar, advertir, admoestar, exortar e lhe proibir ou ordenar qualquer coisa. Tais exemplos geralmente não se encontram na narração, mas sim nos discursos das personagens épicas. O mito serve sempre de instância normativa para a qual apela o orador.

Da mesma forma, a arte só faria sentido se incorporasse um direcionamento didático. Não poderia conceber, na Grécia antiga, uma arte que não fosse adaptada para educar o ser humano. O objetivo era fazer com que o ser humano se inspirasse por modelos mais elevados para tornar-se melhor. Em outras palavras, a arte não era simplesmente a expressão de uma ideia, mas sim a expressão de uma beleza, de uma prática pedagógica e de uma construção do ser humano. Sendo assim, Jaeger (1995, p. 18) diz,

[...] a arte grega, nas suas melhores épocas e nas suas obras mais representativas, atuou sobre nós do modo mais vigoroso. Seria necessário escrever uma história da arte grega como espelho dos ideais que dominaram a sua vida. Também se deve dizer que até o séc. IV a arte grega é fundamentalmente a expressão do espírito da comunidade. [...] Sem dúvida, os verdadeiros representantes da Paideia grega não são os artistas mudos – escultores, pintores, arquitetos –, mas os poetas e os músicos, os filósofos, os retóricos e os oradores, quer dizer, os homens de Estado. No pensamento grego, o legislador encontra-se, em certo aspecto, muito mais próximo do poeta que o artista plástico: é que ambos têm uma missão educadora, e só o escultor que forma o Homem vivo tem direito a este título.

A ética e a estética eram dois elementos que faziam parte da civilização grega. Vale lembrar que, nos tempos contemporâneos, quando nos referimos a uma pessoa bonita, dizemos “é um Deus Grego”, inspirados nos modelos gregos de seres humanos idealizados. Isso não é por acaso. Havia uma busca da perfeição na Grécia antiga. Os gregos entendiam a beleza manifestada na alma. A ética e a estética precisavam caminhar juntas. Tudo representado em um corpo belo e em uma infinidade de representações sociais, como: monumentos, estátuas, vasos, murais, templos, itens artísticos, no teatro, na música e na

dança. Tudo isso marcado pela busca da perfeição, da estética e com um direcionamento didático. O intuito era a junção entre corpo e alma e entre espírito e matéria.

O processo de formatação do homem grego ideal se fez presente também na literatura, nas interações entre os indivíduos e nas cerimônias festivas. Os banquetes da época representavam uma tradição antiga e tinham um significado espiritual e pedagógico. Os diálogos realizados durante os banquetes conjugavam conceitos do tipo: morais, éticos e orientações pedagógicas interpretadas e vivenciadas como fundamentais para a formação dos futuros cidadãos gregos, para a aquisição da virtude, da felicidade entre os seres humanos. Esses conceitos defendiam um tipo de relação muito peculiar. O relacionamento amoroso entre duas pessoas do sexo masculino em que a diferença de idades entre os envolvidos era essencial para que a prática pedagógica acontecesse de forma eficaz. O homem mais velho era o mais sábio e responsável pela formação do jovem. Esse último apresentava uma beleza própria de sua idade e precisava adquirir os conhecimentos oferecidos pelo seu mentor.

O Banquete de Platão é um bom exemplo dessas concepções gregas. Esse texto antigo trata do amor, da busca da virtude e da felicidade dos seres humanos. Em um trecho está escrito: “Desse modo, portanto, digo que o Amor é o mais antigo dos deuses e, também, o mais honrado e poderoso para a aquisição da virtude e da felicidade pelos homens, tanto em vida como na morte” (PLATÃO, 2017, p. 33). O documento mostra a preocupação com a formação do futuro cidadão grego e apresenta o amor entre jovens e homens mais velhos como algo muito valioso. “Não sei se consigo dizer que bem maior há, aos que acabam de entrar na juventude, do que um bom amante e, ao amante, um amado igualmente virtuoso” (PLATÃO, 2017, p. 30). E ainda apresenta orientações de como deveriam ser as relações entre os homens com mais idade e os jovens com a mesma linhagem, em diálogos, como participantes em uma ceia, em que cada um expõe sua teoria a respeito desse assunto. Vemos isso, a seguir, em um trecho de *O Banquete* de Platão (2017, p. 50) em que Aristófanes, um dos convidados relata,

E quando se tornam adultos enamoram-se de jovens, não dando importância, por inclinação natural, ao casamento e à produção de filhos, embora sejam forçados a tal costume. Mas é o bastante, para eles, passar a vida um com o outro, sem matrimônio. Em todo caso, um homem desse tipo se torna amante de jovens ou objeto de desejo de homens adultos, sempre acolhendo com prazer os da própria estirpe.

Posta assim a questão, podemos dizer que *O Banquete* é o texto mais antigo que temos conhecimento que retrata o homoerotismo. Branco (2004) explora o erotismo na civilização grega e percebe que o desejo, para os gregos, tinha o poder de transformar o imóvel em movimento, o silêncio em vida, e tinha um nome: Eros. Aristófanes relata que, antes do surgimento de Eros, a humanidade era composta de três sexos: o masculino, o feminino e o andrógino. Em um trecho de *O Banquete* de Platão (2017, p. 46 e 47), Aristófanes expõe,

Primeiro, não havia apenas dois sexos – masculino e feminino, como agora –, mas três. Do terceiro, que tinha elementos comuns a ambos, resta-nos apenas o nome, posto que não existe mais. Naquele tempo, então, existia o andrógino, distinto dos demais sexos na forma e na designação, tendo partes do macho e da fêmea. Hoje ele é conservado apenas como um nome objeto de desprezo. Depois, a forma de qualquer indivíduo do gênero humano era um todo circular, com as costas e os lados em círculo, tendo quatro mãos e o mesmo número de pernas. Tinha duas faces sobre o pescoço torneado, em tudo semelhantes, e uma cabeça sustentando as duas faces, as quais estavam voltadas para direções opostas. Tinha ainda quatro orelhas, dois sexos e outras características que se pode imaginar a partir destas.

Os seres andróginos, por essência, se tornaram poderosos e decidiram desafiar os deuses. Zeus, então, resolveu castigá-los cortando-os em duas partes. Com essa divisão, os andróginos ficariam fracos e úteis, porque seriam mais numerosos para servirem aos deuses. Após a separação, os novos seres, mutilados e incompletos, passariam a buscar suas metades correspondentes com o desejo de se unirem para sempre e restaurar a antiga perfeição (BRANCO, 2004).

Os fragmentos de *O Banquete*, do período da Grécia antiga, aqui utilizados, evidenciam o homoerotismo e a relação chamada pederastia. No entanto, Spencer (1996) defende que a pederastia é um fenômeno bem mais antigo. Ele realiza um estudo que atravessa milênios para explicar com rigor e erudição a interpretação que as sociedades desenvolveram a respeito da questão. Nas sociedades pré-históricas, as relações entre pessoas do mesmo sexo eram permissíveis e ainda desempenhavam um papel importantíssimo em um ritual de passagem para a fase adulta. O autor deixa claro que a pederastia ritualizada vem desde o período paleolítico e comprova o peso da cultura em relação à concepção masculina em tribos primitivas em Papua (Nova Guiné) em que todas as regras, tabus e rituais “ressaltavam e reforçavam o poder totalitário do macho. Não era tanto o sêmen que se reverenciava, mas o macho adulto que o produzia” (SPENCER, 1996, p. 24). Os meninos passavam por um ritual em que incluía penetração anal, felação e ingestão de sêmen. Spencer (1996, p. 20 e 23) nos proporciona uma visão a respeito do assunto,

Cada uma das tribos estudadas tinha mitos e rituais, com relação à sexualidade, muito diferentes; mas muitas delas baseavam sua ideologia na inseminação homossexual ritualizada dos meninos. Vejamos as tribos Marind e Kiman. Nelas, todo menino, passada a infância, era separado da mãe e tirado da casa das mulheres, para dormir com o pai na casa dos homens. Aos primeiros sinais de puberdade, o tio materno era designado para penetrar o menino analmente, fornecendo-lhe dessa maneira o esperma que o tomaria forte. Os meninos permaneciam nessa fase por cerca de três anos. [...] Mas os machos não conseguiriam atingir a puberdade sem a produção de sêmen, e pensava-se que seus corpos não o produziam naturalmente. Os Sambia acreditavam que os meninos na puberdade tinham de ser alimentados com sêmen, de modo que, desde os sete anos, eram separados das mães e viviam na casa dos homens, onde tinham de evitar até mesmo o olhar das mulheres durante os anos de seu crescimento. Nesse período, eles eram submetidos a rituais de iniciação sexual. No primeiro, aprendiam a praticar felação com os homens ou meninos mais velhos, quando engoliam o valioso sêmen.

Com essas informações, vemos as concepções da pederastia ritualizada em sociedades muito antigas. Voltando ao mito grego, Vrissimtzis (2002, p. 103), em seu texto conceitua a pederastia da seguinte forma,

[...] era uma instituição pedagógica: um adulto educado era encarregado de transmitir seus conhecimentos e experiências a um adolescente (*éphebos*) e de ajudá-lo a se tornar um cidadão responsável. O adulto, por sua vez, admirava e desfrutava a beleza, a força e o vigor do jovem. Havia, pois, uma transmissão recíproca, criada para benefício de ambos.

A pederastia se tratava de um tipo de relação em que ocorria uma transmissão de um benefício em troca de outro, ou seja, era um relacionamento recíproco com troca de favores. O homem adulto (amante) contemplava a juventude e beleza do rapaz (amado) e este, adquiria os conhecimentos necessários para a sua vida futura como cidadão. O jovem era um aprendiz, e o homem adulto, um professor ou modelo. Spencer (1996) esclarece que a relação pederástica envolvia um rito de sedução, uma viagem para fora da civilização e presentes que ganhavam um poder simbólico.

Ao escolher o seu professor, o jovem participava de um ritual ou jogo de sedução e de uma conquista, em que ele não podia aceitar de imediato as vontades ou gracejos do seu pedagogo. Esse comportamento era interpretado como desonroso. Porém, a resistência devia acontecer em certo período de tempo para não prejudicar a pederastia. As observações de Foucault (1984, p. 187) são fundamentais para entender essa fase da relação pederástica,

[...] não convinha (sobretudo aos olhos da opinião) que o rapaz se conduzisse “passivamente”, que ele se deixasse levar e dominar, que cedesse sem

combate, que se tornasse o parceiro complacente das volúpias do outro, que ele satisfizesse seus caprichos, e que oferecesse seu corpo a quem quisesse, e da maneira pela qual o quisesse por lassidão, por gosto pela volúpia ou por interesse. É nisto que consiste a desonra dos rapazes que aceitam o primeiro que chega, que se exibem sem escrúpulos, que passam de mão em mão, e que concedem tudo ao que mais oferece.

Nos ritos de sedução, acrescenta Spencer (1996), o amante contava aos amigos e à família do jovem desejado que pretendia conquistá-lo. A família e amigos fingiam não gostar de tal sedução e demonstravam perseguir o sedutor, desde que ele fosse de uma boa posição social. Caso contrário, a resistência e a perseguição seriam de verdade, chegando ao ponto de afastar o amante do jovem. Contudo, se o jovem não tivesse um amante e ninguém estivesse seduzindo-o, uma vergonha social atingiria a família.

A fase seguinte era a viagem para fora da civilização. O jovem era levado pelo amante para florestas e montanhas, onde viviam por cerca de dois meses. Nesse tempo, o amante ensinava o jovem a caçar, a viver em ambiente inóspito e a se tornar um cidadão honrado. Fazia parte dessa fase, fazer sexo com o jovem penetrando-o analmente.

A última fase, depois de dois meses, o jovem era enviado para casa com presentes: um boi, uma armadura e uma taça. Cada um com um significado. Spencer (1996, p. 41) comenta sobre esses presentes e seus significados,

De volta a casa, o menino sacrificava o boi a Zeus e havia uma procissão e uma festa. Fica claro que o que estava sendo celebrado era o fato de que o menino dera seu primeiro passo em direção à vida adulta. Essas festividades eram muito apreciadas e toda a comunidade podia delas participar; somente a fumaça e as ervas aromáticas eram ofertadas ao deus, já que podiam ser vistas subindo em direção ao céu. O menino então se tornava um benfeitor da cidade, ao mesmo tempo em que mostrava devoção e gratidão a Zeus. O vinho era bebido nos banquetes e simpósios, em cerimônias cívicas e rituais, daí o presente da taça, que conferia o direito a tomar parte no banquete (mulheres e crianças não bebiam vinho). O presente da armadura promovia o menino ao *status* de guerreiro e protetor do Estado.

Como bem argumentou Foucault (1984), a relação pederástica estava relacionada ao sentimento de amizade, porque esse fenômeno envolvia a necessidade de uma amizade que é inseparável da virtude. O autor compreende que essa necessidade estava em sintonia com a preocupação diante de mudanças rápidas e naturais no corpo do jovem e de sua capacidade de fazer surgir o desejo. Existia um temor por parte do amante de ver o amado perder a sua juventude e beleza e, no amado, de ver os dois a separação inevitável. Era uma questão moralmente necessária e socialmente útil. Era essencial, o sentimento de amor desaparecer e

surgir uma relação de amizade. Diferentemente da relação de amor, o sentimento de amizade é duradouro e faz sumir as dissimetrias que estavam implicadas na relação erótica entre o homem e o adolescente. Dessa forma, seria uma reflexão moral com o intuito de evitar a precariedade, que é resultado da inconstância dos companheiros e uma consequência do envelhecimento do rapaz que perde o seu encanto. Mas essa reflexão moral é também uma regra, uma orientação, visto que não correspondia aos padrões aceitos pela comunidade amar um jovem que passou de certa idade, como também era para ele deixar-se amar. A única forma de evitar a precariedade seria, já no calor do amor, fazer desenvolver o sentimento de amizade, o compartilhamento de pensamentos e a benevolência mútua.

O autor supracitado nos lembra de outro elemento interessante na relação pederástica. O fato de que não era bom o jovem identificar-se como objeto na relação, pensada sob a forma de dominação. Mas, o homem adulto podia escolher o jovem, naturalmente, como objeto de prazer. Resumindo, ser sujeito de prazer com um rapaz não representava problema para os gregos. Todavia, ser objeto de prazer e se identificar como tal, representava para o jovem, um problema social. O jovem “adequado” para tornar-se um homem livre, senhor de si, dotado de capacidade de vencer os inimigos, não podia estar de acordo com uma forma de relação na qual ele fosse objeto de prazer para outro homem.

2.2 Homossexualidade, corpo e nudez na Grécia antiga

Na Grécia antiga, não existia uma palavra para qualificar a homossexualidade ou a pessoa homossexual. Essas categorias não existiam. Vrissimtzis (2002) estabelece as diferenças sociais entre a homossexualidade e a pederastia na civilização grega. A pederastia não tinha um caráter homossexual. A pederastia representava uma afeição espiritual de um homem adulto por um jovem, e uma instituição pedagógica repleta de ideais. Já a homossexualidade masculina era uma prática reprovada, e o homossexual passivo era criticado socialmente, pois ele se igualava à mulher, que era considerada um ser inferior.

Igualmente, não havia um conceito para designar uma pessoa bissexual. Os gregos não compreendiam o amor pelo seu próprio sexo e pelo sexo oposto como dois tipos de relacionamentos opostos, de forma binária, como nós contemporâneos interpretamos. As linhas de marcação não seguiam tal fronteira. Existia apenas a sexualidade masculina e ponto final.

O laço conjugal entre homens e mulheres representava um contrato informal e justificava-se pelas obrigações religiosas, pelas necessidades à reprodução da família, por interesses financeiros. Theml (1988, p. 77 e 78) atesta essas informações com o modelo ateniense,

O ato de união entre homem e uma mulher era primeiramente o casamento. O casamento era um ato da esfera privada e religiosa familiar. Consideramos o casamento como ato privado, pois que não existiu no direito ateniense o instituto jurídico do casamento, ou seja, não existiu casamento civil, realizado diante de um juiz. O casamento era um acordo entre os chefes de família. O casamento objetivava: 1) a reprodução, assegurando a descendência, através de filhos legítimos [...] 2) a conservação ou mesmo ampliação do patrimônio. 3) a manutenção do culto dos ancestrais. [...] Um homem não se casava antes dos trinta anos e a mulher estava pronta para casamento logo após a puberdade, isto é entre quatorze e quinze anos.

Além disso, não existiam no casamento votos de amor, fidelidade ou devoção entre marido e mulher. Em contrapartida, o relacionamento entre homens e adolescentes era objeto de um verdadeiro bombardeio de discursos éticos. As recomendações éticas, segundo Costa (1992), preocupavam-se em: contemplar a beleza dos adolescentes; protegê-los dos abusos dos adultos; desaprovar a compra de favores sexuais; repudiar e proibir a prática da penetração anal e humilhante com os jovens; estabelecer até que ponto se podia ser passivo sem rebaixar sua condição de cidadão; elogiar a renúncia ou contenção do prazer; estimular o desprendimento e a fidelidade ao amado. Vale ressaltar que a pederastia implicava atos sexuais, porém o abuso sexual frequente dos jovens, sem uma intenção pedagógica, não era bem visto na sociedade grega. Por isso, a instituição da pederastia não deve ser confundida com a pedofilia.

Os gregos compreendiam o sexo e o amor sem culpas ou tabus, com plena aceitação da vida e da natureza. O corpo era considerado o templo do espírito e da alma, e a sexualidade baseada na religiosidade. Os gregos valorizavam a harmonia entre o corpo e a alma. Embora, os gregos valorizassem muito o corpo, também davam muita importância à beleza da alma, porque a beleza do corpo era vista, por eles, como sujeita a mudanças e passageira, enquanto a beleza da alma era constante e duradoura. “Um homem virtuoso seria aquele que conseguisse unir a beleza do corpo, adquirida através de atividades físicas, à beleza da alma, por intermédio de sua conduta e reflexões filosóficas”, destaca Sousa (2008, p. 30).

E ao falar de beleza na Grécia antiga, precisamos reconhecer que padrões estéticos são conceitos culturais que se transformam ao longo do tempo e de acordo com as sociedades. Na civilização grega, o belo era associado ao homem e aos atributos masculinos, e não à mulher.

Vrissimtzis (2002) entende que o amor dos gregos pela beleza física e intelectual contribuiu para que eles se voltassem para a beleza do corpo masculino. As mulheres, na época, não eram escolarizadas e tampouco praticavam exercícios físicos. A família não apresentava a coesão e o significado que temos nos dias atuais. Por esse motivo, o jovem precisava de um mentor ou instrutor de ginástica para lhe ensinar as funções do Estado, os valores éticos e ajudá-lo a se tornar um guerreiro.

O conceito de beleza na Grécia antiga significava aquilo que agradava e fazia surgir admiração. O corpo humano belo era aquele que mostrava harmonia e proporção entre as partes. Com esses ideais, o corpo do homem era visto como mais bonito do que o corpo da mulher, e o corpo do adolescente ganhou uma valorização cultural com grande proporção na época. A moral sexual elogiava o corpo juvenil com seu encanto próprio. Foucault (1984, p. 177 e 178) nos chama a atenção que os traços juvenis não eram valorizados por causa de uma ligação com a beleza feminina.

Eles o eram por eles mesmos ou em sua justaposição com os signos e as cauções de uma virilidade em vias de se formar, o vigor, a resistência, o ardor também faziam parte dessa beleza; e justamente, era bom que os exercícios, a ginástica, os concursos, a caça viessem reforçá-los garantindo assim que essa graça não desembocasse na lassidão e na efeminização.

Os gregos construíram a ideia de desenvolvimento de corpo perfeito conquistado por meio da atividade física. Jaeger (1995, p. 521) argumenta que os gregos gostavam de permanecer nos ginásios para cultivar o corpo e conversar,

O ateniense daqueles tempos sentia-se mais no seu meio no ginásio do que entre as quatro paredes da sua casa, onde dormia e comia. Era ali, sob a transparência do céu da Grécia, que diariamente se reuniam novos e velhos para se dedicarem ao cultivo do corpo. Os pedaços de lazer dos intervalos eram dedicados à conversa.

Não existia o sentimento de vergonha quando se exibiam despidos em jogos e danças. Pelo contrário, os gregos gostavam de se admirar sem roupa. Como bem argumenta Andresen (1992, p. 63) em seu texto, “o nu grego, possivelmente ligado a ritos antiquíssimos, está fundado numa religião e numa atitude intelectual. Mas está também ligado à vida social, aos costumes, à vida cotidiana, aos jogos, à palestra”. O povo grego não temia a nudez. O nu era, ao mesmo tempo, natural e sagrado. Os gregos exaltavam o corpo masculino exposto nu nos ginásios. Nesses ambientes, os homens se exercitavam para modelar o corpo e para se tornarem soldados. Eles enxergavam a nudez, além de bela, algo que podia melhorar o

desempenho do atleta. Como vemos, a educação física fazia parte da formação do cidadão grego e da Paideia e a beleza juvenil era enaltecida e fazia parte da relação pederástica.

Em suma, a pederastia ritualizada e o homoerotismo, juntamente com uma memória, impregnada de histórias mitológicas, que valorizava a transmissão dos costumes e tradições do passado as gerações futuras, imprescindível para manter o modelo de vida social, tornavam-se peças fundamentais para a estrutura da sociedade grega. A cultura grega na Paideia era construída a partir da educação. A Paideia também pode ser caracterizada como um legado transmitido a outras gerações. Para os gregos, educar significava desenvolver socialmente o sujeito em vários aspectos, oferecendo-o poder e condições necessárias para atuar, satisfatoriamente, na sociedade. No modelo grego, não existia a quantidade de conhecimentos e de tecnologias que temos hoje, porém, educar era algo mais profundo, valioso e que podia trazer grandes benefícios para o Estado.

A pederastia e o homoerotismo faziam parte da Paideia. Esses dois elementos envolvidos em discursos éticos e morais eram essenciais na constituição da Grécia antiga. A pederastia pode ser considerada um rito de passagem ou formação, uma prática pedagógica, um privilégio social envolvendo uma complexidade que aos nossos olhos contemporâneos é difícil de compreender. A diferença de idades entre aprendiz e mestre era fundamental, era um tipo de amor e de desejo que envolvia valores morais, heroísmo, bravura e masculinidade. Era também aprovada pelo Estado e parte integrante da estrutura social grega. A pederastia e o homoerotismo estavam presentes nos costumes e na vida diária, na política, nas artes e na literatura, um modelo a ser seguido e valorizado.

2.3 A pederastia e o homoerotismo em outros tempos e lugares

Abençoado o homem que ama e depois dos primeiros jogos
Com suas pernas tornadas fortes e flexíveis
Retira-se para sua casa, com vinho e canções
E brinca com um belo rapaz sobre seu peito o dia inteiro.

Essa narrativa é uma poesia grega escrita por Sólon, um grande legislador, retirada do texto de Spencer (1996, p. 43). A poesia comprova que a pederastia era aprovada pela sociedade/Estado e que esta prática, em associação com o homoerotismo, havia se tornado uma parte integrante da estrutura social na época. Mas será que foi assim em outros tempos e espaços? Seleccionamos algumas narrativas e fatos para mostrar que esses fenômenos marcaram presença em outros períodos históricos e com diferentes interpretações.

Com um estudo minucioso, Spencer (1996) nos presenteia com dados importantes que nos ajuda a entender, por meio de narrativas históricas, a pederastia e o homoerotismo ao longo do tempo.

A *Lex Scantinia* do Império Romano proibiu a sedução e o amor por jovens nascidos livres¹⁸. Apesar disso, a lei parece não ter impedido essa prática. Os homens adultos, poetas da época, suspiravam de amor pelos meninos, implorando seus favores e sofrendo com suas traições. Spencer (1996, p. 71) nos mostra um fragmento escrito por um dos poetas romanos,

Possa eu ter um menino, com uma face macia da juventude.
Querido Juvêncio, enquanto brincavas eu te roubei um beijo
Mais doce que a doce ambrosia.

Realizando um salto no tempo, precisamente em 1609, William Shakespeare, nascido na Inglaterra no período da renascença, publicou seus 126 primeiros sonetos dedicados ao amor a belos jovens. Os sonetos de 1 a 19 elogiavam a rara e encantadora beleza de um jovem e apelavam para que ele procriasse, de maneira que essa beleza seja preservada no futuro. Contudo, no soneto 15, o poeta modifica seu pensamento, ao imaginar que a beleza se tornará imortal por meio da poesia. O soneto 18 termina assim, apresenta Spencer (1996, p. 152) em seu texto “(Enquanto os homens puderem respirar ou visão puderem ter, isso perdurará e vida para ti há de haver)”.

No Brasil, no período da sociedade colonial brasileira, também encontramos narrativas pederásticas. Mott (1989) encontrou várias denúncias documentadas em que professores foram acusados de ter relações sexuais com seus alunos. Um caso específico ocorreu em Minas Gerais, no ano de 1752; um professor envia um bilhetinho para seu aluno chamado Luiz. Mott (1989, p. 34) registrou três testemunhas com versões diferentes da mesma mensagem,

1) Luiz: Vós, se me quereis bem, eu também Vos quero, e se me quereis mal, eu também Vos quero. 2) Luiz, meu amorzinho, minha vidinha! Vinde para o bananal que eu já vou, com a garrafinha de aguardente. 3) Luiz, minha vida: Vinde para o bananal que lá temos o que comer e beber.

As expressões “amorzinho” e “vidinha” como demonstração de afeto a quem se ama, como também o mesmo bananal como local de encontro, aparecem em outras cartas e

¹⁸ A *Lex Scantinia* era uma lei antiga do Império Romano que condenava a morte os homens que praticassem crimes sexuais contra menores do sexo masculino nascidos livres.

documentos. O tom apaixonado da mensagem e a configuração dos encontros amorosos, entremeados de aguardente e comida, em uma zona tradicionalmente pobre de abastecimento, leva Mott (1989, p. 35) a concluir que “a relação entre mestre e discípulo ia de vento em popa, mostrando que também nas Minas Gerais havia adeptos da mesma didática helênica, associando a pederastia à Pedagogia”.

Um pouco mais de um século depois e, em outro território, especificamente, na Inglaterra e, em 1870, os uranistas deixaram suas marcas registradas no tempo, as próprias narrativas, onde o amor por jovens era celebrado, tranquilamente, quase sem que a sociedade tomasse conhecimento. O termo uranista, assinala Franco (2009), foi lançado pelo médico alemão Karl Heiring Ulrichs no século XIX, pois a palavra remetia à musa Urânia em consonância com a mitologia contada por Platão em seus diálogos, inspirado pelo amor entre pessoas do mesmo sexo. Spencer (1996) comprova isso quando escreve que a ética do comportamento sexual grego era composta por duas espécies de amor: a primeira inspirada em Afrodite e a segunda, em Urânia, considerada “o amor celestial por meninos exibido pelos homens notáveis e nobres, que escolhem seus amados com cuidado e sensibilidade, dedicando-se à sua educação e bem-estar” (SPENCER, 1996, p. 49). Séculos depois, Urânia (o amor e a admiração por rapazes) serviu de nomeação para um grupo de poetas caracterizados por uma recordação idealizada da História da Grécia antiga.

Os integrantes do movimento uranista eram poetas das mais variadas áreas, professores, clérigos e pintores que escreviam versos repletos de sentimentalismos. As narrativas tratavam de temas comuns, como, por exemplo: a) os dias fugazes da infância: “o botão floresce, a fruta amadurece e depois cai. De todas as formas de amor, o pederástico é o que acaba mais depressa. Todos lamentam sua brevidade”; b) a culpa: “os meninos deveriam ser condenados por sua beleza, tão hipnótico é seu poder sobre quem os admira”; c) espreita: “o amante observa os meninos nos jogos, os vê tirar a roupa para nadar, e pode tão-somente observar e desejar”; d) a juventude perdida: “os uranistas relembavam a própria juventude, quando se igualavam em beleza e força dos meninos pelos quais agora suspiravam”; e) a visão angelical: “adormecidos, de faces rosadas. Neste caso, o menino nunca está desarrumado, sujo ou tem aparência de rude; ao contrário, é a essência da beleza”; f) a supremacia do amor uranista: “argumentam que ele pertence a uma esfera mais alta do que a do mero amor heterossexual, citando a amizade de Jesus e João, fazendo eco a Marlowe, James I e Diderot. O verdadeiro companheirismo masculino criou laços muito mais fortes do que os do casamento” (SPENCER, 1996, p. 289).

Os uranistas, segundo Spencer (1996), apreciavam jovens da classe trabalhadora e desejavam uma relação socrática de mestre e aluno. O autor acredita que os meninos das classes mais baixas eram mais sexualmente soltos e desinibidos do que os das classes média e alta, e mais fáceis de serem comprados por dinheiro e presentes. Spencer (1996, p. 290) fornece mais detalhes a respeito do movimento uranista,

Esses poetas escreviam como uma forma de sublimação, não ousando expor seus anseios particulares no papel. Nas poucas ocasiões em que um poema era publicado, o autor trocava o sexo da pessoa amada. Escreviam por si e para cada um dos outros, para dividir sua poesia e obsessão com homens de ideias semelhantes. Não eram culpados de nada em suas vidas e não faziam mal algum a seus jovens amigos; é muito provável que ajudassem efetivamente e encaminhassem muitos meninos carentes que estivessem famintos de afeição e conhecimento.

Os uranistas desejavam uma relação sentimental com seus jovens e protegê-los. Curiosamente, o movimento foi ignorado pela sociedade e sobreviveu, tranquilamente, em um breve período, da década de 1870 até o início da Segunda Guerra Mundial. Certamente, nos dias atuais, os uranistas não passariam despercebidos.

Na mesma Inglaterra, encontramos Oscar Wilde, que viveu no período de 1854 a 1900. Wilde foi escritor, cujas obras variavam de brilhante sabedoria, incisiva percepção social à mais repleta angústia. Ele casou-se com Constance Lloyd, teve dois filhos, mas tinha relacionamentos com rapazes e prostitutas da classe trabalhadora. Um de seus livros chamava-se *O retrato de Dorian Gray* (1890). Seu primeiro relacionamento com outro homem foi com Robert Ross, um rapaz de 17 anos. O segundo foi com John Gray. Provavelmente, diz Spencer, foi por causa dele que Wilde deu o nome de Gray ao herói de seu romance.

O escritor foi julgado três vezes e acusado por envolvimento com rapazes (sodomia). Esses julgamentos uniram, na sociedade da época, uma atividade sexual a um nome que invocava características repugnantes e asquerosas. No primeiro julgamento, Wilde foi preso, mas solto em seguida. No segundo, o júri não chegou a um acordo sobre a culpa de Wilde. Quando foi solicitado para se justificar, Wilde negou praticar a sodomia. No terceiro, foi considerado culpado de atos indecentes e condenado a dois anos de trabalhos forçados. O intelectual foi solicitado por um promotor a explicar o significado do título de um poema. Spencer (1996, p. 268 e 269) cita em seu livro essa justificativa de Wilde,

O amor que não ousa dizer seu nome neste século é uma afeição tão grande entre um homem mais velho e um mais jovem como era entre Davi e Jônatas, da maneira como Platão o tornou a verdadeira base de sua filosofia, e da maneira como é encontrado nos sonetos de Michelangelo e Shakespeare (...) por causa disso, estou onde me encontro agora. É bonito, delicado. É a mais nobre forma de afeição. Não há nada de antinatural nele. É algo intelectual e existe repetidas vezes entre um homem mais velho e um mais jovem, quando o mais velho tem o intelecto, e o mais jovem toda a alegria, esperança e encanto da vida diante de si.

Quando o juiz pronunciou a sentença de Wilde, disse: “É o pior caso que já julguei.” (SPENCER, 1996, p. 269). Como consequência, não só o nome de Wilde foi removido dos cartazes dos teatros onde seus textos estavam sendo encenados para grandes plateias, mas também, posteriormente, as peças deixaram de ser exibidas. A atividade sexual praticada por Wilde foi considerada um vício abominável e resultado de sua condição intelectual doentia. A palavra “homossexualismo” tinha sido criada recentemente, anexada à língua e revestida de todo um simbolismo, e Wilde foi a sua primeira vítima. Foucault (1988) deixa claro que a palavra homossexual e o homossexual são invenções deste período (século XIX), necessárias para os processos de regulação e normalização. A definição de homossexual, após o ano de 1870, surge nos discursos médicos e jurídicos, não como alguém que participa de práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo, mas como uma espécie ou um tipo de pessoa que assume uma identidade específica.

Sem dúvida, até os dias atuais, a carga de preconceito presente na utilização de palavras como homossexualismo e homossexualidade é independente em relação à proposta moral de quem as emprega. Nesse sentido, Costa (1992) prefere utilizar homoerotismo no lugar de “homossexualismo” e “homossexualidade”, porque tais termos remetem ao vocabulário do século XIX, que fez surgir a ideia do “homossexual”. O pesquisador ressalta as consequências ao persistirmos a utilizar tais palavras: a) Estaremos contribuindo para a existência da crença que existem uma sexualidade e um tipo de seres humanos “homossexuais” independentes das práticas linguísticas que as criou; b) O uso dos termos, no cotidiano, significa conservar hábitos e comportamentos prisioneiros do sistema de nomenclatura preconceituoso que qualifica pessoas como moralmente inferiores com base, simplesmente, pelo fato de apresentarem desejos eróticos por outras do mesmo sexo biológico. Diante disso, o autor explica que prefere utilizar a palavra homoerotismo por três motivos.

O primeiro, de ordem teórica, Costa descreve as práticas homoeróticas como um campo polimorfo e múltiplo e, por isso, o autor conclui que o homoerotismo é uma noção

mais flexível e que representa, satisfatoriamente, a pluralidade das práticas ou desejos dos homens orientados pelo mesmo sexo. Para ele, perceber o conceito de “homossexualidade” como uma essência comum a todos os homens que sentem desejos homoeróticos é praticar um engano. Nesse aspecto, Costa (1992, p. 21 e 22) argumenta que o uso da palavra homoerotismo tem as seguintes vantagens,

Primeiro, porque exclui toda e qualquer alusão a doença, desvio, anormalidade, perversão etc., que acabaram por fazer parte do sentido da palavra "homossexual". Segundo, porque nega a ideia de que existe algo como "uma substância homossexual" orgânica ou psíquica comum a todos os homens com tendências homoeróticas. Terceiro, enfim, porque o termo não possui a forma substantiva que indica identidade, como no caso do "homossexualismo" de onde derivou o substantivo "homossexual".

O segundo motivo é de ordem histórica. Costa (1996, p. 23e 24) afirma que a palavra “homossexual” está “excessivamente comprometida com o contexto médico-legal, psiquiátrico, sexo lógico e higienista de onde surgiu”. O autor demonstra que o homossexual tornou-se uma personagem construída com o objetivo de ser a antinorma do ideal de masculinidade e virilidade exigido pelos burgueses no século XIX, levando ao esquecimento as várias expressões homoeróticas e de diversos personagens históricos, tais como: Sócrates, Júlio César, Ricardo Coração de Leão e os heróis das epopeias gregas. Costa nos lembra que os gregos eram “pederastas” e não “homossexuais”. Segundo o autor, “a pederastia como o ‘homossexualismo’ são duas formas de cristalização do imaginário cultural sobre a potencialidade homoerótica, e não dois nomes para um mesmo referente” (COSTA, 1992, p. 26). Sendo assim, os exemplos históricos como representantes de homoerotismo, refutam nossos esquemas cognitivos projetadas em nossos ideais morais que veem esse fenômeno articulado com efeminamento. Os exemplos históricos tinham esposas, filhos, participavam de guerras e cultivavam os amores masculinos, como valorizamos atualmente o amor heterossexual romântico. Logo, torna-se quase impossível para nossos hábitos linguísticos articulá-los à prática do homoerotismo.

Mas, como explicar a existência de uma sociedade que valorizava com mais intensidade o amor entre homens? Costa explica que o homoerotismo é linguisticamente construído, sendo historicamente limitado em sua forma de produção. Costa (1996, p. 28) conclui, a partir de seus estudos que,

Não existe objeto sexual “instintivamente adequado ao desejo” ou vice-versa, como reitera a psicanálise. Todo objeto de desejo é produto da linguagem que

aponta para o que “é digno de ser desejado” e para o que “deve ser desprezado” ou tido como indiferente; como incapaz de despertar excitação erótica.

Com isso, vemos que a maioria das pessoas pode se comportar em práticas homossexuais ou heterossexuais. Entretanto, esse fato não significa a impossibilidade de diferenciar os verdadeiros homossexuais e os homossexuais momentâneos. Em uma cultura heteronormativa, muitos homossexuais comportam-se como heterossexuais, sem ser de fato. Da mesma forma, em culturas em que o homoerotismo era a regra, muitos heterossexuais podiam comportar-se como homossexuais. Dessa maneira, os verdadeiros homossexuais “seriam aqueles que, com ou sem estímulo moral da cultura, sentir-se-iam de qualquer modo mais atraídos por homens que por mulheres” (COSTA, 1992, p. 28).

O terceiro e último motivo é de ordem pré-conceitual. Sabemos que a homossexualidade não é uma doença, uma perversão ou imoralidade. Na verdade, é um fenômeno natural quanto qualquer outro fenômeno sexual. No entanto, o aval da natureza não é suficiente para combater o preconceito. No século XIX, como no início do século XX, escritores, filósofos, médicos, juristas, sexólogos, políticos esforçaram-se em vão para convencer que a homossexualidade era apenas uma variação do instinto sexual. Nessa situação, vemos que é uma ilusão acreditar na força de persuasão de argumentos científicos com dados cientificamente bem fundamentados. Como diz Costa (1992, p. 35),

Ninguém abandona suas crenças preconceituosas porque um outro pode “provar-lhe” que aquilo que pensa sobre tal ou qual coisa é cientificamente errado. Ainda menos alegando que “é errado pensar assim porque contradiz a concepção científica da natureza”.

O autor não acredita que a conversão da palavra “homossexual” em outra palavra, sem resíduo de preconceito, possa dar certo simplesmente porque defende a naturalidade dos desejos homoeróticos. O pesquisador acredita que é um equívoco utilizar o termo homossexual como sinônimo para todas as possibilidades de atração homoerótica. E seguir acreditando em tal crença significa conservar o sistema de nomenclatura construído para fazer do homoerotismo a contrapartida destituída de valores. Assim, as palavras homossexualismo e homossexual carregam em si uma carga de preconceito que é autônoma à intenção moral de quem as aplica no cotidiano. Esse mecanismo imaginário da discriminação mantém o sistema de nomenclatura responsável pela identificação e fixação de pessoas nos lugares prescritos. Para entender melhor isso, leiamos um trecho de Costa (1992, p. 38), onde ele afirma,

[...] a tentativa de lutar contra o preconceito invocando a condição natural da “homossexualidade” encontra seu principal obstáculo na linguagem escolhida como instrumento de luta. Essa linguagem é um jogo de cartas marcadas, onde o discriminado é forçado a recorrer ao vocabulário do discriminador para identificar-se como sujeito e para reivindicar a consideração moral à qual aspira. Por outro lado não basta, a meu ver, tomar a natureza como aval dessa causa. A natureza, conforme o preconceito, também tem seus “aleijões, anormalidades e desvios”! De resto foi por este viés que as teorias positivistas, instintivistas e evolucionistas do século XIX começaram a descrever e a explicar a “patologia” da “perversão homossexual” ou da “inversão genital”, ou seja, como desvio do instinto de seu rumo “natural” e “normal” em direção à reprodução da espécie.

A carga de preconceito também foi forte na década de 1980 com o surgimento da AIDS. A crença na existência de uma identidade homossexual condicionou de forma negativa a resposta que as pessoas homoeróticas davam ao risco de infecção pelo HIV. O vírus surgiu como doença de homossexuais. Há algum tempo já sabemos que isto não é verdade. Porém, na época do surgimento da doença, o risco de contaminação entre as pessoas homoeróticas estava relacionado com a forma como lidavam com o preconceito dirigido contra seus desejos sexuais. Para essas pessoas, o risco de contaminação representava a revelação de uma “identidade homossexual”. Por isso, elas preferiam o suicídio, a ter de assumir que contraíram o vírus por meio de relações homoeróticas. Tinham medo da desaprovação da família e da sociedade e, por isso, mantinham uma vida sexual restrita a fantasias homoeróticas e se satisfaziam por meio da masturbação solitária ou pela tentativa de supressão do próprio desejo. Outras se rotulavam bissexuais para diminuir o preconceito e para estarem mais próximos do modelo dominante. Sentiam-se culpadas por sentirem desejos por pessoas do mesmo sexo. Era difícil atribuir conteúdo e referências positivas ao homoerotismo por estar preso a uma forte carga de preconceito. A solução foi inventar novas estratégias para construir novos valores e significados ao homoerotismo.

Diante disso, podemos afirmar que os valores mudam ao longo do tempo nas sociedades. Em se tratando da pederastia, o que para nós, contemporâneos, é chocante, perverso e um grave desrespeito aos adolescentes, em outros tempos e lugares, era considerada uma prática natural, normal e benéfica para os cidadãos gregos. Esse tipo de relacionamento existiu ao longo de toda a História. Contudo, em outras sociedades, a pederastia se transformou em uma prática inaceitável e reprovada. É importante sinalizar que, em nosso tempo, o relacionamento amoroso entre adulto e adolescente do mesmo sexo não é bem visto socialmente, o que difere se os envolvidos forem de sexos diferentes. Nesse último caso, se a relação não for aceita, totalmente, pelo menos apresentará um nível de aprovação

melhor. Isso acontece porque a pederastia, na concepção de Mott (1989), desrespeita dois tabus para a opinião pública: o erotismo intergeracional e a homossexualidade. Tabus esses que são interpretados pela sociedade como conceitos que precisam ser evitados e que não são benéficos na vida de um rapaz.

O que temos em comum em todas as épocas em relação à pederastia é o culto ao corpo associado à beleza e à valorização da nudez masculina e, sobretudo, a do adolescente. Os pederastas valorizam o corpo do jovem como algo natural e sagrado. Outro ponto em comum é o homoerotismo. Este é um ingrediente importante nas relações pederásticas. Com isso, constatamos uma forte relação entre pederastia e homoerotismo.

Outro elemento relevante e que não podemos deixar no esquecimento é a existência de uma memória pederástica. Em *O Banquete*, Platão faz uso da memória para construir seus diálogos. Vale lembrar que Le Goff (1996, p. 423) conceitua a memória como “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Em outro ponto, ele escreve: “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 1996, p. 426). O que percebemos em *O Banquete* é um forte desejo em conservar as relações pederásticas, no futuro, e uma preocupação em evitar a dissolução dos valores sociais implicados nesses relacionamentos, orientando e servindo como um exemplo positivo às novas gerações.

Os esforços de Platão não foram em vão. Como vimos, nesta seção, muitos pederastas, em outros tempos e lugares, buscavam no passado, por meio de suas narrativas, fatos ou referências positivas para justificar ou defender seus desejos e ações no presente, como uma “fonte de alimentação”. A memória resgatada era interpretada como a mais verdadeira, original e um modelo. Portanto, a memória era utilizada como um instrumento poderoso, uma ponte de ligação com o passado que visava à perpetuação da pederastia e do homoerotismo no presente.

Certamente, os dados apresentados nesta seção referentes à pederastia e ao homoerotismo nos ajudam a analisar e interpretar a Gaie France. Mas ainda falta estudar outro fenômeno muito presente na revista: a pedofilia. Tema da próxima seção.

3.0 PEDOFILIA

A pedofilia é um fenômeno complexo circulado por várias crenças, incompreendido por parte da população e, muitas vezes, despercebido no cotidiano das pessoas. Assim, podemos afirmar que o entendimento da pedofilia não é uma questão apenas de conceituação. Para estudar esse fenômeno, atualmente, é indispensável e fundamental a discussão das diferentes formas em que ele se apresenta e que envolvem: outros contextos históricos, memória, diferentes áreas do conhecimento, jogos políticos, as justificativas de pedófilos, definições de abuso sexual, as consequências desse ato para crianças e adolescentes, mitos a respeito da pedofilia, leis, a existência de um movimento social que defenda a prática sexual entre adultos e crianças e sua atuação política por meio de uma imprensa direcionada especificamente para pedófilos.

O movimento de ativismo pedófilo utilizava, no passado, as revistas como principal canal de expressão, vendidas legalmente em vários países no início da década de 1960 até 1990. Nas últimas décadas, com a popularização da internet, o canal de comunicação mudou da versão impressa para o mundo virtual. Nos dias atuais, os ativistas pedófilos usam os sites para reivindicar direitos e comunicar ao mundo sua visão a respeito do fenômeno. Além disso, o site Portal Brasil, em uma matéria divulgada no dia 18/05/2017, com dados fornecidos pela Secretaria de Direitos Humanos, apontou que o Disque 100 recebeu nos anos de 2015 e 2016, 37 mil denúncias contra pessoas até 18 anos, e os crimes registrados foram: abuso e exploração sexual, pornografia infantil, divulgação de conteúdos eróticos e sensuais através de celulares, a sedução de crianças e adolescentes por parte de predadores na internet, exploração sexual no turismo e estupro¹⁹. Por todos esses motivos, constatamos que o estudo da pedofilia, por vários ângulos, se faz cada vez mais urgente e necessário na sociedade contemporânea.

3.1 Pedofilia: um fenômeno antigo

Vimos que o sexo intergeracional era uma prática comum na Grécia antiga. Mas com que idade os meninos eram seduzidos? Não há uma uniformidade de opiniões de autores com relação à faixa etária dos meninos. Spencer (1996) delimita que era entre 12 e 15, a idade que

¹⁹ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/05/dia-nacional-contr-abuso-sexual-de-criancas-e-jovens-e-celebrado-nesta-quinta-18> Acesso em: 20/12/2017.

os meninos deviam encontrar um amante. Entretanto, o mesmo autor nos lembra que os meninos eram separados de suas mães aos sete anos para serem educados e que as mulheres aceitavam o papel que os jovencinhos estavam prestes a desempenhar, porque elas foram ensinadas que era dessa forma que os jovens se tornavam homens. Vale lembrar que a sedução ou relação sexual envolvendo meninos com menos de 12 anos, na Grécia antiga, não era bem aceita, porém, não havia lei que proibisse. Diante disso, acreditamos que o contato sexual entre crianças e adultos acontecia no mundo antigo, até porque a pederastia era uma prática comum. Spencer (1996, p. 51) comprova que a pedofilia é um fenômeno antigo quando escreve: “Historicamente acreditam que a pedofilia é mais bem explicada pela tradição contínua do ritual de iniciação, os ritos de passagem a que os meninos foram submetidos para se tornarem homens e que perduraram por milhares de anos, em todo o mundo”. Inclusive, a própria palavra pedofilia origina-se do grego (*pedo* ou *paidos*, que possui o significado de criança e *filia* com o sentido de amizade, atração ou amor).

É possível encontrar a ocorrência do fenômeno em outros contextos. Carizzi et al. (2011) registram que no Egito antigo as crianças eram subjugadas aos interesses sexuais dos faraós. O mesmo acontecia no mundo árabe e no mundo oriental. Os autores sustentam o fato de que os samurais mantinham práticas sexuais com jovens amantes e que estas só conquistavam a emancipação na fase adulta.

Em épocas do Renascimento na Idade Média, o casamento com crianças era um ritual muito comum e frequente, em que as meninas casavam ainda na puberdade. No entanto, não podemos esquecer que foi durante a Idade Média que se iniciou o combate à sodomia (práticas sexuais de homem com homem ou mulher com mulher), no qual foi incluída a prática sexual com crianças. Mesmo não sendo atitudes novas, essas práticas foram intensamente reprimidas em toda a Europa, porque a percepção que a sociedade tinha a respeito de tais temas havia mudado.

Já em nossa tradição luso-brasileira, Mott (1989) fornece dados que comprovam que a prática sexual entre adultos e crianças em si não chegou a ser considerada um crime específico por parte da Inquisição. Mott (1989, p. 33) narra dois acontecimentos em 1746 e 1752,

[...] em 1746, chega ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa a seguinte denúncia: Maria Teresa de Jesus, mulher casada, moradora na Vila de Santarém, “saindo de casa um seu filho, Manoel, de 5 anos, foi levado por um moço, Pedro, criado, para um porão e usou do menino por trás, vindo o menino para casa todo ensanguentado”. Em 1752, outro caso semelhante

chega à Inquisição: no povoado de Belém, junto a Lisboa, um moço de 25 anos, José marinheiro, agarrou um menino de 3 anos incompletos, João, o levou para um armazém, do qual saiu a criança chorando muito, todo ensanguentado e rasgado seu orifício com a pica do moço.

Mesmo diante da perversidade dos atos, da idade das crianças, da revolta dos pais e da identificação dos estupradores, os Inquisidores não deram importância a essas cruéis violências, sendo tais acontecimentos arquivados. O que era mais reprovado, na época, era a prática de sodomia. Mott (1989, p. 33 e 34) relata outro caso no Brasil antigo,

A naturalidade com que este outro pedófilo confessa seus “desvios” é estarrecedora: trata-se de um sacerdote brasileiro, residente em Salvador, o cônego Jácome de Queiroz, 46 anos. Confessou perante o Visitador do Santo Ofício, em 1591, que “uma noite levou à sua casa uma moça mameluca de 6 ou 7 anos, escrava, que estava vendendo peixe pela rua, e depois de ceiar e se encher de vinho, cuidando que corrompia a dita moça pelo vaso natural, penetrou pelo vaso trazeiro e nele teve penetração sem poluição. E outra vez, querendo corromper outra moça, Esperança, sua escrava, de idade de 7 anos, pouco mais ou menos, a penetrou também pelo trazeiro”. O remorso do cônego – e seu crime – teria sido a cópula anal, na época referida como “abominável pecado de sodomia”. A infantilidade e pureza destas duas meninas, ambas com sete anos, não provocou qualquer preocupação ou prurido ao pedófilo: seu medo era unicamente ter cometido “o mais torpe e imundo pecado”, a cópula anal – a corrupção de menores não constituída motivo sequer de advertência.

Com estas leituras, depreendemos que a pedofilia é uma prática sexual muito antiga. A pedofilia já foi considerada um tipo de comportamento normal, recorrente ou ignorado em outros tempos e lugares. Contudo, vale destacar que nesses contextos culturais não existia a ideia de abuso sexual infantil tal como conhecemos atualmente. Não existia a noção de fragilidade inerente à infância, pouco se discutia a respeito do tema e, conseqüentemente, não havia uma política de proteção. Ademais, não eram reconhecidos o consentimento e a idade como fatores de regulação do comportamento sexual. As noções de infância, de abuso sexual e a reprovação do sexo entre adultos e crianças surgiram no século XIX e foram desenvolvidas com mais intensidade nos discursos de proteção à infância no século XX, conforme veremos mais adiante.

3.2 Pedofilia: um fenômeno multifacetado

A pedofilia é um tema delicado e que causa reações de medo, de ódio e repulsa na população quanto à possibilidade de um adulto abusar sexualmente de uma criança ou o

incitamento à tal prática. Isso pode ser comprovado em casos atuais na mídia envolvendo o a exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” no Santander Cultural de Porto Alegre (RS), que abordava questões de gênero e diversidade, e a performance artística chamada “La Bête”, inspirada em um trabalho de Lygia Clark, protagonizada por um homem nu, imóvel no chão, e uma menina, acompanhada pela mãe, tocando os pés do artista no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo. Tais exposições foram acusadas de incitamento à pedofilia e causaram revoltas nas redes sociais e em setores conservadores e religiosos. Diante desse fato, vale esclarecer que a maior parte dos casos de pedofilia não acontece nos museus e, menos ainda, o pedófilo se encontra nesses espaços públicos. Na verdade, o pedófilo está presente em ambientes privados, vestido e geralmente é alguém da família, o vizinho, o padre e o pastor. O que acredito é que tal comoção social é resultado de um falso moralismo, oportunista e eleitoreiro (visando às eleições de 2018), por parte de grupos conservadores fundamentalistas e religiosos, contaminando a sociedade que pouco conhece sobre o assunto, com o objetivo de alcançar visibilidade social e fortalecer os seus interesses políticos. Na prática, o que acontece é um jogo político. Esses grupos jogam na mídia acontecimentos interpretados como incitamentos à pedofilia, acompanhados de narrativas moralizantes e políticas, em um binarismo moral, do bem contra o mal, a luta dos opostos e, com isso, favorecem o surgimento da censura, o aumento do ódio e da intolerância e a diminuição da liberdade de expressão.

Este jogo social que utiliza a pedofilia para fins políticos apresenta duas consequências: 1) aniquila qualquer possibilidade de discussão produtiva; 2) leva ao esquecimento temas importantes atuais no Brasil, como, por exemplo, a grave corrupção que assola o país, a desigualdade social, os problemas em várias áreas sociais, as questões políticas do governo do Presidente Temer, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência, em que trabalhadores perdem parte de seus direitos conquistados décadas atrás. O objetivo dos grupos que utilizam esse jogo social é aumentar a sua visibilidade, a sua popularidade, a sua divulgação, conquistando apoio de uma grande parte da população brasileira que é conservadora. Com isso, percebemos que a pedofilia não é, na realidade, uma preocupação e, menos ainda, uma prioridade para os políticos que se dizem comprometidos com o bem-estar social das crianças. Por certo, eles buscam satisfazer interesses particulares e fins políticos. Sabemos que a pedofilia é um problema grave no Brasil e, por isso, temos a consciência da importância de promover o debate da pedofilia na sociedade e, conseqüentemente, ampliar o entendimento de forma clara do fenômeno.

A pedofilia envolve uma realidade pouco conhecida pela população em geral. Williams (2012, p. 12) explica que o fenômeno está inserido dentro das parafilias, caracterizadas no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM) por “anseios, fantasias ou comportamentos sexuais recorrentes e intensos que envolvem objetos, atividades ou situações incomuns ou bizarras e causam sofrimento significativo ou dificuldades sociais na vida o indivíduo”²⁰. Williams (2012, p. 13) cita três critérios da DSM utilizados para caracterizar uma pessoa com o transtorno,

- a) Ao longo de um período mínimo de seis meses, fantasias sexualmente excitantes, recorrentes e intensas, impulsos sexuais ou comportamentos envolvendo atividade sexual com uma (ou mais de uma) criança pré-pubere (geralmente com idade inferior a 13 anos).
- b) As fantasias, impulsos sexuais ou comportamentos causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.
- c) O indivíduo tem no mínimo 16 anos e é pelo menos 5 anos mais velho do que a criança ou crianças no Critério a.

Sendo assim, é um equívoco interpretar a pedofilia como um crime, como fazem os meios de comunicação, leigos e os profissionais da área da saúde, defende Williams (2012). A pedofilia é um transtorno que pode ou não resultar em um crime. Segundo a autora, é fundamental a distinção entre o que é pedofilia ou não, e a diferenciação entre transtorno e crime para a discussão do fenômeno. Williams ainda inclui os adolescentes como vítimas da pedofilia e esclarece os mitos sobre a pedofilia, contrapondo tais mitos a dados científicos conquistados por meio de pesquisas acadêmicas, sobre os quais falaremos a seguir.

O primeiro mito abordado é de que todo abusador de criança é um pedófilo. Como vimos, a pedofilia é uma doença, e a pessoa que sofre com o transtorno mental necessita de tratamento. Existem pedófilos com vários níveis de transtorno, desde o nível leve, quando conseguem evitar o ato, até o mais grave quando chegam a praticar o abuso sexual. A pedofilia em si não é um crime e nem todo pedófilo é criminoso. Ele só será acusado de um crime se colocar seus pensamentos em prática. E nem todo abusador de crianças é pedófilo. Williams (2012, p. 20 e 21) alerta que existem os pedófilos e os ofensores situacionais, conforme o seu texto a seguir:

A pesquisa específica da área é unânime em afirmar que nem todo ofensor de crianças é um pedófilo, assim como nem todo pedófilo é um abusador de crianças. Embora no dia a dia, leigos chamem qualquer ofensor sexual de

²⁰ Sigla em Inglês que significa *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* publicado pela Associação de Psiquiatria Americana.

“pedófilo”, como já vimos, o indivíduo pode apresentar fantasias eróticas com crianças, mas consegue se controlar, sem abusá-las. [...] Paralelamente, as pesquisas sugerem que a maioria das pessoas que já abusou sexualmente de crianças não apresenta o transtorno, o que significa dizer que as preferências eróticas de tais abusadores envolvem adultos com maturidade física, sendo o comportamento abusivo resultante de outras razões motivacionais, como a presença de estressores (álcool, drogas, privação sexual, por exemplo) problemas conjugais; outros problemas psiquiátricos; impulsividade ou conveniência (a criança estava por perto) e a possibilidade de ter sido abusado sexualmente no passado (sendo o último fator também considerado risco para a pessoa com pedofilia). Pela falta de uma palavra melhor, tais indivíduos são identificados na literatura por “ofensores situacionais”.

Frequentemente, a sociedade reforça o discurso de ódio e a imagem dos pedófilos como verdadeiros monstros e colocam esses indivíduos no mesmo patamar dos ofensores situacionais. A falta de informação e o preconceito atrapalham a criação de estratégias mais eficazes, como, por exemplo, mostrar socialmente que muitos pedófilos conseguem viver com o transtorno sem infringir à lei e contribui para que muitos pedófilos não procurem tratamento.

O segundo mito diz respeito à afirmação de que homens *gays* têm mais interesse sexual por crianças do que os heterossexuais. Williams demonstra que tal afirmação não é verdadeira, apesar de existir no imaginário popular. Ela menciona um estudo realizado com 2.278 homens utilizando o teste falométrico, no qual foi observado que o interesse sexual de homens *gays* por meninos e as respostas de homens heterossexuais por meninas foram semelhantes, ou seja, relativamente baixas. Essa pesquisa mostrou que *gays* e heterossexuais apresentam as mesmas respostas penianas para representações de crianças, comprovando não ser verdade a afirmação de que *gays* tenham mais interesse sexual por crianças do que heterossexuais.

O terceiro mito no senso comum tem a ver com a declaração de que só os homens apresentam pedofilia. Williams observa que embora seja em pequeno número, as mulheres também podem apresentar o transtorno da pedofilia, bem como podem ser “ofensoras sexuais ocasionais”. A autora nos chama a atenção para o fato do desconhecimento da prevalência da pedofilia no geral, pois o tema é um tabu, o que dificulta as pesquisas, porém acredita-se, de acordo com estudos norte-americanos, que o resultado seja inferior a 5%. Já as mulheres condenadas por ofensas sexuais nos Estados Unidos são entre 0,4 e 4%. A pesquisadora aponta que as agressões sexuais realizadas por mulheres contra crianças podem deixar sequelas muito graves. A pedófila, geralmente, se comporta numa posição materna de proteção. Esse tipo de abuso sexual causa uma confusão mental na criança ou no adolescente.

O quarto mito faz alusão à crença de que não há tratamento para pedofilia. Williams menciona dados de pesquisas que explicam que o transtorno é resultado de “problemas estruturais e funcionais no cérebro das pessoas com pedofilia, combinando a um histórico ambiental adverso na infância” (WILLIAMS, 2012. P. 24). Para a estudiosa, o fato de o transtorno não ter cura, leva à crença inadequada de que não há tratamento. Cientificamente, o tratamento mais adequado abrange uma combinação de remédios junto com uma terapia cognitiva comportamental. A terapia trabalha os pensamentos, as emoções (como aumento da empatia pela vítima), os comportamentos, as crenças e ajudam o autocontrole, a diminuição e a eliminação de agressões sexuais a crianças e adolescentes.

O quinto mito assinala que o ofensor sexual é facilmente identificável por sua aparência, etnia ou conduta. Para Williams (2012, p. 27), não há um perfil para o ofensor sexual. Isso quer dizer que o ofensor pode ser,

homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, com transtorno de pedofilia exclusivo e só sentir atração sexual por crianças, ter o transtorno e também sentir atração por adolescentes, não ter pedofilia e agredir sexualmente crianças e adolescentes, ter alta ou baixa escolaridade, estar ou não empregado, ser de diversas etnias, ser solteiro ou casado, e assim por diante. Dessa forma, o estereótipo de que o agressor sexual seja um indivíduo mal aparentado, asqueroso, que transmite medo e vive isolado da família, não poderia ser mais equivocado. Pelo contrário, tal indivíduo é geralmente o oposto – aparentemente pacífico e incapaz de fazer dano a quem quer que seja.

O sexto mito aponta que toda criança que sofreu abuso sexual irá um dia ser um ofensor. Williams diz que um histórico de abuso sexual pode ocasionar futuras agressões, mas jamais de maneira categórica ou determinista, pois a probabilidade dependerá de vários elementos de proteção, bem como outros fatores de risco, como a gravidade e duração do abuso sofrido.

O sétimo mito narra que apenas as meninas apresentam problemas decorrentes do abuso sexual. A autora atesta que os casos de abuso sexual de meninos são raramente registrados, e isso corrobora a pouca compreensão das sequelas desse ato em garotos. Contudo, pesquisas indicam que os meninos que sofreram abuso sexual podem se sentir confusos a respeito da própria sexualidade. Costumam também não verbalizar sobre o abuso, gerando com isso culpa, raiva e ansiedade.

O oitavo mito aponta que as pessoas com pedofilia são isoladas e desarticuladas. A autora cita o movimento de ativismo pedófilo para comprovar que os pedófilos não são

pessoas afastadas do convívio social e que podem atuar em causas próprias. Mais adiante, falaremos a respeito desse movimento.

O nono mito especifica que a pessoa com pedofilia geralmente aborda crianças utilizando-se da violência física. Williams alerta que a pessoa com o transtorno, raramente, utiliza a violência física. Seu comportamento comum consiste em aliciar, seduzir e conquistar a confiança da criança com objetos atraentes para a vítima.

O décimo e último mito irreal indica que a única prova eficaz para comprovação sexual do abuso é o Exame de Corpo de Delito. Acerca desse mito, Williams (2012, p. 36 e 37) escreve,

Advogados, médicos legistas e policiais geralmente insistem e reforçam tal mito afirmando que, por não haver um Exame de Corpo de Delito positivo, não há evidência da ocorrência do abuso sexual. Vejam o exemplo absurdo retirado de um laudo médico: "Não houve rompimento de hímen, logo não pode ser afirmado que houve violência sexual". Ocorre que o abuso sexual mais frequente não deixa sequelas físicas, embora possa traumatizar em demasia a criança. Ocorre, ainda, que todo ato envolvendo abuso sexual da criança e do adolescente é por definição um ato de violência, então não há lógica na afirmação acima. O que o profissional poderia fazer é descrever as lacerações, edemas encontrados (se houver) e afirmar que o hímen estava intacto, sugerindo ausência de confirmação positiva para a materialidade da prova, o que é diferente de dizer que não houve abuso sexual.

A autora comenta também que as pesquisas mostram que alterações nos genitais de crianças são pouco frequentes, mesmo em casos de comprovação de abuso, como, por exemplo, quando a pessoa assume a culpa. Cabe ressaltar que algumas formas de abuso sexual, raramente, deixam marcas, como a penetração digital ou sexo oral. Soma-se a isto, o fato de que "a penetração vaginal ou anal poderá não deixar marcas se o exame for realizado dias após a ocorrência, devido à plasticidade do organismo físico da criança e do adolescente" (WILLIAMS, 2012, p. 37). Para a autora, as pesquisas da área sugerem que a prova mais convincente é a revelação ou narrativas da criança sobre o abuso sofrido.

Como já afirmamos, não existe um perfil psicológico para uma pessoa que pratica o abuso sexual. Trata-se de um conjunto heterogêneo de indivíduos que pode envolver pessoas com ou sem o transtorno; um parente próximo/amigo ou um desconhecido; uma pessoa mais velha ou jovem; rica ou pobre; branca ou negra; *gay* ou heterossexual; uma pessoa com ou sem deficiência; um indivíduo com ou sem religião; um operário ou um doutor; uma pessoa com uma ficha criminal longa ou sem registro prévio de ofensa criminal.

O abuso sexual pode ser definido, segundo Williams (2012, p. 49), “como uma modalidade de maus-tratos ou violência praticada contra criança/adolescente, envolvendo ou não contato físico, como no caso de voyeurismo ou exibicionismo”. Muitos pedófilos apresentam narrativas para justificar suas ações no abuso sexual de menores. Eles defendem que “o abuso sexual não faz mal à criança ou ao adolescente, pois se trata de um tipo de ritual de iniciação. Chegam a afirmar que estão fazendo um favor à criança e [...] negam as consequências nefastas apontadas pela literatura” (WILLIAMS, 2012. p. 44).

O abuso sexual praticado por uma pessoa com ou sem o transtorno pode acarretar consequências a curto e longo prazo na vida de crianças, adolescentes ou adultos. Entre os efeitos podemos citar: comportamentos sexualizados inapropriados por parte da criança, tais como, a masturbação em público ou toques sexuais indesejados em outras crianças ou adultos, narrativas de conteúdo sexual ou um conhecimento a respeito de sexo incompatível com a idade da criança; sintomas de ansiedade, como medos fortes e pesadelos. Quando os sintomas de ansiedade forem muito intensos, existe uma probabilidade da criança ou adolescente sofrer de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), quadro caracterizado pelo fato de as vítimas reviverem o acontecido em recordações ou brincadeiras, por *flashbacks* ou pesadelos. O TEPT pode acompanhar um desinteresse de atividades que antes eram prazerosas para a criança, distúrbios do sono, a recusa de frequentar o lugar que aconteceu o fato ou mesmo evitar falar sobre o acontecimento traumático. O abuso sexual pode também levar à depressão, sentimentos de baixa autoestima, isolamento, sentimentos de agressividade, problemas na escola (falta de concentração, falta de interesse e queda no desempenho escolar). Quando o abuso é de natureza incestuosa, pode causar um grande dano à vítima, gerando nela sentimentos ambíguos e confusos em relação aos pais ou a outros parentes.

Os adultos que sofreram abuso sexual na infância apresentam efeitos em longo prazo. Podem acontecer alterações na sexualidade, como falta de prazer no sexo, promiscuidade ou transtorno. Pessoas com um histórico de abuso sexual demonstram pensamentos equivocados acerca da sexualidade e medo de se envolver afetivamente com outra pessoa. Há casos também de bulimia, anorexia e obesidade mórbida e o risco da intergeracionalidade da violência, ocasionando a possibilidade de novas vitimizações, mas também da vítima vir, no futuro, a praticar abusos sexuais em crianças, tal como foi feito com ela no passado.

O abuso sexual causa tantos prejuízos à criança ou ao adolescente porque envolve um desequilíbrio de poder entre um adulto e um ser em desenvolvimento. Em outras palavras, o adulto é fisicamente forte e amadurecido, enquanto a criança tem o corpo frágil, sendo

imatura em todos os aspectos de seu desenvolvimento. Porém, o fato de reconhecermos a criança como um ser frágil, imaturo e em desenvolvimento, não quer dizer que ela seja assexuada. Desde o nascimento, a criança vive sua sexualidade. Os estudos de Freud (2016) foram fundamentais para comprovar a existência de uma sexualidade infantil desde o nascimento da criança. De acordo com Freud (2016, p. 73),

Negligência do fator infantil. Na concepção popular do instinto sexual, ele está ausente na infância e desperta somente no período da vida que designamos como puberdade. Isso não é um erro qualquer, mas de grandes consequências, pois principalmente a ele devemos nosso atual desconhecimento das condições fundamentais da vida sexual. Um estudo aprofundado das manifestações sexuais infantis provavelmente revelaria os traços essenciais do instinto sexual, mostraria seu desenvolvimento e nos faria ver sua composição a partir de várias fontes.

Há de se dizer, então, que a criança é um ser sexuado. Entretanto, é relevante destacar, também, que o desenvolvimento sexual da criança é gradativo. Em se tratando de sexualidade, ela sente um misto de curiosidade e aversão em relação ao sexo. Isto só mudará com o tempo, à medida que ela for crescendo e incorporando, naturalmente, outras concepções sobre a própria sexualidade. Nessa trajetória, a criança encontra duas questões que não podemos deixar de registrar. A primeira delas é que a sexualidade, ainda nos dias atuais, é considerada um tabu nas famílias, nas escolas, nas igrejas e na sociedade em geral. Por isso, nas situações de abuso sexual, a criança sente que transgrediu regras sociais, o que pode gerar culpa, vergonha, isolamento e silêncio. A segunda questão é o culto à beleza, a valorização extrema dos corpos e da erotização precoce de crianças e adolescentes nas famílias, na mídia e no meio social. Essa valorização e erotização dos corpos infantis aparecem nos meios de comunicação, nas músicas, danças, etc. Para exemplificar, recorrendo as nossas memórias, lembramos dos concursos na televisão em que a mídia exibia crianças disputando o título de melhor dançarina, na década de 1990, rebolando em cima de uma garrafa ao som da música *Na boquinha da garrafa*, do grupo musical *É o Tchan*. Tal incentivo da mídia colocava a criança em uma situação erótica, que não é padrão para a sua idade do desenvolvimento psicológico. Esse tipo de situação, mesmo de brincadeira, induz precocemente crianças a comportamentos típicos de adultos e, conseqüentemente, pode despertar os olhares contempladores de adultos com intenções de abuso sexual.

Nesse sentido, é fundamental que os adultos exerçam o papel de filtro de informações e estabeleçam frequentemente um canal aberto de comunicação com os menores, principalmente, com temas relacionados à sexualidade. As famílias e as escolas não devem

negligenciar ou silenciar assuntos no campo da sexualidade. A orientação sexual de acordo com a idade das crianças e dos adolescentes é um dos caminhos para combater abusos sexuais. O conhecimento sobre seus corpos e de seus direitos, alertá-los que ninguém tem o direito de tocá-los ou de abusá-los, é uma maneira de empoderar a criança e o adolescente para resistir e denunciar abusos sexuais, que, na maioria das vezes, acontecem dentro da própria casa, da igreja ou da escola. É preciso orientar os menores, em caso de atitudes estranhas ou suspeitas, a dizer não e se afastar da pessoa, pois esse tipo de comportamento pode desencorajar o pedófilo ou o ofensor ocasional a desistir da ação com medo de ser descoberto.

São muitos os casos de abusos sexuais cometidos contra menores. Por essa razão, as crianças e adolescentes precisam de mais proteção, que seus direitos sejam respeitados e que as políticas públicas sejam mais efetivas em suas ações envolvendo menores e abusos sexuais. Historicamente, Mott (1989, p. 38) assinala que foi no século XIX que surgiram as primeiras manifestações em defesa dos menores, quando o controle dos desvios sexuais é transferido da Igreja para as delegacias de polícia.

O século XIX, herdeiro do Iluminismo e do liberalizante Código Napoleônico, transfere o controle dos desvios sexuais, da enfraquecida Igreja para as delegacias de polícia. Os direitos humanos e o respeito à pluralidade ganham cada vez mais adeptos. A infância e a identidade infanto-juvenil adquirem foros de cidadania, tímidos ainda, porém crescendo dia a dia. Cabe agora ao Estado zelar pela moral e inocência dos imaturos, tanto que é aos próprios Presidentes das Províncias que os cidadãos injuriados se dirigem para exigir justiça quando suas crianças são alvo de suposta corrupção por adultos.

O autor conclui que a mudança de postura por parte de quem controlava o poder diante da “corrupção de menores” foi por causa da cruel indiferença dos Inquisidores para com os estupro infantis, do século XVI ao XVIII. Dessa forma, a luta contra os pedófilos e a proteção dos jovens passa das mãos da Igreja para os chefes da polícia na segunda metade do século XIX. Mott ainda acrescenta que essa mudança de atitude pode ser explicada sob dois ângulos: 1) a instauração de uma moralidade ultrarrepressora em defesa da inocência infanto-juvenil que, ao mesmo tempo, reprime e deixa de ver crianças e adolescentes como seres sexuados; 2) o surgimento da preocupação com os direitos humanos de crianças e adolescentes, como seres dignos de respeito.

Entretanto, foi no século XX que se concretizou a criação de normativas a partir de uma preocupação internacional visando reforçar os direitos e a proteção de crianças e adolescentes, como foco de discussão entre nações. Para Breier (2007, p. 93), as primeiras

manifestações internacionais sobre os direitos da criança foram: *Save the Children Fund*, em Londres (1919); União Internacional de Auxílio à Criança, em Genebra (1920). O autor complementa que foi a partir de Declarações, Resoluções e Manifestos que surgiram: a Declaração dos Direitos da Criança, em Genebra (1924); a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), as Resoluções 1044 (1986) e 1065 (1987) do Conselho da Europa sobre o tráfico e exploração infantil; A Convenção dos Direitos da Criança (1989); Tratado da União Europeia (1996) sobre a exploração sexual de crianças. Em relação a essas normativas internacionais, Dalmaso (2004, p. 453) acrescenta os motivos que levaram os Estados a formular documentos em defesa dos menores,

A comunidade internacional, especialmente a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, sensível à situação desprotegida de muitas crianças vítimas de guerras, tráfico de pessoas, abuso sexual e qualquer tipo de exploração ou desamparo em general, tem formulado diversas declarações, que criaram o compromisso para os Estados membros de adequar suas legislações e implementar medidas conducentes a tais objetivos. De igual forma, nos textos Constitucionais e na legislação interna de cada país se foram garantindo os direitos das crianças.

Com a Convenção dos Direitos da Criança, os menores passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. Promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil, em setembro, do ano seguinte, essa Convenção veio assegurar uma série de diretrizes de modo a propiciar às crianças e aos adolescentes condições dignas de desenvolvimento sob todos os seus aspectos. No artigo 34, A Convenção dos Direitos da Criança (1989, p. 23) estabelece que é dever do Estado proteger e garantir a segurança da criança contra qualquer tipo de exploração e violência sexual,

Os Estados Partes comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e de violência sexuais. Para esse efeito, os Estados Partes devem, nomeadamente, tomar todas as medidas adequadas, nos planos nacional, bilateral e multilateral para impedir: a) Que a criança seja incitada ou coagida a dedicar-se a uma atividade sexual ilícita; b) Que a criança seja explorada para fins de prostituição ou de outras práticas sexuais ilícitas; c) Que a criança seja explorada na produção de espetáculos ou de material de natureza pornográfica.

No que se refere ao tema da pedofilia, em seu artigo 19, A Convenção dos Direitos da Criança (1989, p. 13 e 14) destaca as medidas para a proteção das crianças,

1. Os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente; maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou de qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada.
2. Tais medidas de proteção devem incluir, consoante o caso, processos eficazes para o estabelecimento de programas sociais destinados a assegurar o apoio necessário à criança e aqueles a cuja guarda está confiada, bem como outras formas de prevenção, e para identificação, elaboração de relatório, transmissão, investigação, tratamento e acompanhamento dos casos de maus tratos infligidos à criança, acima descritos, compreendendo igualmente, se necessário, processos de intervenção judicial.

Essas declarações internacionais buscaram concretizar políticas e Leis legais de amparo aos menores contra abusos sexuais, o que certamente influenciou vários países, que modificaram suas legislações a partir de recomendações internacionais. Seguindo o exemplo internacional, o Brasil em tempos de redemocratização, passa a adotar as diretrizes relacionadas aos direitos da criança, nas quais são acrescentados os adolescentes. Um ano antes do documento A Convenção dos Direitos da Criança, a Constituição Federal (1988) trouxe avanços importantes com relação aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, como seres humanos especiais. Dessa maneira, a Constituição Federal é o resultado da participação do Brasil em convenções internacionais sobre os direitos da criança e do adolescente e um esforço pela concretização de uma doutrina universal da proteção integral dos menores. O documento representa a preocupação da sociedade brasileira frente as situações de violência sofridas por jovens, incumbindo a todos – família, sociedade e Estado – o dever de garantir à criança o usufruto de seus direitos. O artigo 227 e o parágrafo quarto da Constituição Federal (BRASIL, 2004, p. 131) determinam a seguinte norma,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[...]

§ 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Como reflexo das normativas (Constituição Federal e A Convenção dos Direitos da Criança), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei n.º. 8.069, de 1990,

representou um avanço expressivo de efetivação dos direitos e garantias essenciais e indispensáveis para a proteção da criança e do adolescente. Em seu artigo 1º, decreta que “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (BRASIL, 2013, p. 9). Além disso, o ECA delimitou as idades da criança e do adolescente. Em seu artigo 2º “Considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 2013, p. 9). A Lei também reafirmou direitos e deveres previstos no artigo 227 da Constituição Federal e concedeu responsabilidade ao Estado, à sociedade e à família.

O Estatuto da Criança e do Adolescente colocou crianças e adolescentes a salvo de qualquer violação de seus direitos fundamentais. No artigo 5º, a garantia de prioridade compreende que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 2013, p. 10). Ademais, o ECA (BRASIL, 2013, p. 102 e 104) dispõe sobre crimes praticados contra a criança e o adolescente, bem como as penalizações, e prevê,

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfico, envolvendo criança ou adolescente. [...] Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8(oito) anos, e multa. [...]

Art. 241- Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contempla cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Todas essas normas internacionais e nacionais são unânimes sobre a necessidade de reforçar os direitos de crianças e adolescentes. Porém, essas normas retratam um mundo perfeito e contrastam muito com a realidade vivida por menores no Brasil e no Mundo. Os documentos oficiais ainda não foram capazes de erradicar a exploração sexual de crianças e adolescentes. A par disso, Rodrigues (2008) alerta que a exploração sexual de crianças e adolescentes através do mercado negro do sexo é uma indústria em ascensão altamente rentável que empregam métodos sistemáticos de captação inseridos em uma rede organizada e unida. O autor delimita o comércio exploratório de menores em quatro grupos: 1) prostituição infantil; 2) pornografia infantil; 3) tráfico de menores; 4) turismo sexual.

Vemos que a pedofilia não é apenas um fenômeno psíquico individual, ou seja, um transtorno ou um desejo sexual de um adulto por uma criança, mas é também um fenômeno social grave. A pedofilia é um tema preocupante devido aos casos de abusos sexuais, que não são poucos, principalmente com a ajuda da internet, e todo abuso sexual praticado com crianças e adolescentes é errado porque o pedófilo ou ofensor ocasional utiliza de poder, dominância, sadismo e crueldade para alcançar seus objetivos, e o terror e o pânico causados nos menores de idade é dos mais terríveis sentimentos que esses seres em desenvolvimento podem sentir. Essa prática sexual gera consequências graves e tem um grande potencial traumático na vida das vítimas e que podem durar muito tempo. E quem pratica o abuso sexual precisa ser penalizado, independentemente de ser pedófilo ou ofensivo ocasional.

A pedofilia é multifacetada, interdisciplinar e complexa porque sustenta todo um aparato social, político, econômico e envolve outras áreas do conhecimento e profissionais de variados ramos, como médicos, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, policiais, advogados, legisladores, políticos (que utilizam a pedofilia para se beneficiarem politicamente), jornalistas (a pedofilia vende notícia e dá IBOPE) e comerciantes ilegais que utilizam os menores para ganhar dinheiro. O Brasil está amparado juridicamente e podemos dizer que legislações, leis e aparatos sociais não são problemas no país. No entanto, é preciso criar ações e políticas de intervenções mais eficazes que venham a favorecer a prevenção e a diminuição dos casos de abusos sexuais.

A pedofilia é um tema delicado e pouco compreendido pela sociedade. Seu nome causa medo e revolta na população. Sendo assim, é importante promover o debate sadio e produtivo a respeito do fenômeno, informar à população sobre a diferença entre transtorno e crime. É necessário e urgente viabilizar um tratamento adequado às pessoas com o transtorno, pois a doença, de difícil diagnóstico, não tem seu tratamento incentivado no Brasil. Além disso, reafirmamos que as crianças e adolescentes precisam de uma orientação sexual que lhes possibilite entender a si próprios e o mundo que os cerca. Informar os menores a respeito de sexualidade, certamente, não os incentivará a praticar sexo. Pelo contrário, dará as ferramentas de que eles precisam para se protegerem quando estiverem sozinhos. Portanto, informação é poder. É isso que as famílias, escolas e igrejas precisam entender. Silenciar o tema da sexualidade e da pedofilia não é a solução. Sabemos que muitos pais têm dificuldade de conversar com seus filhos a respeito de sexualidade, por motivos de timidez, insegurança e porque não tiveram essa educação quando eram crianças. Mas, é importante desenvolver essa habilidade para a proteção de seus menores. Talvez com essas medidas, e com a união de

todos os interessados, conseguiremos prevenir e diminuir os casos de abuso sexual. Precisamos ter em mente que os pedófilos ou ofensores ocasionais agem, muitas vezes, de forma isolada e silenciosa, mas também que atuam de maneira organizada e reivindicando direitos.

3.3 As reivindicações do movimento de ativismo pedófilo

Nos Países Baixos, no contexto da revolução sexual, década de 1950, surgiu o movimento de ativismo pedófilo que busca legitimar o amor livre, independentemente da idade dos seus parceiros. É importante sinalizar que esse movimento social/político serviu de inspiração para a criação de inúmeras associações em defesa da pedofilia, em muitos países. O movimento teve um avanço significativo na década de 1970 e retrocedeu nas décadas de 1980 e 1990, mas não acabou (BERNARD, 1987). Essas associações existem até os dias atuais em ambientes virtuais e propagam seus pensamentos com o objetivo de conquistar a emancipação dos pedófilos.

Essa corrente de pensamento defende a pedofilia como uma atração sexual normal e esforça-se para extinguir a opressão contra os pedófilos. As pessoas e os grupos, homens e mulheres, das mais diferentes orientações sexuais – heterossexuais, homossexuais e bissexuais – e de diversas áreas – pensadores, médicos, cientistas, políticos, etc. – buscam atuar de variadas formas, trocando ideias, por meio de solicitações e reivindicações via documentos (petições e declarações), desenvolvendo pesquisas para comprovar que a pedofilia é algo natural e benéfico para crianças. A respeito das associações pedófilas, Pereira (2011, p. 223 e 224) escreve,

Essas associações, de certa maneira, reúnem sujeitos que, através de sua união, buscam tirar da clandestinidade a sua prática sexual, numa tentativa de obter da sociedade o seu reconhecimento e a aceitação da pedofilia como uma prática sexual normal, deixando de ser desviante, transgressiva, legitimando a escolha sexual de seus adeptos. Em síntese, almejam a aceitação pela cultura e, ainda, a sua proteção legal na sociedade. E, nesse sentido, é usual disseminarem a bandeira do repúdio ao sexo violento e da liberdade do sexo amoroso com as crianças apenas quando elas consentirem – o amor sexual consentido pelas crianças.

Assim, as pessoas e os grupos envolvidos no movimento pedófilo tentam normalizar o sexo entre adultos e crianças/adolescentes e alcançar direitos sociais e políticos. Young (1988) documentou as tentativas de ativistas pedófilos com esses propósitos na década de 1980. A

autora reconhece que dentro do movimento estão representadas várias opiniões, algumas vezes contraditórias, mas que grande parte dos ativistas pedófilos concorda com os seguintes objetivos/reivindicações: 1) mudar a opinião pública do conceito social de pedofilia e da pederastia²¹; 2) conquistar a desclassificação da pedofilia como parafilia das listas oficiais de doenças e transtornos mentais; 3) conseguir o reconhecimento da pedofilia como orientação sexual; 4) obter o reconhecimento da liberdade sexual de crianças e adolescentes; 5) concretizar a eliminação ou reforma das leis sobre idade de consentimento; 6) estabelecer a distinção entre abuso sexual e relações consentidas; 7) promover a pesquisa objetiva sobre a pedofilia; 8) instaurar a liberdade de expressão e de informação. Essas reivindicações são fundamentais para o entendimento do movimento de ativismo pedófilo e, por isso, passaremos a discuti-las.

O movimento de ativismo pedófilo tem o interesse de mudar a opinião pública sobre a pedofilia e a pederastia. O intuito é atrair a atenção de um maior número de pessoas e divulgar suas ideias, argumentos bem construídos e artigos científicos para promover a própria causa. Nesse sentido, Williams (2012, p. 32) assinala que “há um ativismo político aberto da parte de indivíduos com esse transtorno nos Estados Unidos e em alguns países europeus, que se mobilizam para convencer o público de que a pedofilia não é um problema de saúde mental”. Andrade (2008) acrescenta que os ativistas defendem a pedofilia como uma preferência sexual por crianças e adolescentes e reivindicam a desclassificação da pedofilia como doença mental e a sua retirada da lista de doenças da organização Mundial de Saúde (OMS) – tal como já ocorreu com a homossexualidade décadas atrás – e de listas similares organizadas por entidades de classe de psiquiatras e psicólogos de vários países. Além disso, buscam uma maior aceitação cultural em relação à pedofilia, nos casos em que esta não for abusiva.

Outra definição defendida pelo movimento de ativismo pedófilo para a pedofilia, diz Williams (2012), sustenta o tema polêmico de que a pedofilia não seria uma doença ou um desvio sexual, mas na verdade, uma orientação sexual natural e específica, tanto quanto a heterossexualidade ou a homossexualidade. Os ativistas pedófilos argumentam que a homossexualidade um dia também já foi classificada como uma doença mental pela OMS e por entidades de psiquiatras e psicólogos e reivindicam uma mudança semelhante para a pedofilia, para que esta também deixe de ser oficialmente classificada como doença. Por esse motivo, o movimento de ativismo pedófilo reivindica a legitimidade da pedofilia na sociedade.

²¹ A pederastia já foi discutida na seção anterior. Por isso, nesta seção, focaremos na pedofilia.

Nesse caso, os ativistas pedófilos comparam a pedofilia com a homossexualidade. Nesse ponto, precisamos discutir a respeito dessa comparação, que envolve duas questões. A primeira delas é que a homossexualidade foi comprovada que é uma orientação sexual e deixou de ser classificada como doença há muito tempo, ao contrário da pedofilia. A segunda questão tem a ver com a busca de legitimidade social por parte de grupos de sexualidades dissidentes. Vimos na subseção “Movimentos sociais e as publicações homoeróticas” que a luta por direitos sociais e políticos para viver tranquilamente e de forma saudável a própria sexualidade, que não seja regulada pela heteronormatividade, é uma batalha travada ao longo de muito tempo. Rodrigues (2014) explica que a noção “dissidente” é compreendida como manifestações de vivências de sexualidades ainda não reconhecidas socialmente, juridicamente e cientificamente. Para o pesquisador, essa noção é empregada para entender a sexualidade de lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros como legítima de reconhecimento social. Rodrigues (2014, p. 213) contribui com mais detalhes acerca da noção de dissidente referente ao grupo LGBT,

Importante dizer que a chamada sexualidade dissidente, assim como a “normal”, é construída socialmente a partir de regras e normas apoiadas em saberes e estratégias discursivas que legitimam ou deslegitimam as práticas sexuais. Num primeiro momento, a ideia de dissidente poderia estar associada à noção de desvio ou de sexualidade entendida como perversão. Não se trata disso. A perversão foi categoria médico-psiquiátrica utilizada para lidar com comportamentos sexuais tidos como desviantes e determinar as fronteiras entre o normal e o patológico, entre o legal e o ilegal. A categoria dissidente é pensada aqui como busca pela legitimidade e pelo reconhecimento, social e jurídico, de sujeitos que tendem a ser marginalizados e criminalizados.

No caso dos defensores do sexo entre adultos e crianças, Rodrigues (2014, p. 213) afirma que,

[...] a questão é um pouco diferente, justamente pela relação tensa entre normalidade e legalidade. Embora existam grupos que lutem pela legitimidade dessa prática sexual, invariavelmente a categoria pedofilia tem carga negativa em diversos aspectos e domínios. Daí a importância da noção “dissidente”, que nos ajuda a pensar sobre uma expressão da realidade até recentemente considerada impossível de reflexão. Hoje em dia, a pedofilia não só ganhou visibilidade, como passou a ocupar lugar de destaque nos debates políticos, jurídicos e científicos. Só que a principal luta, nesse caso, é para tornar o desejo dissidente em crime, restando muito pouco (ou quase nenhum) espaço aos defensores da liberdade sexual sem idade mínima de consentimento.

Portanto, não há porque comparar a busca de legitimidade social do grupo LGBT com a do movimento de ativismo pedófilo. Os argumentos defendidos pelos ativistas pedófilos apresentam-se no universo da anormalidade e ilegalidade.

Já dissemos que a criança não é assexuada. O movimento de ativismo pedófilo se aproveita dessa realidade para reivindicar o reconhecimento da liberdade sexual de crianças e adolescentes. O movimento argumenta que os menores precisam experimentar a própria sexualidade, que é um direito natural de explorar e desenvolver a própria sexualidade e de escolher livremente com quem desejam compartilhá-la. Com isso, vemos que os ativistas que defendem a pedofilia não se mostram apenas um movimento de liberação sexual para os pedófilos, mas também para crianças e adolescentes. Verhoeven (2007, p. 555 e 556) critica esse argumento e diz que, “apesar de a criança possuir sexualidade e a exercitar, devemos observar essa situação como um treino, uma espécie de ensaio para que possa bem exercê-la quando madura”. A estudiosa constata, tal como Williams, que a transmissão de valores e práticas adultas para o universo infantil, em que as crianças não se encontram preparadas para receber, pode causar graves danos nesses sujeitos ainda em desenvolvimento.

Os ativistas pedófilos não reconhecem esses danos e acreditam que eles são vistos, injustamente, pela população em geral, como monstros e que são oprimidos e silenciados pelas leis e a moral da sociedade. Ainda denunciam que as leis sobre a idade de consentimento criminalizam, desnecessariamente, o relacionamento entre adultos e menores, castigando injustamente os pedófilos, sob a tese de que as minorias sociais e as crianças possuem o direito de explorar e vivenciar a sexualidade livremente e tranquilamente. Diante disso, reivindicam a eliminação ou uma reforma consistente na legislação objetivando a liberação de crianças e adolescentes de praticarem sexo com adultos. Verhoeven (2007) alerta que as associações mundiais inseridas no movimento de ativismo pedófilo fazem pressão política e que tal atitude ganha força e organização com um número crescente de adeptos em plano global. Este é um fato que não pode ser ignorado, porque os casos de abuso sexual, no Brasil e no mundo, não são em número pequeno e, por vezes, seguidos de morte.

A já mencionada autora ainda comenta que o movimento social/político repudia a ideia da violência para conseguir o prazer sexual com a criança, defendendo, no entanto, relações sexuais que possuam o mútuo consentimento. Os ativistas pedófilos argumentam que cada criança apresenta um nível distinto de maturidade, conforme a sua nacionalidade e cultura, e garantem, baseados nisso e nos próprios desejos, que os menores podem ter individualmente a capacidade de não aceitar ou consentir relações com pessoas mais velhas.

Defendem ainda que a relação entre adultos e crianças, consentidas por ambas as partes e acontecidas em circunstâncias adequadas, não são em si prejudiciais para os menores. Eles advertem que quando esse tipo de relação é descoberta, crianças e adolescentes podem apresentar problemas psicológicos profundos e constantes devido aos comportamentos negativos dos pais, policiais, oficiais da justiça e da sociedade como um todo. Entretanto, Andrade (2008) menciona que os ativistas pedófilos concordam que as relações não consentidas devem continuar sendo criminalizadas, isto é, aquelas relações obtidas por meio da violência, manipulação, chantagem, coação, abuso de poder ou intimidação, etc.

Notamos com isso que os ativistas pedófilos rejeitam e condenam oficialmente a violência nas práticas sexuais com menores e, ao mesmo tempo, defendem que nem todo ato sexual resultante da pedofilia tem o mesmo significado de abuso sexual na infância. Com esses pensamentos, a *Danish Pedophile Association* (em português, *Associação Pedófila Dinamarquesa*), uma das fundações mais atuantes do movimento de ativismo pedófilo, fundada em 1985, resumiu em onze pontos a distinção entre abuso sexual infantil e relações consentidas defendidas pelos ativistas pedófilos. Encontramos essa distinção no site da *Ipce* (texto original em espanhol), outra associação atuante no momento atual na causa pedófila. Trabalhando de uma forma binária, a associação difere abuso sexual de relações consentidas da seguinte forma,

Abuso sexual: Violência, ameaças, engano, chantagem (emocional) e estupro.
Relações consentidas: Espontaneidade e amizade que se desfrutam juntos.

Abuso sexual: A criança sente que é impossível retirar-se da atividade sexual. A criança quer acabar com a atividade, mas o adulto a impede. O abuso de poder e outras intimidações permitem o abuso continuado.

Relações consentidas: A criança pode retirar-se da relação em qualquer momento, segundo o seu desejo. O adulto respeita a vontade da criança e não a culpa pela sua decisão.

Abuso sexual: O desejo sexual do adulto é o único critério. As necessidades da criança, inclusive as sexuais, não são tidas em conta. A criança é um objeto sexual passivo.

Relações consentidas: Interação a escala pessoal e (eventualmente) sexual. A atividade sexual (se houver) é adaptada ao nível psicosssexual da criança. O adulto participa da sexualidade da criança.

Abuso sexual: Obrigação de sigilo. Exploração dos sentimentos de vergonha da criança. Se a atividade sexual é descoberta, a criança experimenta sentimentos de culpabilidade, embora não desejasse tal atividade.

Relações consentidas: Tenta-se conseguir a maior abertura possível, tendo em conta a moral e o ambiente. O bem-estar de ambas as partes é expresso em forma verbal e não verbal durante a relação.

Abuso sexual: Atmosfera opressiva. Não há sensação de segurança nem de intimidade.

Relações consentidas: Procura-se criar uma atmosfera que proporcione a maior sensação de segurança possível.

Abuso sexual: A relação não é igualitária. Há repressão, abuso de autoridade e manipulação.

Relações consentidas: O objetivo é criar uma relação de igualdade. Em caso de uma relação duradoura, esta se converte em amizade.

Abuso sexual: O adulto não está interessado na criança como pessoa, mas apenas como objeto sexual esporádico.

Relações consentidas: O adulto manifesta interesse pelo mundo da criança. Há interesses comuns, mesmo no caso de um encontro único.

Abuso sexual: Há poucos interesses comuns. A criança se isola dos outros, inclusive os amigos da sua idade. O adulto pretende dominar a criança.

Relações consentidas: Há lugar para a cultura juvenil e para o contato com os outros. Há interesses comuns.

Abuso sexual: Não há uma comunicação aberta. Qualquer expressão emocional é reprimida.

Relações consentidas: Há lugar para a expressão de sentimentos. O poder é equilibrado. A criança e o adulto partilham o poder.

Abuso sexual: Na vida diária da criança, o amor e a atenção são escassos. Nesses casos, existe risco de fixação na sexualidade adulta.

Relações consentidas: O adulto tem um interesse real nos sentimentos (também sexuais) da criança. Ele quer chegar ao nível da criança. A amizade é um complemento valioso doutros aspectos da vida da criança.

Abuso sexual: A criança experimenta sentimentos de medo e de aversão. É evidente que a criança busca ajuda.

Relações consentidas: O sentimento predominante na criança é a alegria. Às vezes, porém, a criança pode sentir-se insegura por causa da moral da sociedade. Mesmo assim, ela tenta expressar sentimentos positivos no seu entorno.²²

Como vemos, essas narrativas comportam apenas dois lados. Constatamos um poder de argumentação, uma grande capacidade de criar narrativas para justificar os interesses do movimento de ativismo pedófilo. Os ativistas pedófilos relacionam em suas narrativas fatos, opiniões, problemas e possíveis soluções com o intuito de embasar suas reivindicações. O objetivo é convencer e persuadir o leitor a seguir a mesma linha de raciocínio e a concordar com os mesmos pensamentos dos ativistas pedófilos. Podemos deduzir que essas narrativas são utilizadas e incorporadas pelas associações pedófilas.

²² Fonte: https://www.ipce.info/ipceweb/Statements/dos_mundos_distintos.htm Acesso em: 20/12/2017.

Do ponto de vista de boa parte da população mundial, qualquer tipo de experiência sexual só pode acontecer por meio do consentimento e qualquer outra forma de sexo é interpretada como ilegal, violenta ou crime. O abuso sexual também é caracterizado pela falta de consentimento e, em se tratando de estupro, esta prática sexual é também considerada crime por não haver consentimento pela vítima. Vale lembrar que o artigo 217-A do Código Penal Brasileiro classifica como “estupro de vulnerável” qualquer “conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) ano”. Logo, qualquer experiência sexual de adultos com crianças menores de 14 anos é considerada crime.

Na visão de Rodrigues (2014), o consentimento se concretiza a partir de dois componentes básicos: a pessoa deve ter consciência o que está consentindo e precisa ter liberdade para dizer sim ou não. Para o autor, crianças são incapazes de consentir experiências sexuais com adultos por causa da condição de vulnerável e de tutela. Por essas razões, qualquer experiência sexual entre adultos e crianças não pode ser admitido, de acordo com padrões morais das sociedades ocidentais, porque requer consentimento. Rodrigues (2014, p. 66 e 67) defende que as crianças, muitas vezes, não têm liberdade de dizer sim ou não a um adulto, tanto do ponto de vista legal quando do ponto de vista psicológico. Segundo ele,

Do ponto de vista legal, a criança está sob a autoridade de um adulto e não tem livre escolha. Do ponto de vista psicológico, a criança tem dificuldade em dizer não a um adulto, sobretudo porque o adulto normalmente detém todos os tipos de recursos em suas mãos: afeto, comida, dinheiro, abrigo e segurança. Nesse sentido, a condição da criança é como a de um prisioneiro, por estar completamente rendida nas mãos de uma autoridade ou instituição. Por isso, a maioria dos casos em que parece haver sexo consensual pode ser apenas uma resposta ao poder exercido pela pessoa em posição de autoridade.

A idade de consentimento varia bastante em termos de definição em países e continentes. No continente americano: Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Peru são países que instituem a idade para sexo consensual aos 14 anos; na Argentina, 13 anos; Uruguai, 15 anos; Venezuela, 16 anos; Paraguai, 14 anos para as relações heterossexuais e 16 para as relações homossexuais; na Bolívia depende do estágio da puberdade. Em países da África: em Camarões não há qualquer lei ou medidas legais sobre a idade mínima de consentimento; em Angola a idade é de 12 anos; o Egito estabelece a idade de 18 anos para consentimento, além de serem ilícitas as relações homoeróticas (RODRIGUES, 2014).

Uma pergunta importante: as leis que determinam uma idade mínima para o consentimento sexual devem ser abolidas? Em outras palavras, as leis devem conceder a liberdade e permitir pedófilos de praticar relações sexuais com crianças? Na Constituição

Federal (BRASIL, 2004 p. 8 e 9), o artigo 1º, inciso III garante “a dignidade da pessoa humana” e no artigo 4º, inciso II, a “prevalência dos direitos humanos” como princípios fundamentais em todo território brasileiro. Desse modo, é inviável conceder a liberdade de um adulto a praticar sexo com crianças e diminuir a idade mínima consensual aos ativistas pedófilos, porque uma relação que envolve pedofilia pode trazer consequências prejudiciais, a curto ou longo prazo na vida dos menores, e tais concessões violam o direito de pessoas que estão em fase de desenvolvimento, e por esse motivo necessitam de cuidados e amparo especiais. Verhoeven (2007) nos lembra que a liberdade não é um princípio absoluto. Ao contrário, é com a restrição das liberdades individuais que conquistamos a integridade e totalidade dos fundamentos que sustentam uma nação. Sendo assim, Verhoeven (2007, p. 566) considera que,

[...] se a todos fosse dada a liberdade de realizar todo e qualquer ato, ninguém teria espaço para exercitar livremente a liberdade individual, posto que, a todo o momento, a liberdade de um indivíduo seria violentada pelo exercício de liberdade de outrem.

Nesse sentido, Verhoeven acredita que não é possível conceder liberdade de um adulto a praticar relações sexuais com crianças, visto que se tornariam em objetos e não sujeitos da relação. A relação entre um adulto e uma criança envolve uma relação desproporcional de poder e, por isso, não são capazes de concordar livremente da prática sexual. Os menores, muitas vezes, sentem carência de afetos e, sem maturidade suficiente para raciocinar igual a um adulto, acabam manipulados pelos pedófilos. Tendo percebido isso, você verá que a redução de uma pessoa da posição de sujeito para objeto, feriu, drasticamente, os princípios fundamentais garantidos na Constituição Federal: o da dignidade humana e o dos direitos humanos.

Outra reivindicação do movimento de ativismo pedófilo é a possibilidade de promover pesquisas científicas envolvendo a pedofilia. Carizzi et al. (2011) indicam que os cientistas adeptos desse movimento afirmam que nem todas as pessoas que abusam sexualmente de crianças podem ser classificadas pedófilas, já que o impulso para essa prática pode ter sido provocado por outros motivos que não incluem a preferência sexual por menores. Uma das formas de divulgação dessas pesquisas é por meio de revistas e sites, com o intuito de divulgar as suas teses. Além das pesquisas, são divulgados nas revistas: fóruns de discussões, assistência jurídica, informações a respeito do movimento de ativismo pedófilo, ensaios

fotográficos, resenhas etc. Com isto, podemos definir a imprensa pedófila como as publicações com conteúdos destinados, especificamente, aos pedófilos.

Relacionado com o parágrafo anterior, a última reivindicação do MAP busca a liberdade de expressão e de informação. Na Constituição Federal de 1988, o artigo 5º, inciso IV, regulamenta que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vetado o anonimato” (BRASIL, 2004, p. 9). No mesmo artigo, inciso IX, estabelece que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença” (BRASIL, 2004, p. 10). Já no inciso XIV, garante que “é assegurado a todos o acesso à informação” (BRASIL, 2004, p. 10). Na Constituição Federal no Capítulo V, “Da Comunicação social”, o artigo 220 regulamenta que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 2004, p. 127). Contudo, na Carta Magna, o artigo 221, inciso IV, regulamenta o princípio de “respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família” no que se refere à comunicação social (BRASIL, 2004, p. 128). Diante disso, concluímos que o direito à informação é assegurado, porém o direito à liberdade de expressão não é absoluto, porque existe limite em outros princípios importantes estabelecidos na Constituição Federativa do Brasil.

O fato é que muitas associações do movimento de ativismo pedófilo expressam suas opiniões e reivindicações para além das suas fronteiras e, justificam isso, baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (BRASÍLIA, 1998, p. 4), no artigo 19, onde prevê,

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Sabemos de associações que foram dissolvidas, como, por exemplo, a MARTIJN, fundada na Holanda, em 1982. Porém, outras associações existem até os dias atuais. E a mudança da forma de expressão impressa para a expressão no mundo virtual proporcionou ao movimento de ativismo pedófilo um novo canal de expressão aos ativistas pedófilos e a oportunidade de encontrar seus semelhantes, favorecendo assim a socialização desses sujeitos. Rodrigues (2008) sinaliza que a internet possibilitou algumas vantagens aos ativistas pedófilos: a troca de textos, fotografias, vídeos; o intercâmbio de informações; ajuda psicológica aos pedófilos a escapar de sentimentos de culpa; o anonimato de suas ações

ilícitas; sair do isolamento; a satisfação de seus egos na demonstração para outros pedófilos de suas “proezas” e “conquistas”; a afirmação e autovalorização em que se classificam como pessoas normais e conectadas com sujeitos semelhantes que sentem e pensam da mesma forma. Com isso, buscam mudar opiniões públicas em seu favor, se proclamando um grupo sexual minoritário, vítima de uma desconsiderada e irracional intolerância social.

Buscando entender as narrativas e como funcionam as associações inseridas no movimento de ativismo pedófilo, pesquisamos seis sites atuantes nos dias atuais e que defendem a relação sexual entre adultos e crianças/adolescentes. Todas as informações descritas a seguir foram retiradas desses ambientes virtuais.

3.4 Associações pedófilas

A primeira associação é a *IPCE (International Pedophile and Child Emancipation)*. A associação se define em seu site como um fórum para pessoas envolvidas na discussão sobre a compreensão e emancipação das relações mútuas entre adultos e crianças/ou adolescentes. A página virtual publica boletins informativos e publicações específicas envolvendo esse tipo de relação. Para publicar um texto ou artigo científico, nesse canal, é requisito ser de nível acadêmico e alta qualidade. A cada dois anos, os integrantes da associação se reúnem em um país diferente para discutir questões importantes referentes à pedofilia.

Contraditoriamente, os administradores apresentam como política no site a não realização de nenhuma ação individual ou de forma política, menos ainda a exposição de imagens, que eles apenas se dedicam publicações escritas específicas. Ainda acrescentam, se os seus membros quiserem realizar ações, isso acontecerá sob a responsabilidade deles, não possuindo o site nenhuma responsabilidade para tal fato. Isso nos faz refletir a criação de um site em que discute e defende um tema polêmico como a pedofilia não é uma forma de atuação política, de lutar por direitos sociais e políticos?

A *IPCE* demonstra uma preocupação com os novos membros da associação por causa de casos de infiltrações em outras associações, em outros países. Quanto a isso, algumas medidas foram tomadas visando a proteção dos seus integrantes. É aconselhado ter muito cuidado quando um novo membro chega ao grupo, não confiar imediatamente e não fornecer todas as informações de imediato. Além disso, a *IPCE* solicita aos seus membros prestarem muita atenção em comportamentos dos novos membros para melhorar o nível de proteção, comportamentos do tipo: a) alguém surgiu do nada e sem um histórico em outros grupos

pedófilos; b) novos membros tentando impressionar, propondo novas atividades e oferecendo um papel de liderança. Alertam que este tipo de comportamento pode ser normal, porém, normalmente os novos membros não se comportam desta forma; c) membros que não participam das discussões, que não fornecem seus nomes e, quando estas são solicitadas, eles se sentem insultados. Mais uma vez, o site relembra que este tipo de comportamento pode ser normal, mas é fundamental redobrar a atenção; d) Alguém no grupo que dá sinais de não se sentir confortável com as discussões. Novamente um sinal para todos os membros aumentar o nível de atenção.

Entre as suas publicações, destacamos uma declaração da *Martijn*, outra associação pedófila, mas extinta, o que demonstra a articulação entre associações e o uso da memória. O documento afirma que, pelo fato de o adulto ter um relacionamento com a criança não o faz um proprietário dela e que os membros precisam respeitar os menores nos seguintes quesitos: a) para que a relação se concretize é importante o consentimento em ambas as partes; b) a criança tem a liberdade de se retirar a qualquer momento do relacionamento sexual com o adulto; c) o adulto deve atuar de acordo com o desenvolvimento da criança; d) o adulto deve ter uma abertura com os pais da criança, especialmente, no caso de crianças pequenas.

A associação explica que quando em um relacionamento existe amizade, uma intimidade voluntária, desejada e inofensiva, não é possível causar danos na vida da criança. Isto só acontece quando a relação é indesejada e quando a sociedade por meio de seu poder utiliza a força e leis para impedir o contato do adulto com o menor. A *IPCE* defende que tanto o adulto quanto o jovem tem o direito de encerrar a relação sexual em qualquer momento. Entretanto, nas relações de dependência, ou seja, entre pai e filho ou professor e aluno, não há a possibilidade de encerrar o contato sexual e o tempo de distância e o nível de intimidade são delineados por dois princípios éticos: a) uma distância longa entre eles não é desejável; b) muita intimidade entre eles não é desejável devido à total falta de escolha de liberdade.

A *IPCE* recomenda ao seu público-alvo a não reprimir seus sentimentos, evitar o isolamento e participar ativamente na sociedade. O site aconselha aos seus membros a encontrar uma maneira de viver com os próprios sentimentos pedófilos e de acordo com a lei. A associação ainda lembra que as pessoas com sentimentos pedófilos têm a necessidade, o direito de discutir acerca dos próprios sentimentos, de valores, normas e leis com os seus semelhantes.

A segunda associação pedófila e muito atuante é a *NAMBLA* (*Nort American Man/Boy Love Association*), formada em 1978, nos Estados Unidos, e tem como objetivos: promover a

compreensão e o apoio a relacionamentos envolvendo adultos e crianças/ou adolescentes; mudar a opinião pública a respeito da relação amorosa entre homens e meninos; acabar o preconceito e a opressão social aos pedófilos. A *NAMBLA* se define como uma organização política, educacional e de direitos civis. Pois, a associação fornece informações e ajudam a educar a sociedade sobre a natureza positiva e benéfica do amor entre um homem adulto e um menino.

A *NAMBLA* também defende que as diferenças de idade não impedem a interação mútua e amorosa entre pessoas. A associação se opõe fortemente contra as leis que limitam a idade mínima de consentimento nas relações e todas as outras restrições que proíbem os homens e os meninos o pleno gozo de seus corpos e o controle de suas próprias vidas. Diante disso, a *NAMBLA* exige uma reforma, urgentemente, e de forma eficaz nas leis que tornam ilegais as relações entre adultos e menores. A associação ainda acredita que o sistema condena injustamente esse tipo de relação e que o seu papel é proporcionar um mínimo de humanidade aos pedófilos.

A terceira associação é a *Free Spirit*, um site de relacionamentos na internet. O seu objetivo principal é proporcionar aos ativistas, autores, jornalistas, profissionais um canal para que essas pessoas possam expressar suas opiniões e apresentar seus argumentos a respeito do relacionamento entre adultos e crianças/ou adolescentes.

A quarta associação que se dedica a assuntos pedófilos é a *Boylover*. O site define *Boylover* como a atração entre um menino e um adulto, isto é, o amor entre um menino pré-púbere e um homem mais velho. Este último, segundo a associação, possui o desejo de proteger e orientar o menino.

A associação responde algumas perguntas tentando esclarecer possíveis dúvidas dos leitores/usuários da internet. O site explica que não existe evidência empírica que comprove que o tipo de relação defendido pela associação seja prejudicial e que cause consequências para o menino. Ainda acrescenta que muitas consequências foram inventadas e impostas pela sociedade. Os ativistas pedófilos da *Boylover* reconhecem que existem opiniões divergentes sobre o que constitui consentimento, sobre diferentes níveis de consentimento e se as crianças podem consentir uma relação sexual; defendem que um menino tem condições psicológicas para consentir e participar de atividades sexuais. Eles explicam também que não existem provas com credibilidade que comprovem que meninos envolvidos com homens mais velhos se tornam homossexuais. Relatam ainda que os que afirmam ser “homossexuais”, já tinham

consciência dessa suposta orientação sexual em sua infância, atestando que não constitui causalidade.

Outro ponto observado no site é a discussão das experiências pedófilas retratadas na mídia como crimes. Para os pedófilos da *Boylover*, as leis na maioria dos países ocidentais consideram as experiências pedófilas como crime por parte do parceiro mais velho, mesmo quando o menino consente e insiste que deseja a relação entre os dois. Para eles, a mídia contribui para uma histeria pública e influencia as legislações nos países e reforça o círculo vicioso. Outro efeito resultante dessa situação é o esforço de convencer o menino de que ele foi “prejudicado” na relação com o adulto. Para os administradores do site, quem traumatiza o menino são os seus pais, a polícia, o sistema judicial e a mídia.

Tanto a associação *Boylover* quanto a *Free Spirit* utilizam uma representação social própria do movimento. Um triângulo azul com a forma de espiral, simbolizando um menino (triângulo pequeno) envolvido por um homem (triângulo grande), como vemos a seguir,

Imagem 1: Símbolo utilizado pelas associações pedófilas *Boylover* e *Free Spirit*.



Fontes: <https://fsco.freespirits.info/> e http://www.boylinks.net/basics_whatisboylove.html

A quinta associação *Virtuos Pedophiles* foi criada com o intuito de reduzir o estigma, o ódio e o ostracismo social associado aos pedófilos. Seus objetivos principais são: fornecer apoio, informações e recursos para ajudar aos pedófilos virtuosos a viverem uma vida feliz e produtiva e ajudá-los a permanecerem cumpridores da lei; e permitir que as pessoas saibam da existência de um número considerável de pedófilos que não molestam crianças. Esses ativistas pedófilos explicam que não escolheram ser atraídos por crianças e que não podem fazer essa atração desaparecer. Todavia, podem resistir à tentação de abusar sexualmente de crianças e que não representam nenhum perigo para os menores de idade.

Os administradores do site lamentam o fato de os pedófilos serem desprezados pela sociedade por sentirem uma atração sexual que não escolheram e que esse ódio tem consequências. Para eles, muitos pedófilos não procuram ajuda profissional por causa da vergonha e do medo de admitir aos terapeutas que são sexualmente atraídos por crianças. Os ativistas pedófilos acreditam que muitos casos de abuso sexual seriam evitados se os pedófilos que se dedicam a resistir às suas atrações fossem tratados com simpatia e respeito. Os militantes ainda acrescentam que muitos pedófilos sofrem de depressão e o objetivo do site é ajudar a essas pessoas. Curiosamente, eles estabelecem uma fronteira entre os amantes de crianças da associação *Boylower*, classificados como politicamente corretos, que amam e se excitam sexualmente com crianças, mas são capazes de controlar seus desejos, e os pedófilos criminosos, ou seja, aqueles que de fato abusam sexualmente de menores.

A sexta associação é a *Christian Boy Love Forum*, um fórum que tem como objetivo promover apoio aos pedófilos cristãos. Os administradores relatam que as pessoas que são sexualmente atraídas por meninos são evitadas e até expulsas das igrejas. Por esse motivo, o site é um refúgio para essas pessoas, um lugar para refletir o amor pelas crianças e compartilhar a sua fé e sentimentos pedófilos. Para eles, a relação sexual é um pecado, porém, como qualquer pecado, sentir a tentação não é em si mesmo um pecado. Ainda convidam os cristãos que não são atraídos por menores de idades a participar da associação, desde que sejam solidários com suas lutas.

Sintetizando, todas as associações aqui citadas – inseridas no movimento de ativismo pedófilo – se mostram bem organizadas, militantes e unidas em razão de objetivos e interesses comuns. A existência dessas associações, ainda nos dias atuais, é significativa e preocupante, porque os pedófilos militantes seguem os próprios valores sociais e morais, tentam propagar suas ideias pelo mundo, recrutar novos membros, tudo isso com dois propósitos: a naturalização e a descriminalização da pedofilia. Os ativistas pedófilos não aceitam e não reconhecem seus desejos como um transtorno mental, e a relação com menores como um ato ilegal. Desse modo, transitam entre a normalidade e o patológico, entre a legalidade e o ilícito. Tentam a todo custo descriminalizar a pedofilia, lutar contra as leis que proíbem a relação entre adultos e crianças, leis essas que, para eles, são interpretadas como injustas e preconceituosas.

Para alcançar a naturalização e descriminalização da pedofilia, as associações mostram uma grande capacidade de criar argumentos e narrativas, algumas contraditórias, simbologias para justificar suas ações e desejos, visando mais visibilidade social, mudar a opinião da

sociedade e alcançar direitos políticos. Todas as suas ações, desde a criação de sites, a promoção de discussões até a reivindicação da eliminação ou reforma das leis que protegem as crianças e os adolescentes, comprovam uma postura militante. É importante ressaltar que as ações, as narrativas e os saberes construídos e registrados, nas revistas e sites, pelos ativistas pedófilos e que passam de geração a geração se tornam lembranças e formam uma memória da pedofilia e do movimento de ativismo pedófilo. E como em toda construção de memória, articula o esquecimento. Os militantes que defendem a pedofilia apagam ou não dão importância aos abusos sexuais, estupros, assassinatos, as consequências e danos causados na vida de crianças e adolescentes. Tudo isso comprovado pela literatura oficial.

Vimos como as associações militantes agem e defendem a pedofilia em tempos de internet. Falta analisar como isso era feito na Gaie France. Acreditamos que essa associação estava inserida no movimento de ativismo pedófilo, no período em que as impressões eram o principal meio de comunicação e divulgação de ideias.

4.0 ANÁLISE DA REVISTA GAIE FRANCE

A primeira questão que nos chamou atenção na Gaie France foi a sua vinculação com a versão francesa. A revista reproduzia os mesmos conteúdos (traduzidos) e as imagens da Gaie France Magazine. Além disso, ao longo das edições da Gaie France analisadas, percebemos que a estrutura da revista variou bastante. Registramos três situações referentes a estrutura do periódico: 1) Havia seções que apareciam em todas as edições: *Índice* (com as chamadas das seções e assuntos pertinentes em cada edição), *Editorial*, *Entre Nós* (seção informativa e de entretenimento), *Caderno* (artigo), *Mala Posta* (correio sentimental) e *GFM Difusão* (vendas de álbuns de fotografia e vídeos eróticos); 2) Havia seções que não eram fixas em todas as edições. Podemos citar: *Carta do Diretor/Coordenador* (comunicação direta com o leitor), *Poema*, *História* (artigo), *Emoções* (com análise e sinopse de filmes, peças de teatro e livro; entrevista), *Conto* (erótico), *Tradição* (artigo), *Entre Vós* (seção informativa e de entretenimento), *Memória* (artigo), *Figura* (artigo), *Raças* (artigo), *Saudade* (com personagens importantes do mundo gay que já tinham falecido na época), *Cartas* (de leitores), *Prevenção* (caracterizada por tratar de temas relativos à saúde), *Os Novos Escritores* (Literatura); 3) Algumas seções apareceram uma única vez na revista, tais como: *Naturalismo*, *Opiniões e Verdades*, *Sabia que...*, *EJ uma estética da juventude*, *Separata*, *Músicas* (artigo), *Desenho*, *Pintura*, *Figura* (artigo), *Imagens*, *Um Grande Fotógrafo da Adolescência*, *Ensaio* (artigo), *Cinema*, *Consultório*, *Crônica*, *Reportagens*, *Ideias*, *Opinião*. Pela análise, verificamos que os temas eram sobre entretenimento, Saúde, História, Literatura e Mitologia.

4.1 Seções Diversas

A seção *Carta do Diretor/Coordenador*, na Gaie France, era uma espécie de documento que aparecia no início das edições 1, 3 e 9, em momentos especiais, com o intuito de expressar a opinião dos diretores e do coordenador a respeito da revista, seus verdadeiros interesses sociais e políticos, suas visões de mundo, tudo isso quando era necessário. Logo, a seção servia como um importante meio de comunicação com os seus leitores.

Na edição 1, a primeira carta, escrita em Francês, é importantíssima porque nos ajuda a entender os sistemas de crenças defendidos por Michael Caignet, fundador da revista, edições francesa e portuguesa e, conseqüentemente, as ideologias defendidas por essas

mídias²³. Nela, Caignet comemora o lançamento da Gaie France Magazine na língua portuguesa e deixa claro que a versão de Portugal possui as mesmas características da revista da França. Ele destaca a motivação e a importância de contemplar a beleza passageira e sagrada dos jovens em uma revista em que o amor e a amizade fazem parte de uma relação entre duas pessoas e de uma beleza manifestada na alma, com uma moralidade em que a estética é vista de duas formas: externamente, agradando os olhos de quem vê e, internamente ligada à ética. Aqui, vemos características a respeito da relação pederástica oficializada na Grécia antiga. Em seu texto, da edição de número 1, Caignet escreve:

Entre os slogans, mais restritivos, que poderiam servir como epígrafe à revista Gaie France Magazine, "uma estética da juventude" talvez seja o emblema mais relevante para subtítular um projeto editorial que, acompanha momentos efêmeros e sagrados da juventude, onde tudo é feito, privilegia como formação, a amizade e os amores juvenis. Não só uma estética sob o único ponto de vista da beleza plástica, é claro – embora tenhamos vontade de convidar para o prazer dos olhos – mas também em relação à ética, “que é a estética do interior” (FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 5).

Em outro trecho da carta, Caignet menciona o quanto é relevante recuperar o significado do homoerotismo e da relação pederástica perdida há muito tempo, na qual aluno e mestre fazem parte de um relacionamento que envolve uma moralidade heroica e amor. Elementos esses típicos do amor grego. Ele afirma:

Nossa moralidade é necessariamente uma moralidade heroica, mas não é esse desprezo altivo aos senhores a que certo nietzschiano de lixo está encantado, uma vez que é uma moral que ensina aos homens – levada pelos destinos de que, infelizmente, eles raramente têm a oportunidade de se tornar mestres – para ser digno do que acontece com eles. É sem reticência que reivindicamos restaurar o seu significado e seu lugar proeminente para um erotismo desonrado pelas belezas ocas das revistas de moda e os catálogos de cópulas de *sex shops*, o erotismo do qual nós pensamos que permanece nobre mesmo na evocação do amor em seu último período (FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 5).

Dessa maneira, vemos que na revista a pederastia defendida por Caignet possui elementos importantes em sua estruturação: o homoerotismo, uma cultura estética, um moralismo/ético e, também, a história e a memória. Embora essas duas últimas sejam referentes, a princípio, ao passado, servem como instrumentos importantes, em conflitos

²³ As narrativas de Michel Caignet foram traduzidas do francês para o português.

sociais contemporâneos para reivindicar direitos sociais e políticos, como veremos a seguir na narrativa de Caignet:

O destino dos amores do sexo masculino, especialmente quando eles participam de um papel social, deve ser inteligível apenas em seu contexto histórico. É por isso que a Revista Gaie France concede uma grande importância ao estudo daqueles que estão longe de nós por uma grande distância do tempo ou do espaço [...] Além disso, a Revista Gaie France não é uma revisão das coisas do passado – embora recuse qualquer solução de continuidade com uma história que fundou o presente – dedica a maioria de suas páginas a eventos e debates de interesse atual para a comunidade *gay* (FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 5).

O diretor aproveitava o espaço para expressar o seu ponto de vista em relação ao mundo e suas crenças, incluindo uma “preferência pelo paganismo” – na qual podemos relacionar as tradições politeístas, como, por exemplo, a mitologia grega e as religiões da Europa e da África surgidas antes da cristianização ligadas às forças da natureza – e seus pensamentos a respeito de seus adversários e sua rejeição pela história, memória e pelo conjunto de crenças, relativos ao judaísmo e ao cristianismo herdados pelos cristãos e judeus, interpretados como males que contribuem para a destruição da sociedade. Nesse sentido, Caignet narra:

Nós pensamos que "o primeiro fundamento de uma moral é que estamos inclinados a buscar uma moralidade" (Marcel Arland), e o segundo é recusar por todos os mesmos meios violentos a uma submissão moralista, e mais particularmente a do cristianismo. Temos a tarefa de ajudar aqueles que se revoltam contra esta moralidade judaico-cristã, contra cegos para outros horizontes, que têm como refúgio esta conclusão destrutiva e desesperada: "não é necessário moralidade e virtude para aqueles que obedecem" (Diderot) (FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 5).

Na edição de número 3, a segunda carta, Michel Caignet narra duas experiências emocionais e os interesses para o futuro. A primeira experiência é a preocupação sentida antes do lançamento da primeira edição. Havia a dúvida se a revista seria bem recebida pelos leitores portugueses e brasileiros, pelo fato de a mídia ser estrangeira e por possuir um título afrancesado e pelos artigos científicos serem diferentes daqueles que habitualmente se liam nesses países. A segunda experiência é a surpresa pelo acolhimento e sucesso pelas vendas das primeiras edições da Gaie France. A partir dessas boas notícias, o diretor realiza um balanço da trajetória das edições francesa e portuguesa, ressaltando as mudanças positivas, as novas conquistas, como a expansão da distribuição da revista em outros territórios, além da

França, e a necessidade de ampliar os conteúdos relacionados a Portugal e ao Brasil na Gaie France, com o intuito de torná-la uma mídia “com um cheirinho português”.

Na edição de número 9, a carta do coordenador Bruno Castro responde às críticas recebidas por via cartas de leitores que acusavam a Gaie France de ser uma revista direcionada para pederastas. Curiosamente, o coordenador nega tal julgamento contraditando o que o diretor escreveu na primeira carta a respeito da contemplação da beleza de jovens. Segue a negação do julgamento: “É a Gaie France uma revista de pederastas e para pederastas? Pensamos que chegou a altura de esclarecermos alguns pontos que não foram entendidos por alguns dos nossos leitores. A Gaie France não é uma revista de e nem para pederastas” (FONTE: Gaie France, n.9, nov./dez., 1993, p. 7).

Mais adiante, o coordenador Bruno Castro explica o motivo de abordar, repetidas vezes, o tema da pederastia ao longo das edições da revista. Ele deixa claro que a mídia é uma versão portuguesa com direção francesa e que, por isso, são utilizados os conteúdos franceses como suporte. O coordenador responde também que o tema da pederastia é relevante, de alto interesse histórico e cultural para os seus leitores e aproveita para enaltecer os autores dos artigos científicos, como veremos a seguir:

Não existe suporte financeiro em Portugal para fazer uma revista integralmente em português, não que não queiramos, apenas não temos apoios financeiros para contratar jornalistas ou investigadores de assuntos dedicados à homossexualidade, do passado e do presente. Além disso, em tempos passados, pouco ou nada se falava no termo homossexualidade, era mais corrente o assunto ser tratado como pederastia. Pensamos que, apesar da repetição do tema, os dados históricos e figuras que surgem na Gaie France serem de alto interesse cultural, conseguindo assim o direito à diferença deste tipo de publicações. A Gaie France propõe ser uma revista basicamente cultural. Os temas que são retirados da original francesa são temas de alto interesse histórico e praticamente desconhecidos do povo português. Os seus autores têm prestígio internacional e conhecimentos profundos, conseguidos após meses e anos de investigação (FONTE: Gaie France, n.9, nov./dez., 1993, p. 7).

O coordenador finaliza a sua carta, aos leitores, dizendo que da mesma forma que a revista recebe críticas, também recebe muitos elogios e que este fato pode ser comprovado pelos números de cartas registradas na mídia, sendo, portanto, difícil de agradar a “gregos e a troianos”.

O Editorial era outra seção de comunicação com o leitor. Além de escrever o Editorial, os redatores tinham o compromisso pela construção do corpo da revista. A quantidade de seções e as mudanças na estruturação na mídia indicam uma constante preocupação, por parte

da equipe editorial, em adequar seu conteúdo às expectativas e necessidades do seu público. A variedade de seções demonstra que a revista conhecia muito bem os seus leitores e que se preocupava em mapear os interesses individuais e coletivos para agradá-los. Desse modo, o Editorial era, constantemente, reavaliado e atualizado e não havia falta de foco. O Editorial tinha uma missão clara e precisa em seus interesses e objetivos.

Ao longo das edições, o Editorial serviu para expor o ponto de vista dos redatores e suas metas: uma maior comunicação, informação, ligação e conhecimento da comunidade *gay* portuguesa. Os redatores, nessa seção, reconheciam que existia uma falta de informação que abrangia comportamento, a afirmação de identidades e soluções de problemas referentes à cultura geral. Sendo assim, outro objetivo marcante registrado no Editorial é a ambição de divulgar e distribuir, de forma mais intensa, a mídia em outras nações. O atravessamento de fronteiras, dessa forma, firmava-se como uma possibilidade de reciprocidade de relações, de trocas de conhecimento e sociabilidade entre países. Com essa perspectiva, a publicidade era muito importante para promover um elo entre os seus leitores. Além desses fatores, é interessante observar, no trecho a seguir da edição de número 1, que há uma referência clara ao futuro e que a revista se denominava direcionada aos *gays*:

O editor e o leitor irão ter uma noção muito mais apurada da realidade portuguesa, quer pelo fato de ser divulgada em vários países, através do intercâmbio de informação, quer através da publicidade que chegará a um maior número de pessoas. A *Gaie France Magazine* será também um reforço no elo de ligação entre as várias comunidades “*gays*” de diversos países, bem como das minicomunidades existentes em Portugal, que passam a ter agora, uma publicação de caráter cultural e informativo (FONTE: *Gaie France*, n. 1, jun./jul., 1992, p. 7).

A equipe editorial demonstrava o interesse em estabelecer o estado de cumplicidade entre a revista e o leitor e a configuração de “um espaço entre iguais”, em uma relação de confiança e fidelidade. A seção buscava desenvolver a conscientização da necessidade de coesão, de associação e de união entre os leitores de várias nacionalidades e a mídia, de modo a enfrentar os vários problemas da comunidade homossexual, como, por exemplo, o isolamento social. Para a equipe editorial, era importante assumir os desejos perante uma sociedade, majoritariamente, heterossexual, como uma minoria com força, de respeito e estar mais perto uns dos outros, porque a divisão em guetos, em pequenos grupos, só servia para a falta de proteção e para o afrontamento da liberdade que a comunidade precisava para viver, tranquilamente, com direitos garantidos. Constatamos, então, que a prioridade do Editorial era a busca da concretização de um intercâmbio de informações entre a *Gaie France* e o seu

público, incluindo leitores de outros países. O fragmento a seguir, da edição de número 6, mostra como era valorizado e celebrado o intercâmbio de informações entre Portugal e Brasil:

A nossa Revista chegou ao Brasil. As cartas que temos recebido deste País, do outro lado do Atlântico, com quem tanto nos identificamos, têm sido de louvor e agradecimento. A estes leitores fisicamente tão distantes de nós, deixamos aqui o nosso obrigado e a promessa de que, a Gaie France Magazine vai chegar ao Brasil mais rápido e em maior quantidade (FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 5).

Os responsáveis pelo Editorial sabiam da importância das cartas recebidas que contribuía como um elo com muitos pontos positivos. Eles solicitavam aos leitores o envio de materiais que pudessem contribuir para o melhoramento da mídia, como, por exemplo: fotos, contos, histórias, contribuições literárias, fatos verídicos, notícias dos seus locais de origem, elogios e críticas construtivas para o melhoramento da revista. Em troca, o Editorial colocava-se como uma espécie de “salvadora” ou “amiga”, mostrando-se capaz de acabar ou diminuir as dificuldades de seu público como uma “luz ao fundo do túnel”. Vemos isso no próximo trecho do Editorial da seção de número 7:

As cartas que nos chegam transbordam solidão, problemas, tristezas e, muitas vezes, falta de esclarecimento. Pensamos que se esta é a nossa revista e, também o veículo mais indicado para, se não curar, diminuir a dor, dos que se sentem sozinhos, ou daqueles que tantas dúvidas têm e não podem desabafar com ninguém. Vamos, então, abrir o coração. [...] Escrevam-nos. Contem-nos as vossas dúvidas, angústias e incertezas, contem-nos também as vossas alegrias. A equipe da Gaie France Magazine analisará cada uma das situações e responderá nas suas colunas, a todos os que nos solicitarem ajuda, apoio ou apenas uma palavra de carinho. O que não conseguirmos resolver, tentaremos encaminhar para as instâncias competentes (FONTE: Gaie France, n. 7, jun./jul., 1993, p. 5).

O Editorial visava manter uma relação íntima, criando uma sensação de diálogo, uma espécie de bate-papo no qual o leitor era tratado com sinceridade e objetividade. Em tom de desabafo, o espaço servia para realizar balanços, avaliações e falar das dificuldades encontradas que atrapalhavam a existência da mídia. O Editorial, na edição de número 8, assinada pelo coordenador da revista, Bruno Castro, narra o seu descontentamento com o fato de pessoas dividirem a leitura da revista e do não recebimento de selos, por parte dos leitores, para encaminhar as respostas solicitadas nas cartas. Além disso, a seção aproveitava para: explicar que a Gaie France mantinha-se graças ao patrocínio de um amigo, que

generosamente ajudava a suportar as despesas; enaltecer as contribuições recebidas; e para desenvolver o conceito de militância. O trecho a seguir diz:

Escrevo hoje com a verdade com que se escreve aos amigos. Não é um editorial. É uma carta. Uma carta para ti – que me estás a ler agora. Meu amigo. Hoje não estou nos meus dias. Será que os nossos leitores têm consciência do prejuízo que é para a Gaie France a compra da revista e a divisão da leitura da mesma por 4 ou 5 pessoas? E as cartas? As centenas de cartas que nos exigem respostas, e pelas quais pagamos selos de correio. Pois é meu amigo. Estou preocupado. A inflação não nos ajuda. Está tudo pela hora da morte. Penso que estamos a fazer um bom trabalho. Penso que conseguimos dar apoio às pessoas que nos solicitam. Assumimo-nos perante uma comunidade majoritariamente heterossexual como uma minoria com força e de respeito. E sabes o mais engraçado [...], os meus sorriem e o meu coração transborda de alegria, quando recebo cartas de felicitações, críticas construtivas e contribuições literárias para o melhoramento da revista. Para logo se fecharem de tristeza, quando mandamos encomendas à cobrança e nos são devolvidas, e recebo cartas cheias de perguntas reclamando respostas, que na maioria dos casos vêm dadas na revista, e sem um único selo para podermos responder. Quando os anúncios a Mala Posta vêm sem selo, ou os cheques nos são devolvidos, ainda pagamos para isso. A distribuidora diz-nos que nunca se venderam tantas revistas deste tipo em Portugal. Mas quando recebemos o mapa de vendas, constatamos que em muitos sítios não se vende nenhuma, porque as pessoas têm vergonha de comprá-la. Meu querido amigo, desculpa este desabafo, isto não passa de alguns momentos de angústia. [...] com ajuda do nosso Amigo e de todos os leitores que, aos poucos vão entendendo as dificuldades de manter viva esta chama, vão ajudar a divulgar a nossa Revista. A ti, peço-te que fales com os teus amigos, e lhes expliques que, para continuarmos com qualidade eles têm que nos ajudar, e que para o fazer, basta comprá-la, divulgá-la e não reparti-la (FONTE: Gaie France, n. 8, set./out., 1993, p. 5).

O Editorial da seção de número 9 também buscava desenvolver a conscientização para o que ele chamava de a “Peste do Século”. Frente a essa realidade, o espaço alertava para o número crescente dos casos de AIDS, frisava que era importante lutar contra o preconceito que as pessoas contaminadas sofriam e sugeria que a doença não fosse lembrada apenas no seu Dia Mundial, pois a AIDS podia ser uma doença daqueles que foram contaminados, mas que poderia ser a de outros, no futuro.

Como não poderia ser diferente do Editorial, várias páginas da revista dedicavam-se à questão da AIDS. Buscando estabelecer a ideia de grupo, a seção Entre Nós retratava os temas que os responsáveis pela mídia defendiam e que eram considerados como interesse de seus leitores. Com uma linguagem simples, a seção procurava estabelecer uma relação íntima com o seu público, cultivando uma sensação de diálogo e de cumplicidade compartilhada ao longo de suas matérias. Primeiramente, o nome da seção nos chamou atenção pelo uso da

preposição “entre” e do pronome da primeira pessoa do plural “nós” como sujeito, que tinha por objetivo inserir a revista no conjunto de pessoas ao qual se destinava. Nesse caso, a mídia apresentava-se como um veículo representativo de seu público, de seus interesses e necessidades.

Com essa visão, a revista não mostrava apenas uma preocupação mercadológica com os seus leitores. Ao longo de toda a sua história, notamos o seu caráter informativo. Tendo como eixo central a questão da AIDS – essa proposta se manteve até o desaparecimento da mídia –, as matérias eram mais informativas do que discursivas. Isso se justifica pelo fato de que a década de 1990 foi caracterizada ainda como um período de perdas, incertezas e tristezas por causa do aparecimento do HIV uma década antes. A doença era tratada de forma simples, clara e direta. A Gaie France trouxe muitas informações relevantes que abordavam: a falta de qualidade dos preservativos; o crescente número de casos de pessoas contaminadas; as formas de transmissão; os mitos a respeito da doença; testes com novos medicamentos; nomes de pessoas famosas falecidas até aquele momento vítimas do HIV. Entretanto, a revista não tinha apenas um caráter informativo. A análise da seção comprovou o seu papel educativo. Com a preocupação de levar informações precisas e corretas, baseadas em fontes, a mídia se mostrava detentora de conhecimentos e capaz de transmiti-los. Dessa maneira, a revista atuava como orientadora na medida em que instruía seus leitores a respeito de determinadas práticas quando se referia à doença, com os temas: o desenvolvimento da conscientização da importância de prevenir a doença, de estimular o uso do preservativo e de ensinar a forma correta de usá-lo. A seção nas edições de número 1 e 2 destacam:

Com a expansão da SIDA, várias medidas têm sido divulgadas nomeadamente: a mudança de comportamento sexual, redução de parceiros sexuais, monogamia e, a mais importante, o uso do preservativo, para o qual muito se tem incentivado as pessoas [...] (FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 8).

O uso do preservativo continua a ser o método mais eficaz para a prevenção da SIDA. Se não o fizer pelos outros, faça-o por si. Não tenha vergonha. O uso do preservativo é uma questão de bom senso (FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 6).

Ademais, a seção proporcionava uma visão positiva do homoerotismo quando falava a respeito da AIDS. A doença era representada como uma enfermidade que necessitava da substituição ou mudanças de práticas sexuais, mas jamais a negação de seus desejos

homoeróticos. A seção Entre Nós, na edição de número 8, defende as seguintes práticas sexuais:

Conversem abertamente sobre o sexo seguro, conheçam a vossa sensibilidade e falem acerca dos prazeres que consideram mais estimulantes. Experimentem divertir-se com a forma como se despem (e se vestem) ou com a partilha do chuveiro, por exemplo. Explore a vossa sensualidade, abracem-se e sintam-se lado a lado, acariciem-se e tirem partido dos beijos na boca ou em qualquer parte do corpo. Sejam imaginativos, conheçam e deem a conhecer os vossos corpos, massageiam-se e masturbem-se mutuamente (FONTE: Gaie France, n. 8, set./out., 1993, p. 7).

O espaço também discutia outras questões referentes à AIDS. A preocupação com o aumento da contaminação de crianças e adolescentes e o reconhecimento da necessidade urgente de informar os menores com campanhas de prevenção, especificamente, dirigidas a esse grupo. Outra questão abordada era o estigma que associava as pessoas com inclinações homoeróticas à AIDS, por meio dos discursos médicos e religiosos, que afirmavam que tais desejos eram práticas anormais e imorais. Para a revista, geralmente, o diagnóstico desencadeava um estado depressivo, dominado pelo desespero e sentimento de culpabilidade. A autoestima, normalmente baixa, apresentava-se ligada à culpa, castigo, vergonha e remorso.

Outro ponto observado na seção foi a busca implacável na sua posição de defender os direitos dos *gays* e de divulgar informações de movimentos sociais de várias partes do mundo. Eram discutidos temas, como: a falta de direitos civis; o preconceito; os problemas que afetam a vida das pessoas com orientação sexual diferente da maioria; o reconhecimento ao direito a diferença e das relações homoafetivas; os números alarmantes de assassinatos de *gays* entre 1980 e 1993. Havia o registro das conquistas e derrotas dos movimentos sociais e críticas em relação à sociedade por não aceitar as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

A seção também não deixou de falar a respeito dos problemas enfrentados pela revista. Além da inflação, já citada anteriormente, o aumento do preço do papel, a concorrência com outras publicações do mesmo segmento, o baixo número de vendas tornavam a situação da revista insustentável. Por isso, na edição de número 9, foi lembrado que a mídia era um trabalho realizado pelos redatores e pelo seu público e, diante disso, era necessária a ajuda de seus leitores, no sentido de comprar a revista por um preço maior. Vale destacar que, além desses problemas, constatamos em todas as edições analisadas poucos anunciantes. Não houve por parte do mercado publicitário interesse em ocupar as páginas da revista. Registramos apenas poucos anúncios de vendas de álbuns de fotografias e vídeos eróticos.

Para finalizar a análise dessa categoria, consideramos relevante dizer que a seção *Entre Nós* não falava apenas da AIDS, de movimentos sociais e de problemas financeiros. Em todas as edições, havia sugestões de entretenimento, tais como: sinopses e avaliações de filmes, restaurantes, bares, casas noturnas, espetáculos e peças de teatro que podiam proporcionar sociabilidade. Essa característica da seção servia para restituir o equilíbrio causado pela tensão com as adversidades sentidas pelas pessoas com inclinações homoeróticas. As imagens serviram também a esse propósito.

4.2 Imagens

A *Gaie France* é marcada pelo visual. A revista tinha uma forte preocupação com os elementos visuais que pudessem ajudar na construção de suas subjetividades, na defesa de suas crenças e motivações. Em razão disso, as imagens ganhavam uma posição de destaque e eram valorizadas na mesma proporção que os textos. As imagens não cumpriam apenas a tarefa de exemplificar, ilustrar ou complementar os materiais escritos. Os recursos visuais convidavam os leitores a interagir nos conteúdos e no tipo de beleza defendido pela mídia. No geral, podemos dizer que as imagens são bem produzidas, com bons enquadramentos, cortes adequados e variavam nas cores pretas e brancas e coloridas.

A revista apresentava as imagens com várias funções ou características. A primeira que podemos citar é a sua capacidade de acessar o passado e se apropriar da história e da cultura. A importância dada aos contextos históricos e a cultura é inquestionável. Isso revela que o seu leitor necessitava de informação, de referências históricas, culturais e estéticas. Desse modo, a *Gaie France* recuava no tempo e fazia coexistir, em um mesmo espaço, elementos de diferentes períodos, conforme a concepção de Foucault (2013).

Vale lembrar que a pederastia é uma prática muito antiga mesmo antes da antiguidade. No entanto, foi na Grécia antiga que o amor por rapazes ganhou ênfase sendo oficializado e relacionado a todo um modo de pensar, à expressão literária, filosófica e artística, conferindo-o certa nobreza. No mesmo caminho, a *Gaie France* concedeu muita importância a esse período da História. A Grécia antiga era interpretada pela revista como um período de ouro, glorioso e com muitas referências positivas para as novas gerações.

Nas imagens 2 e 3, vemos a relação pederástica envolvendo a arte de educar, de transmitir conhecimentos entre um homem mais velho com barba e um jovem sem pelos na face.

Imagem 2: A arte de educar na Grécia antiga



FONTE: Gaie France, n. 3, out./nov., 1992, p. 24

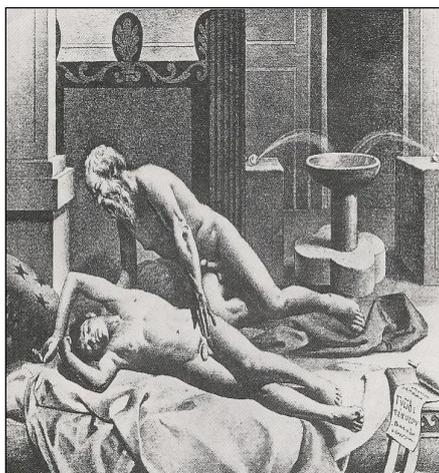
Imagem 3: A arte de educar na Grécia antiga



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 59

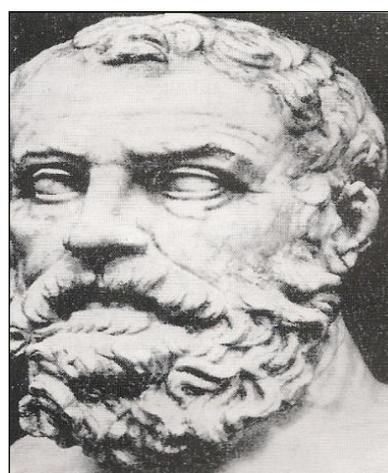
Na imagem 4, esse tipo de relação apresenta uma implicação erótica, na qual um rapaz nu, deitado, de lado, em uma cama, junto com um homem de mais idade, com o pênis ereto próximo ao jovem, com a mão em seu corpo. Na imagem 5, mostra o poeta grego, idealizador do amor por rapazes e pai das primeiras leis gregas, Sólon. Legislador esse que conciliava a lei e o prazer.

Imagem 4: Erotismo envolvendo jovem e adulto



FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 13

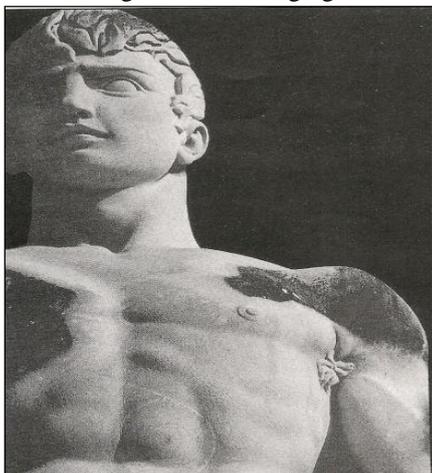
Imagem 5: Sólon



FONTE: Gaie France, n. 4, dez. 1992 / jan. 1993, p. 39

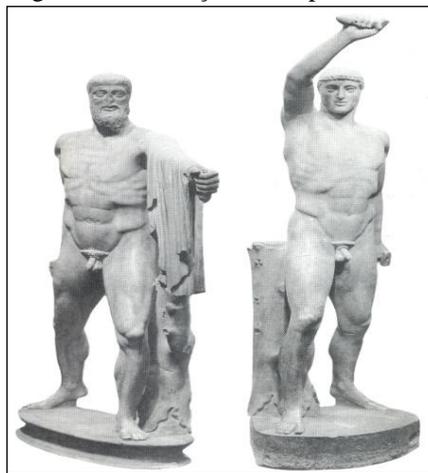
Já nas imagens 6 e 7, vemos estátuas gregas que valorizam o corpo masculino e reforçam um padrão de beleza, legitimando em que os jovens deveriam se tornar, homens fortes e atléticos.

Imagem 6: Estátua grega



FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 56

Imagem 7: Idealização de corpo masculino



FONTE: Gaie France, n. 9, nov./dez., 1993, p. 27

A obsessão pela Grécia antiga também englobava a admiração dos corpos juvenis, representada na imagem 8, com o título “Pastores de Arcádia”. A imagem mostra a inocência e a juventude como elementos sagrados e naturais em um mundo de completa felicidade e harmonia. É interessante registrar que Arcádia era uma província da Grécia antiga. Com o passar do tempo, a província serviu de inspiração para poetas e artistas para a criação de um lugar idealizado e imaginário, habitado por pastores jovens onde prevalece a simplicidade, a paz e a repleta sintonia com a natureza. Supomos que a imagem seria um “país das maravilhas” para os pederastas.

Imagem 8: Pastores de Arcádia



FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 11

A imagem 9 ilustra também outras intenções da revista, tendo como referência a Grécia antiga, com a legenda: “Zeus, levando Ganimedes. Desde sempre, a paixão faz cometer atos que a sociedade não consegue compreender”, a imagem exhibe Zeus, pai de todos os Deuses, com o príncipe troiano, Ganimedes, ainda criança, em seu colo. Na mitologia grega, Zeus fica atordoado com a beleza do jovem quando este cuidava dos rebanhos do pai. Os dois são conhecidos na mitologia grega em uma ligação pederástica. Entretanto, a revista associa a imagem em uma relação amorosa entre adulto e criança.

Imagem 9: Zeus e Ganimedes



FONTE: Gaie France, n. 4, dez. 1992 / jan. 1993, p. 21

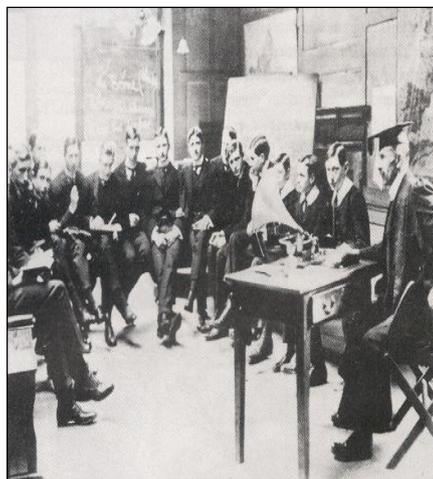
A admiração por crianças e adolescentes e a relação deles com adultos alcançavam outros períodos históricos e, algumas vezes, eram associados a outros aspectos. As imagens 10 e 11 retratam a vida de crianças e adolescentes nos colégios internos ingleses, exclusivos para meninos, no século XIX.

Imagem 10: professor e alunos



FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 28

Imagem 11: Colégio, Inglaterra, século XIX



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 17

As imagens expressam que a ligação pederástica resulta sempre de uma aprendizagem e que os adultos (pederastas e pedófilos) são os melhores educadores/companhias para crianças e adolescentes. Nesse caso, as vestimentas e a postura dos professores buscam construir um perfil de um adulto, que é atraído por jovens com uma sensação experimentada por muitos homens, em todas as épocas, no qual ele representa uma pessoa culta e representante da moral. Esse tipo de adulto possui a missão de ajudar na formação dos jovens em conformidade com princípios e projetos de um homem honesto. Baseados nesses ideais, ele irá se inspirar para guiar os seus protegidos. Os professores das imagens, com jovens em seu entorno, demonstram possuir maturidade psicológica, física e social. E as duas cenas buscam transmitir a ideia de que todas as civilizações, de todas as épocas, estiveram de acordo sobre a importância do acompanhamento temporário do rapaz com uma pessoa mais velha do mesmo sexo. E que esse acompanhamento podia articular trocas simbólicas em que o homem mais velho transmitia seus conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida e o jovem agradecia com sua beleza o seu admirador. A concentração dos jovens diante de seus mestres indica que esse tipo de relacionamento exclui qualquer forma de violência psicológica, em uma relação perfeita de confiança e harmonia entre os parceiros, tendo como fundamento um equilíbrio baseado no respeito mútuo e na cumplicidade entre ambos.

Assim, as imagens assumem o pensamento de que os admiradores dos jovens não são monstros, vilões, perversos, molestadores, doentes, criminosos, mas, na verdade, benfeitores nessa etapa de vida das crianças e adolescentes, com um caráter de iniciação para a vida adulta. Além disso, os jovens fotografados em atividades escolares não eram exibidos individualmente (Imagens 12 e 13).

Imagem 12: Alunos em atividade, século XIX



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 16

Imagem 13: Alunos em atividade, século XIX



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 12

As imagens registradas na revista mostram um número considerável de estudantes, em parques ou pátios, uniformizados e disciplinados. Esses recursos visuais expressam que a preocupação da Gaie France era valorizar as iniciativas das instituições e dos professores, manifestando a ideia de que o projeto era bem recebido pelos jovens e por suas famílias.

Outras imagens chamam a nossa atenção. A Gaie France reforçava também a associação do jovem ao escotismo (Imagem 14), que visa ao aprimoramento moral e físico de crianças e adolescentes, à prestação militar e cívica e ao poder do Estado (Imagens 15, 16 e 17).

Imagem 14: Escotismo



FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 19

Imagem 15: Jovens fardados como militares



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 28

Imagem 16: Jovens fardados como militares



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 19

Imagem 17: Festas cívicas



FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 58

A imagem 15 e 16 mostram jovens fardados como militares, o que nos faz lembrar a Juventude Hitleriana, no período da Alemanha nazista, em que o Estado obrigava os jovens a ingressarem em uma instituição que visava treinar crianças e adolescentes para os interesses nazistas; e a imagem 17 expõe o papel das festas cívicas na qual são ressaltados os seguintes

aspectos: o recrutamento de massas; o disciplinamento dos cidadãos; a participação de escolas e crianças em atividades de apoio ao governo; e a consolidação e admiração aos regimes políticos totalitários, como a França de Vichy. Ao fundo da imagem e destacado em um quadro, está o general francês Philippe Pétain, e, na frente, estão militares e crianças fazendo referências ao regime e ao seu chefe de Estado. Este era um líder de um regime militar colaboracionista com os nazistas, estimulado pela direita conservadora e moralista, que adotava a segregação racial, o recrutamento de jovens, tortura, execução de mulheres e deportações. Entre 1940 e 1944, judeus franceses e outras minorias foram entregues aos alemães nazistas para os campos de concentração.

As imagens também serviam para a proposta de identificação almejada pela revista. Elas forneciam a possibilidade de modelos ou exemplos identificatórios relacionados com os temas abordados de interesse dos leitores. As imagens traziam referências positivas de personagens assumidos como pederastas que contribuíram com suas vidas e obras em defesa da pederastia (Imagens 18 e 19).

Imagem 18: André Gide



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 44

Imagem 19: Harun al-Rashid



FONTE: Gaie France, n. 7, jun./jul., 1993, p. 47

Dessa forma, a Gaie France buscava concretizar a ideia de “entre nós”, ou seja, de um grupo que possuía ligações históricas e homoeróticas e que precisa se unir. Selecionamos dois exemplos para ilustrar essa nossa afirmação. A imagem 18 mostra o escritor francês André Gide, amigo de Oscar Wilde, um pioneiro ativista *gay* que lutava por meio de suas obras contra os preconceitos sobre a homossexualidade e a pederastia. Já a imagem 19 evidencia a contribuição da história da pederastia árabe com Harun al-Rashid. Segundo a revista, ele governou o império árabe entre 809 e 815, e acrescenta ainda que o califa, quando era apenas

um príncipe, disputava com seus meios-irmãos a posse dos mais belos pajens, além de enriquecer a literatura árabe com certo número de textos de inspiração homoerótica.

O homoerotismo ocupava uma posição de destaque nas imagens. A Gaie France fazia do desejo homoerótico um instrumento importante para: conquistar uma aproximação com os seus leitores; fortalecer a autoestima do seu público e; defender diferentes maneiras de vivenciar a sexualidade. A imagem 20 representa um pênis com asas (esta aparece várias vezes na revista) e a imagem 21 traz novamente a admiração pela Grécia com dois pênis, um de frente para o outro (o da esquerda da foto possui proporções maiores em relação ao pênis da direita) com os quadris, coxas, joelhos, patas e caudas de um leão, com asas, tudo isso simbolizando força, vigor, liberdade e coragem.

Imagem 20: Homoerotismo na Grécia antiga



FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 45

Imagem 21: Arte Homoerótica da Grécia antiga



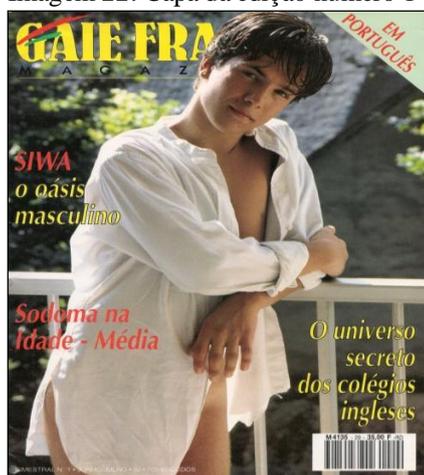
FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 3

A Gaie France valorizava um tipo de homoerotismo no qual as crianças e adolescentes eram os protagonistas ou objetos de desejo. Isto fica evidente na parte externa da revista. A capa desempenhava um papel importantíssimo, porque é a primeira coisa que se vê na mídia e exposta nas bancas de jornal. A capa possuía as seguintes funções: indicar o público que se tem alvo; convencer ou seduzir o leitor para a compra da revista; apresentar os seus verdadeiros objetivos; transmitir uma mensagem. Ademais, a capa apresentava as informações como uma espécie de identificação, tais como: o seu logotipo, o número da edição, a data de publicação e um resumo com as chamadas dos temas que aparecerão no interior da publicação. Logo, a capa tornava-se uma ferramenta sedutora, poderosa, simbólica, convidativa e de comunicação entre a revista e o leitor.

As capas da Gaie France (Imagens 22 a 29) apresentam algumas características. A primeira que mais chama atenção é a juventude dos modelos. Esse fato é incomum em

revistas desse segmento. São crianças e adolescentes que exibem seus corpos, parcialmente ou totalmente, com ou sem roupa. Podemos destacar a imagem 22, na qual o jovem está nu com uma camisa de um adulto, indicando a intenção do fotógrafo em demonstrar o quanto o agrada a proteção e o acolhimento, de um adulto a um menor de idade, ou praticamente, a aproximação ou o relacionamento sexual entre ambos. Porém, o corpo não é o único atrativo nas imagens. Os rostos também são fatores importantes. Os olhares dos modelos, para frente, (com exceção da imagem 26) dão a impressão que miram o leitor e buscam também o seu olhar, dando a entender que existe um diálogo. Especificamente, a imagem 23 manifesta um caráter provocativo. Nesta, o modelo expressa um leve sorriso e um olhar, ambos maliciosos, transparecendo a ideia de sedução com o leitor e uma cumplicidade com quem observa.

Imagem 22: Capa da edição número 1



FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992

Imagem 23: Capa da edição número 2



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992

Imagem 24: Capa da edição número 3



FONTE: Gaie France, n. 3, out./nov., 1992

Imagem 25: Capa da edição número 4



FONTE: Gaie France, n. 4, dez. 1992 / jan. 1993

Imagem 26: Capa da edição número 6



FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993

Imagem 27: Capa da edição número 7



FONTE: Gaie France, n. 7, jun./jul., 1993

Imagem 28: Capa da edição número 8



FONTE: Gaie France, n. 8, set./out., 1993

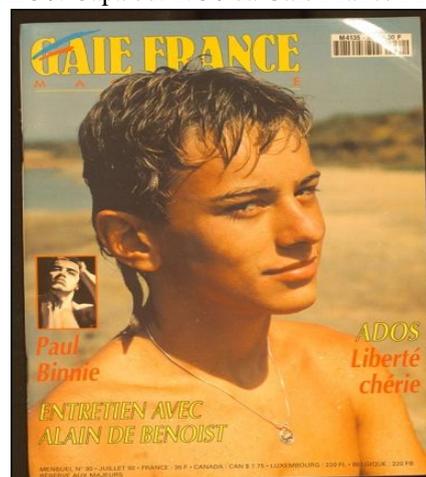
A imagem 29 expõe o modelo com um sorriso no rosto demonstrando harmonia e felicidade. A imagem 30 comprova que a Gaie France utilizava as mesmas imagens da Gaie France Magazine (versão francesa).

Imagem 29: Capa da edição número 9



FONTE: Gaie France, n. 9, nov./dez., 1993

Imagem 30: Capa ed. n. 30 da Gaie France Magazine



FONTE: Gaie France Magazine, n. 30, juillet, 1992

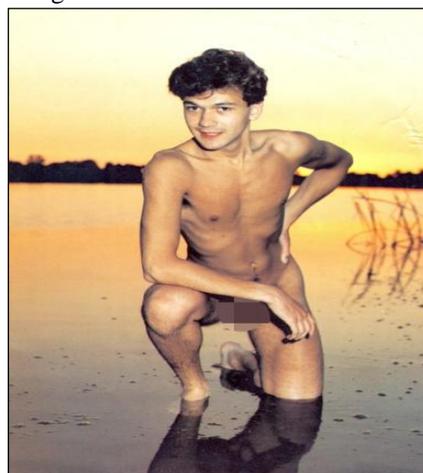
Os modelos das capas não eram os mesmos que apareciam no interior da mídia. Em contrapartida, nas imagens 31, 32, 33 e 34 apresentadas, no miolo da revista, é possível perceber que os modelos reproduziam exatamente o mesmo padrão de beleza das capas.

Imagem 31: Modelo com nudez frontal



FONTE: Gaie France, n. 7, jun./jul., 1993, p. 75

Imagem 32: Modelo com nudez frontal



FONTE: Gaie France, n. 9, set./out., 1993, p. 2

Imagem 33: Modelo nudez frontal



FONTE: Gaie France, n. 3, out./nov., 1992, p. 75

Imagem 34: Modelo com nudez frontal



FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 11

Os rapazes eram de aparência muito jovem, de tonalidade de pele clara, magros, desprovidos de barbas e sem pelos, com exceção daqueles distribuídos na região pubiana e nas axilas. Como podemos notar, o corpo dos jovens era muito valorizado. A nudez era algo que precisava ser mostrado e servia de comunicação com o leitor. Havia uma sensualidade nas fotos e um forte apelo sexual. A exposição de nus frontais, alguns com ereção, era muito explorada pela Gaie France. Dessa maneira, as imagens eram associadas à virilidade, a uma conduta masculina e à atividade sexual, tornando o corpo uma ferramenta poderosa de comunicação na revista. O corpo tinha a função de excitar, entreter, seduzir, estimular o

desejo sexual de seus leitores. Contudo, a sensualidade também era marcada pela expressão facial dos modelos, como acontecia com as capas, como se eles estivessem seduzindo quem observava. O olhar fixo para frente e a nudez dos rapazes – modelos sem roupa, sexualmente estimulados e entregues como um produto a ser consumido – indicam que a revista utilizava esses elementos com o objetivo de provocar ou despertar o interesse/desejo do leitor e de estabelecer uma cumplicidade com eles, de novamente transmitir a ideia de grupo.

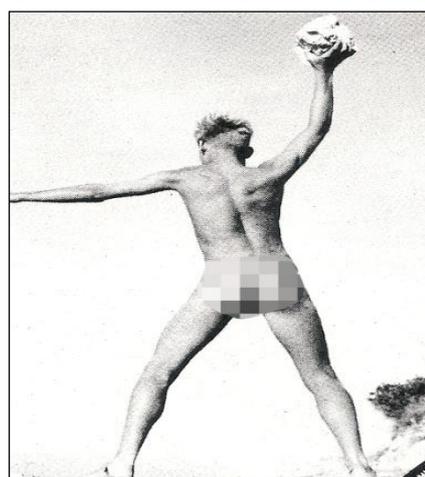
Outro aspecto verificado na Gaie France diz respeito não só a valorização de corpos juvenis, mas também a necessidade de registrá-la de formas diferentes, como em fotografias isoladas sem conexões com os textos (como estas mostradas anteriormente) e em ensaios fotográficos que buscavam criar um conjunto de imagens que guardavam uma coerência entre si, a juventude de rapazes. Para exemplificar, selecionamos as imagens 35, 36, 37 e 38.

Imagem 35: Criança e estátua grega



FONTE: Gaie France, n. 7, jun./jul., 1993, p. 54

Imagem 36: Ensaio fotográfico com jovem nu



FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 44

A imagem 35 mostra uma criança de sunga ao lado de uma estátua grega, mais uma vez a idealização da Grécia antiga; a imagem 36 exhibe um jovem nu e de costas; havia também imagens de jovens nus acompanhados com outros jovens. Nelas, os garotos exibiam seus corpos com normalidade e naturalidade sem o sentimento de vergonha por estarem sem roupas diante de um adulto, apontando para um modo de vida, sem pressões da sociedade, saudável, alegre, fraterno e em um tipo de situação que lhes oferecia liberdade sem nenhum prejuízo. Constatamos essas informações nas imagens 37 e 38 a seguir.

Imagem 37: Ensaio fotográfico com jovens nus



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 30

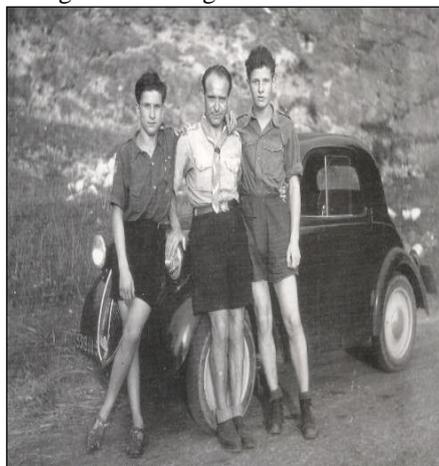
Imagem 38: Ensaio fotográfico com jovens nus



FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 42

Mas o que podemos concluir com essas imagens? Essas representações revelam as opiniões estéticas, seus desejos e gostos sensuais e eróticos. As fotografias revelam também que os fotógrafos estavam convencidos da superioridade de pessoas brancas, e essa convicção aparece claramente na escolha dos modelos. Especificamente, um dos fotógrafos era alemão. Ele foi qualificado, pela revista, como um profissional “convencido da raça germânica”. Somado a isso, as imagens indicam que os fotógrafos participavam ativamente na produção das imagens fotografadas, servindo-os como uma forma de controle das cenas e permitindo-os observar-se a si próprio, extrair das fotografias, em geral, o que lhes interessava, retratando assim as próprias atitudes narcisistas. O objetivo era criar uma cena que agradasse também aos outros amantes da beleza juvenil. Portanto, a Gaie France era um espaço onde eram investidas fantasias, expectativas e desejos. Não faltou o registro da união do criador e da obra, ou seja, o registro em uma mesma fotografia em que estavam juntos o fotógrafo abraçando seus modelos, nesse caso, dois escoteiros (Imagem 39).

Imagem 39: Fotógrafo e seus modelos



FONTE: Gaie France, n. 7, jun./jul., 1993, p. 51

As imagens registradas dos ensaios na Gaie France foram fotografadas entre 1912 e 1972. Isso comprova que esses materiais são muito antigos e que possuíam um caráter memorial e afetivo por parte dos fotógrafos. Certamente, a arte de fotografar constituía uma relação erótica e, ao mesmo tempo, a possibilidade de criar uma memória de uma beleza, de jovens de ontem que, inevitavelmente, se transformarão em homens no futuro. Os pederastas daquela época sabiam que o tipo de relação deles com os jovens abrange um caráter efêmero. Os jovens se transformam rapidamente em adultos. Eles tinham a consciência de que existia um momento de ruptura e que era preciso vivenciar, intensamente, todos os momentos ao lado de seus amados. Por isso, os fotógrafos pederastas/pedófilos sentiam tanto a necessidade de fixar a imagem do seu jovem, guardar as recordações de uma relação preciosa e de um erotismo que a cimentava. Essa fugacidade explica o porquê de tantos admiradores de jovens desejarem fotografar seus amados nus e, às vezes, em posições eróticas, sozinhos ou com outros de sua idade. A arte de fotografar jovens pode ser entendida sob dois ângulos: possibilitava registrar a juventude de menores condenada a desaparecer e que nunca mais irá se reproduzir novamente; proporcionava o compartilhamento ou trocas, por vezes lucrativas, com outros amantes de jovens, em particular com aqueles, que não se podiam permitir a vivenciar uma relação pederástica, contentando-se em satisfazer os seus desejos homoeróticos olhando imagens produzidas por amantes mais afortunados. Por outro lado, esse tipo de prática pode ser perigosa. Na maioria dos países, a reprodução de imagens de menores em situações impróprias foi proibida. Diante dessa situação, as imagens eram registradas com câmeras instantâneas Polaroid visando evitar a divulgação das fotos com os profissionais da revelação e os processos judiciais.

Havia também imagens que comprovam a relação sentimental e a preocupação com as lembranças futuras dos fotógrafos com as suas fotografias produzidas. Isso nos faz pensar que o valor sentimental era construído com o passar do tempo, quando o fotógrafo observava a imagem e se transportava para aquele lugar da foto, em um determinado tempo, no passado, possibilitando reviver aquele momento único. Esse fato comprova que o hábito de observar e apreciar uma fotografia era raro, um ritual prazeroso e afetivo e que as fotografias possuíam o poder de armazenar lembranças, histórias e servir como uma memória para aqueles que faziam uso delas. Para ilustrar, a imagem 40, a seguir, mostra o cuidado com fotografias muito bem preservadas de jovens nus em uma caixa, comprovando o valor sentimental do material como um verdadeiro conjunto de riquezas ou um instrumento de memória.

Imagem 40: Caixa com fotografias antigas



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 29

As reproduções de pinturas e desenhos eram ferramentas importantes na Gaie France e serviam como outras formas de demonstrar a valorização dos corpos juvenis com diferentes perspectivas. Esses materiais revelam-nos que os artistas, com estilos diferentes, eram atraídos pela juventude de crianças e adolescentes. As pinceladas e rabiscos evidenciam o uso da memória na reconstrução e valorização de determinadas posições do corpo, de expressões faciais, de ambientes e da preocupação de transmitir as próprias emoções e motivações nas artes construídas. Podemos destacar alguns pontos relevantes que encontramos em algumas imagens, por exemplo, uma reprodução de pintura na imagem 41: o naturalismo, o realismo e um tipo de estética inspirados na natureza e na realidade, reproduzidos com fidelidade, demonstrando a sensibilidade do artista, tudo isso simbolizado na imagem de uma criança nua e com asas; o uso de sombras, do claro e do escuro, em um jogo de contraste, reforçando os mínimos detalhes e as proporções do corpo do jovem.

Imagem 41: Realismo e naturalismo



FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 39

As reproduções de pinturas nas imagens 42 e 43: o enraizamento marítimo (a pesca e o banho de mar), conjugado com a sensualidade natural dos rapazes em liberdade; as reproduções de pinturas demonstram um mundo idealizado pelo artista, onde o convívio com a natureza e a relação com as coisas simples transmitem a sensação de uma vida agradável e perfeita.

Imagem 42: Sensualidade e liberdade de rapazes



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 37

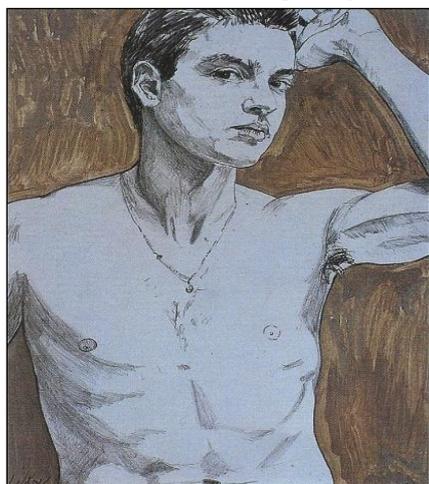
Imagem 43: A pesca e o banho de mar



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 39

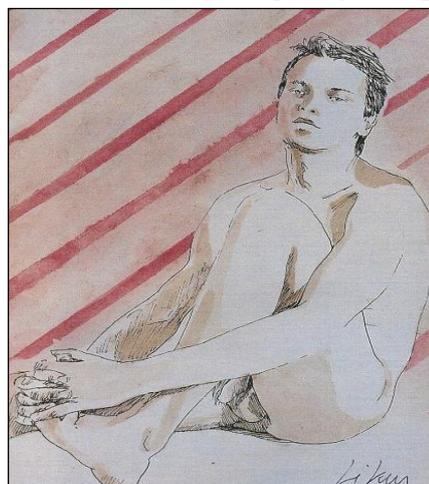
As reproduções de pinturas nas imagens 44 e 45: o interesse pela anatomia dos corpos jovens, masculinos e viris, dando ênfase à expressão dos músculos e exposição natural da genitália; as posições sensuais; os olhares dos rapazes para os leitores; e a riqueza de detalhes nas duas obras.

Imagem 44: Sensualidade em reproduções de pintura



FONTE: Gaie France, n. 4, dez. 1992/jan. 1993, p. 36

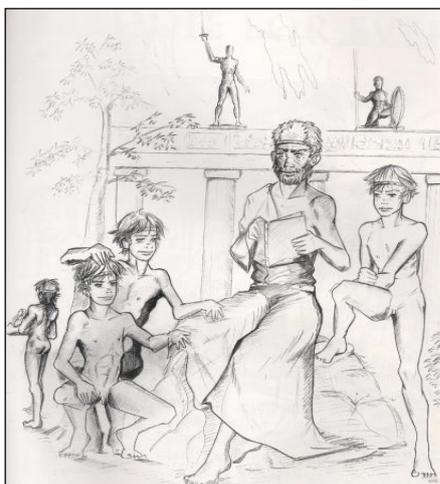
Imagem 45: Sensualidade em reproduções de pintura



FONTE: Gaie France, n. 4, dez. 1992/jan. 1993, p. 34

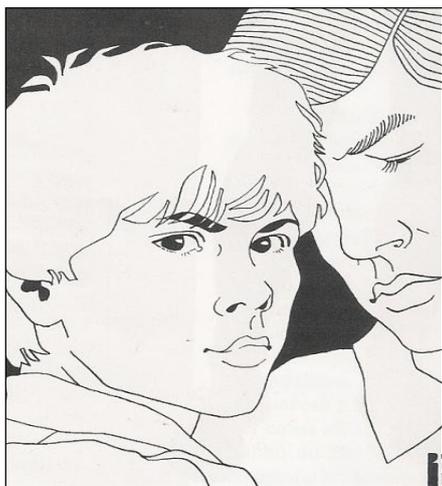
Em desenhos: a inocência de crianças, sem roupas, escutando histórias de uma pessoa adulta na imagem 46; o reforço das ligações amorosas e sexuais entre jovens e homens mais velhos nas imagens 47 e 48.

Imagem 46: O contador de história e crianças



FONTE: Gaie France, n. 3, out./nov., 1992, p. 59

Imagem 47: Relação pederástica



FONTE: Gaie France, n. 7, jun./jul., 1993, p. 22

Imagem 48: Relação pederástica



FONTE: Gaie France, n. 8, set./out., 1993, p. 22

A Gaie France registrou também, em desenhos, simulações de relações sexuais entre jovens e adultos, mas resolvemos não publicar aqui para não infringirmos o artigo 240, da Lei do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), que proíbe a reprodução, publicação ou registro de cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes.

Nesse sentido, podemos dizer que as imagens registradas na Gaie France estavam em sintonia com as reivindicações do movimento de ativismo pedófilo. A utilização desses recursos visuais comprova o papel importante que eles tinham na construção de sentidos e de

salientar as reivindicações e ideias defendidas pelo movimento social em questão, como veremos mais adiante.

As fotografias realçavam as crianças e a infância como expressões de uma beleza única e particular e ajudavam a compor a imagem de crianças felizes e sem traumas psicológicos. Essas imagens não combinavam com os índices alarmantes de abuso sexual na sociedade (Imagem 49). Podemos adicionar outras informações relevantes, a revista buscava registrar o interesse pelo dia a dia das crianças, por suas atividades de lazer preferidas e demonstrar que existiam interesses em comum, entre os pedófilos e as crianças (Imagem 50 e 51). A imagem 52 expressou a preocupação de retratar a vida de crianças inspirada em circunstâncias integrada ao mundo adulto. A imagem mostra um rapaz montado em uma moto, um meio de transporte específico do mundo adulto.

Imagem 49: Criança feliz



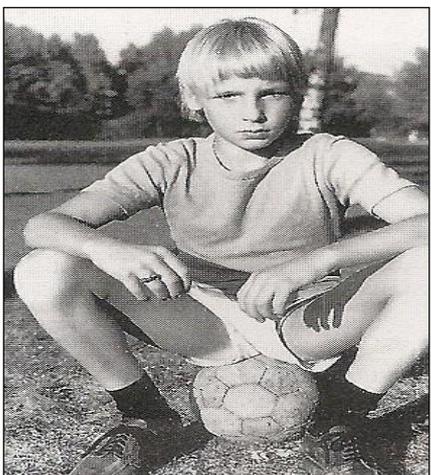
FONTE: Gaie France, n. 9, nov./dez., 1993, p. 61

Imagem 50: Criança e sua atividade de lazer



FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 17

Imagem 51: Criança e sua atividade de lazer



FONTE: Gaie France, n. 3, out./nov., 1992, p. 29

Imagem 52: Criança em atividade adulta



FONTE: Gaie France, n. 7, jun./jul., 1993, p. 66

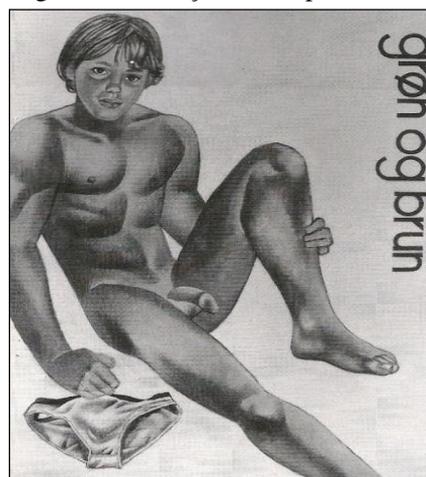
As experiências visuais registradas na revista diziam respeito também ao reconhecimento da liberdade sexual de crianças e adolescentes e a eliminação ou reformas das leis sobre a idade de consentimento. A Gaie France buscava romper com as proibições, liberar a criança de todos os moralismos e destacar que os jovens vivem intensamente a própria sexualidade desde muito cedo e que eles tinham o direito de dispor do seu próprio corpo com outros jovens (Imagem 53). A revista assumia a ideia de que, apesar de os jovens serem considerados juridicamente menores, eles seriam, na verdade, fisicamente maiores, como mostra a imagem 54. Outro fator verificado está na imagem 55. É a defesa de que o jovem possuía uma sensualidade natural e erótica e que ele sabe seduzir e provocar o ato sexual. A imagem expõe um menino olhando para frente, sem camisa e com o zíper da calça aberto, mostrando sua cueca.

Imagem 53: Jovens e a própria sexualidade



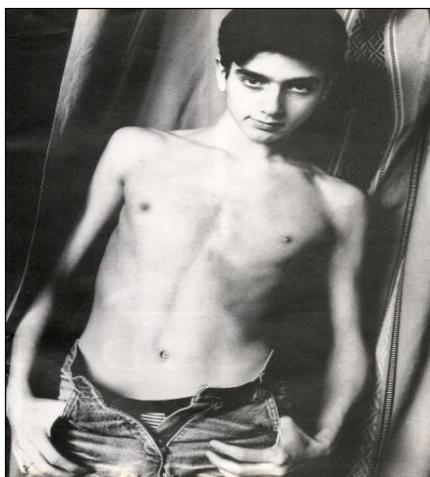
FONTE: Gaie France, n. 4, dez. 1992/jan. 1993, p. 27

Imagem 54: Criança com corpo de adulto



FONTE: Gaie France, n. 8, set./out., 1993, p. 62

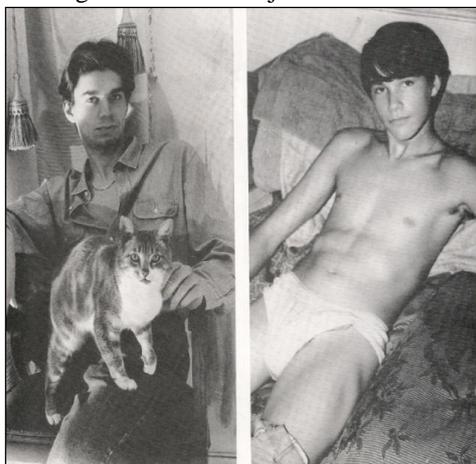
Imagem 55: Jovem sedutor



FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 59

No entanto, as imagens não só defendiam a relação sexual entre os jovens, mas também o contato sexual entre adultos e crianças. É possível constatar, por meio da análise, a associação estabelecida, pela revista, entre relacionamento sexual de adultos com crianças e seu perfil militante pelo direito à livre expressão de comunicação e visibilidade do tipo de desejo defendido pela mídia. As imagens explicitam de forma direta o que as palavras ocultam e apontam para as reivindicações do movimento de ativismo pedófilo. A imagem 56 expõe um adulto, ao lado direito da foto, e um menino, ao lado esquerdo, sem camisa e com a cueca rebaixada, incorporando a ideia de que o jovem tem o direito de vivenciar a própria sexualidade, tranquilamente, e de escolher livremente com quem deseja compartilhá-la.

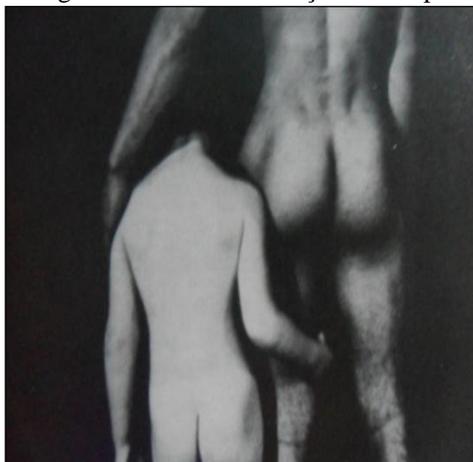
Imagem 56: Adulto e jovem de cueca



FONTE: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 60

A imagem 57 apresenta uma criança e um adulto, ambos sem roupas. O adulto está com a mão no ombro de uma criança pequena, e esta está abraçando com um braço a perna do adulto, sugerindo que há uma união entre os dois e que o menor está consentindo uma experiência sexual.

Imagem 57: Adulto e criança sem roupa



FONTE: Gaie France, n. 8, set./out., 1993, p. 67

Porém, não são apenas essas as mensagens que a revista quer transmitir. A imagem 57 reúne um conjunto de características. A imagem expressa que a relação sexual pode acontecer independentemente da idade dos parceiros, que o contato sexual é natural e que envolve espontaneidade, amizade, respeito à criança, ligação afetiva e, principalmente, que a criança está em um tipo de situação segura e livre de qualquer tipo de violência e maus tratos. Além dessas características, a imagem busca comprovar que, apesar da diferença de tamanhos, existe uma relação de equilíbrio e de igualdade e que ambos compartilham o poder.

Dessa forma, a revista assumiu o papel de formadora de opinião pública, criando um espaço com representações sociais e de produção ideológica, por meio da valorização da relação sexual entre adultos e crianças. As reivindicações do movimento de ativismo pedófilo reaparecem em outras imagens. A imagem 58 retrata um menino e um adulto, ambos sem roupas e com ereção. Chamo atenção para as mãos. O menino está com a mão na perna do adulto, e este está com a mão no corpo do jovem, indicando a ideia de posse. A imagem quer comprovar a circulação de valores positivos e do sentimento de harmonia entre adultos e crianças. A imagem quer evidenciar também que a diferença de idades não impede este tipo de relação amorosa e que a criança deseja, consente e coopera ativamente em uma relação sexual com uma pessoa mais velha, que o sentimento predominante nela é de alegria, inexistindo assim violência, e que nem toda prática sexual da pedofilia apresenta valor de abuso sexual na infância.

Imagem 58: Criança e adulto, ambos com ereção



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 42

Vale lembrar que as associações inseridas no movimento de ativismo pedófilo rejeitam e condenam qualquer tipo de violência, incluindo para a aquisição do prazer sexual com os menores. Entretanto, há imagens na revista, como, por exemplo, a imagem 59 que expõe uma violência. Um adulto castigando um menino com um instrumento parecendo um chicote. Sendo assim, uma representação social que contradiz os próprios argumentos defendidos pelo movimento de ativismo pedófilo.

Imagem 59: Violência de adulto com criança



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 42

Outro fator importante encontrado na revista tem relação com as leis que limitam a idade de consentimento para o ato sexual e que, segundo os pedófilos, criminalizam e castigam injustamente o relacionamento entre adultos e crianças. A imagem 60 mostra a força da lei, representada por um policial, em um plano superior, durante um flagrante do ato sexual entre um adulto e um menor.

Imagem 60: O policial e a Lei



FONTE: Gaie France, n. 4, dez. 1992/jan. 1993, p. 24

A imagem transmite a ideia de que a Lei é um sistema político/religioso invasor e que atrapalha a vida dos pedófilos no seio da sociedade, tornando-os criminosos sem antes apurar os fatos. A imagem 61 retrata um menino nu correndo, transparecendo que ele está com medo diante de uma situação traumatizante e de perigo e, ao fundo, figuras humanas (na cor escura) censurando. A imagem quer difundir a informação de que é a sociedade/Estado que traumatiza o menor quando a relação é descoberta devido aos comportamentos negativos das pessoas ao seu redor.

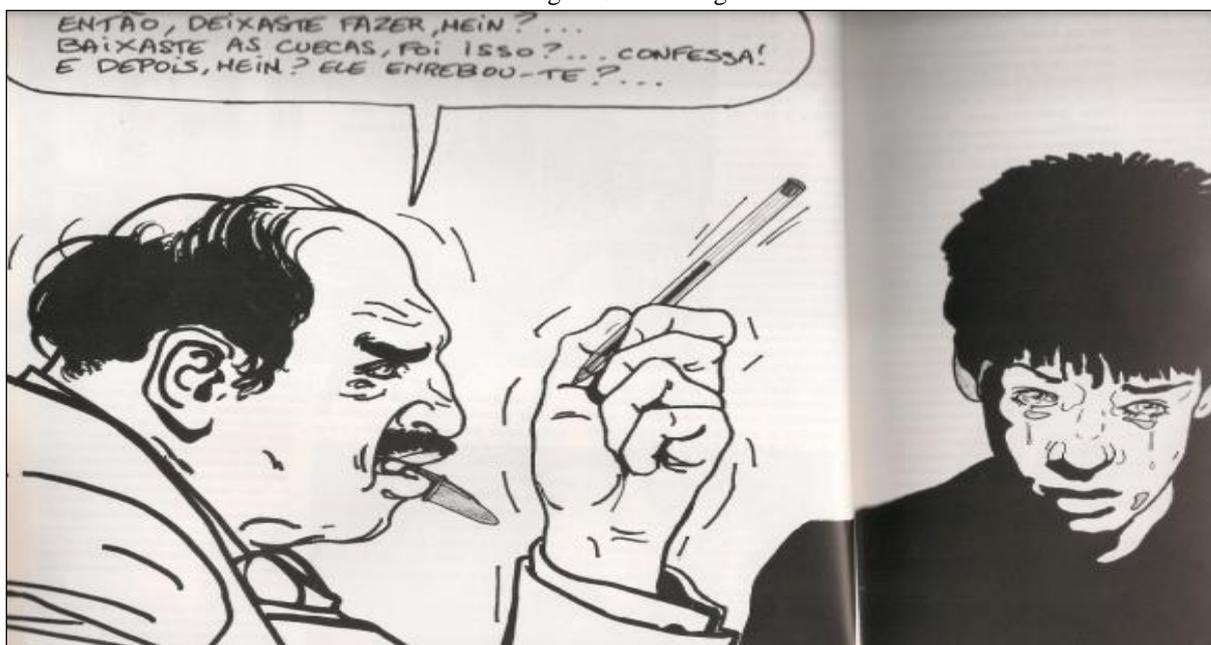
Imagem 61: Sociedade e o trauma



FONTE: Gaie France, n. 4, dez. 1992/jan. 1993, p. 23

Nesse sentido, as imagens demonstram a preocupação da Gaie France em comprovar que as intervenções das instituições do Estado – interrogatórios policiais, exames psicológicos, julgamentos, afastamento obrigatório e aprisionamento do companheiro adulto – desenvolvem o sentimento de culpabilidade no menor, transformando em desagradável e negativa o que a princípio foi uma experiência agradável, positiva e harmônica. A imagem 62, a seguir, ilustra bem isso. A imagem descreve a cena de um interrogatório em que um funcionário da justiça faz perguntas íntimas a um menino chorando acerca de uma situação de abuso sexual cometida por um adulto. A revista quer evidenciar o papel traumatizante da justiça que focaliza apenas os detalhes pornográficos dos atos sexuais em seus mínimos detalhes e que a única função da vítima é fornecer informações à polícia para culpar o acusado a qualquer preço.

Imagem 62: Interrogatório.



FONTE: Gaie France, n. 4, dez. 1992/jan. 1993, p. 20 e 21

Com essa perspectiva, a imagem 63 transparece a ideia de que o interesse nas descrições das vítimas, nos interrogatórios, não é o aspecto mais importante. O interesse maior dos funcionários da justiça é a busca incessante de provas que possam criminalizar o acusado com a ajuda da imprensa, que divulga apenas as partes escabrosas dos casos. Nesse contexto, a versão dos fatos relatados pelos funcionários da justiça seria um reflexo das opiniões da sociedade.

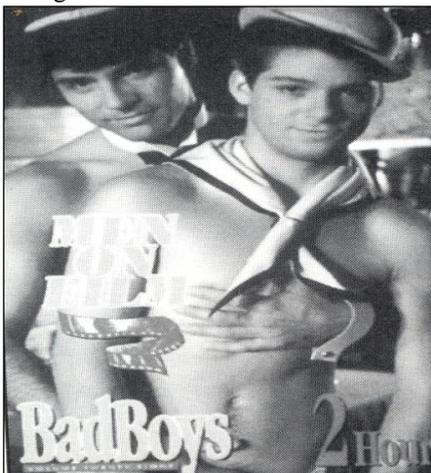
Imagem 63: Funcionários da justiça



FONTE: Gaie France, n. 4, dez. 1992/jan. 1993, p. 19

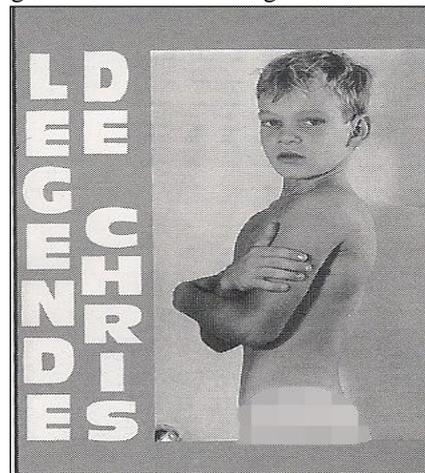
A revista tinha uma seção dedicada à venda de álbuns de fotografias e vídeos eróticos. Eram materiais envolvendo adultos, mas também crianças. Podemos ver isso nas imagens 64 e 65. Além desse fator, a Gaie France orgulhava-se do intercâmbio de informações e o alcance maior de leitores no mundo. A imagem 66 mostra o mapa publicado nas edições, apresentando os países onde a revista era vendida.

Imagem 64: Vídeo erótico com adultos



FONTE: Gaie France, n. 9, nov./dez., 1993, p. 81

Imagem 65: Álbum de fotografias com crianças



FONTE: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 42

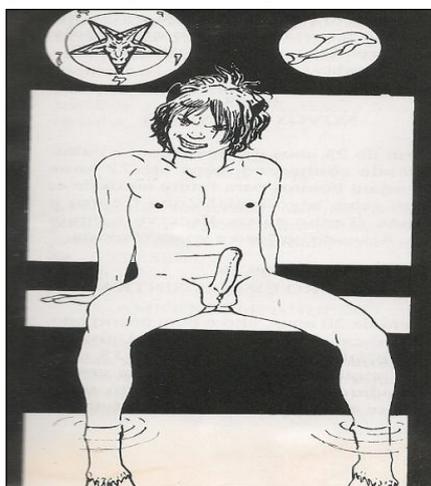
Imagem 66: Mapa da Gaie France



FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 82

O tema do paganismo e outras representações sociais também apareciam em algumas imagens. Seleccionamos a imagem 67 para comprovar. Levantamos alguns dados presentes nela. Um jovem nu, com o pênis ereto, chifres e patas de bode. Do lado direito do desenho, há uma representação da Besta do Apocalipse, normalmente associada ao Anticristo e como uma figura dominadora. E do lado esquerdo do desenho, há a representação de um golfinho. Mas qual é a finalidade do golfinho na imagem? Acreditamos que seja pelo fato de que os golfinhos costumam praticar relações sexuais com outros machos no início de suas vidas. Além disso, essas criaturas são alegres, inteligentes, livres, altamente sociais, fazem sexo por prazer e vivem em harmonia. Logo, uma referência positiva para as crianças.

Imagem 67: Paganismo e representações sociais



FONTE: Gaie France, n. 9, nov./dez., 1993, p. 75

Por fim, depreendemos com a análise das imagens da revista Gaie France que estes recursos visuais serviam para muitas funções: informar, narrar histórias, ensinar conceitos, defender ideias, seduzir e excitar o leitor, representar uma estética, entreter e, também, para voltar no tempo e constituir uma memória de pederastas e pedófilos.

Já vimos no decorrer da análise a produção de subjetividade dos redatores, diretores e das imagens publicadas na Gaie France. Veremos agora como os leitores se posicionavam em relação aos conteúdos da revista.

4.3 Leitores

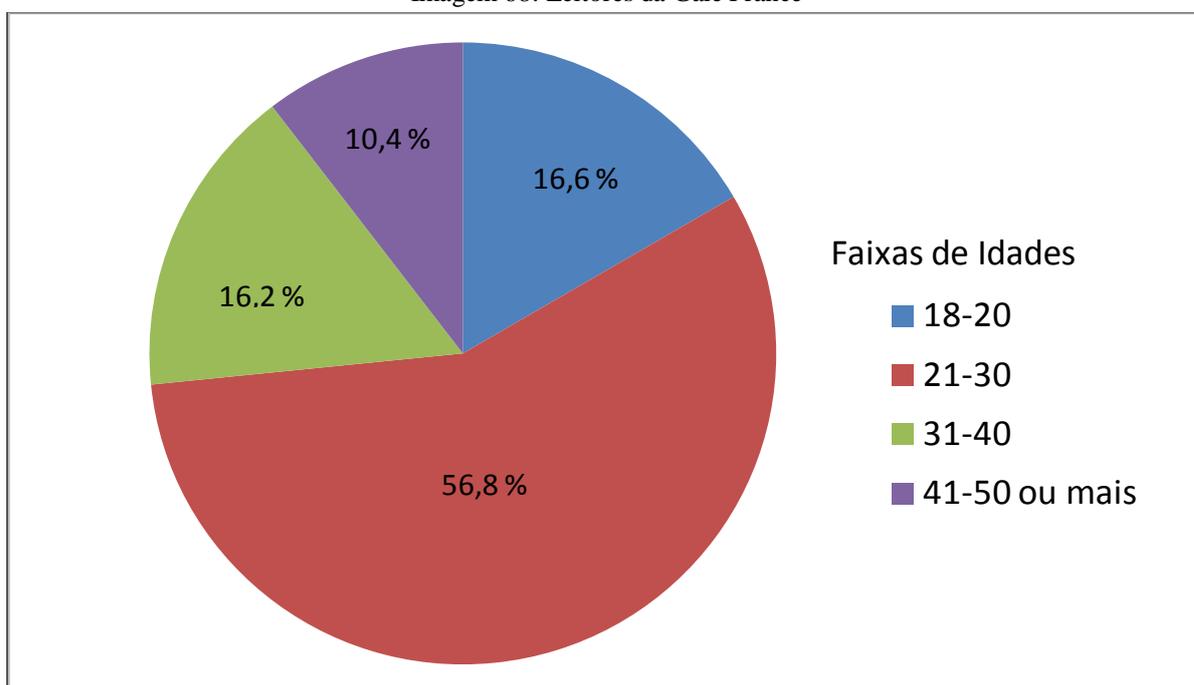
Nas seções *Mala Posta* e *Cartas*, ocorria o encontro entre os leitores e os redatores/diretores da Gaie France. Era através delas que o público se posicionava – ainda que sob anonimato – a respeito da revista. Desse modo, esse diálogo entre leitor, revista e outros

leitores oferece um quadro importantíssimo do que pensavam sobre os conteúdos publicados na mídia.

Diante disso, é importante tentar reunir informações sobre o perfil socioeconômico dos leitores, como, por exemplo: sexo, faixa etária, distribuição geográfica, classe social, escolaridade, estado civil, opções de lazer e interesses. Esses dados foram retirados das seções *Mala Posta e Cartas*.

Segundo a própria revista, a tiragem da edição de número 9 foi de 3.000 exemplares. O público leitor era constituído por 100% de homens com idades variadas. Por esse motivo, decidimos apresentar o quantitativo de leitores da Gaie France por faixas de idades. Os dados apresentados foram colhidos do período de circulação da revista, ou seja, de junho de 1992 a dezembro de 1993. Foram registrados 174 anúncios dos leitores na seção *Mala Posta*. Esta era a única seção que publicava as idades do público da Gaie France. Após estabelecer as faixas de idades e contabilizá-las, utilizamos a regra de três simples para obter o valor percentual de cada faixa de idade. Os valores são expressos em um gráfico de setores a seguir:

Imagem 68: Leitores da Gaie France



FONTE: O autor, 2018

Os leitores estavam distribuídos em países da Europa: Itália, Portugal, França, Espanha, Suíça, Inglaterra, com exceção do Brasil. Os leitores brasileiros eram de Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP). Uma boa parte dos leitores relata possuir escolaridade superior. Não foi possível determinar com precisão a

classe social do público. Não há muitos anúncios na revista que possam nos ajudar a determinar o potencial de consumo dos leitores. Entre as opções de lazer registradas, podemos citar: praia; cinema, músicas, viagens, teatro e literatura. Em alguns anúncios, os leitores diziam ser solteiros ou em busca de uma situação estável.

A seção Mala Posta era uma espécie de correio sentimental com o objetivo de promover encontros afetivos e sexuais. Os leitores enviavam pequenos anúncios descrevendo as próprias informações mais relevantes, como idade, nível de escolaridade, profissão, traços de personalidade, características físicas, interesses culturais e preferências sexuais. Por meio do uso de um pseudônimo (exemplos: Amigo, Romântico, Fotógrafo), os anúncios deveriam ser encaminhados a uma caixa postal. Após o registro pela revista, os anúncios ganhavam um número de referência. Para entrar em contato com o anunciante era preciso usar a referência.

Os leitores nos anúncios confessavam suas necessidades e interesses. No geral, eles buscavam amizade, relacionamento estável ou encontros casuais com rapazes muito jovens, sem pelos, ou com homens musculosos. Estes deveriam ser de aspecto viril e não afeminados, discretos, saudáveis e sem vícios. A seguir transcrevemos cinco anúncios dos leitores:

QUERES. Aparento 36, tenho 42 anos. Procuo rapaz, não efeminado para relação sentimental. Romântico, culto. [...] França (FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 79).

ALGARVE. Tenho 40 anos, pretendo conhecer jovem culto, responsável e discreto para boa amizade e relacionamento. Algarve (FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 81).

FARDAS. Jovem de 25 anos, de aspecto viril e experiente, procura homens até 40 anos que sejam altos e musculosos, polícias ou militares. Lisboa (FONTE: Gaie France, n. 9, nov./dez., 1993, p. 77).

JOVENS MACHOS. Olá meninos novos dos 14 aos 25 anos [...] Tenho muito amor para vos dar. Setúbal (FONTE: Gaie France, n. 9, nov./dez., 1993, p. 78).

TÍMIDO SEM EXPERIÊNCIA. Jovem *gay*, sensível e muito tímido procura amigo até 30 anos que lhe ensine o que é o prazer. Se quiseres viver o amor grego, escreve [...]. Lisboa (FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 81).

Alguns aspectos nos anúncios nos chamam atenção. O primeiro aspecto verificado nos mostra que os leitores, ao descreverem as próprias características e preferências, delimitavam o perfil do parceiro ideal, seja para uma amizade, relacionamento, seja para possíveis contatos íntimos breves. O segundo aspecto é a existência de frases em sintonia com os conteúdos da

revista. Frases que tinham relação com a admiração de homens mais velhos por jovens ou vice-versa, pensamentos esses que retratam o tipo de amor pederástico oficializado na Grécia antiga.

O terceiro, quarto e quinto aspectos evidenciam um tipo de homem ou jovem que valoriza a discrição, a virilidade e a rejeição de traços femininos. Os leitores dignos de visibilidade e aceitação estão materializados na figura do homem ou jovem discreto. Isto pode ser explicado pelo fato de que na década de 1990 era mais difícil assumir a própria orientação sexual na sociedade, dominada pelo preconceito e discriminação, em comparação com os dias atuais. Os anúncios mostram também que os leitores podiam ser assumidos, mas sem deixarem de ser viris. O modelo preferido era o homem ou jovem viril. A virilidade era um fator importante para concretização das relações sociais na revista e não estava associada apenas à atividade sexual, mas, especialmente, a uma conduta masculina. Dessa maneira, a presença de traços femininos era extremamente rejeitada em boa parte dos anúncios. Essa interpretação por parte dos leitores revela que eles consideravam as características de uma mulher, em um homem, como indicadores que atrapalhavam a relação homoerótica, como atitudes incorretas que prejudicavam a imagem deles e que a relação mantida, ou mesmo um encontro, com homens ou jovens afeminados poderia, de alguma forma, revelar a própria orientação sexual. Percebemos, então, que os leitores valorizavam o mesmo tipo de homem ou jovem representado nas páginas da revista *Gaie France*, ou seja, sujeitos com um conjunto de atributos, características físicas e sexuais próprias do que eles acreditam ser do universo masculino.

A seção *Cartas* era um espaço com elogios, sugestões, pedidos, desabafos e críticas dos leitores. A revista *Gaie France* selecionava as missivas mais argumentativas e publicava, de forma anônima, indicando o país de origem.

Os temas e os tipos de abordagens da revista refletiam nas cartas dos leitores. A estratégia de acessar o passado com seleções de fatos ou eventos com o intuito de explicar os fenômenos sociais agradavam os leitores e proporcionavam uma sensação de identificação, de conforto para aqueles que precisavam de referências positivas em relação aos próprios desejos. A revista contribuía assim para a propagação de valores que elevavam a autoestima e a autoaceitação dos leitores. Vemos a seguir um trecho de uma carta com esse tipo de situação:

Não estou só afinal! E eu que já começava a me desesperar e cheguei a pensar várias vezes para comigo próprio que eu deveria ser alguma espécie de

monstro perverso com gostos esquisitos e antinaturais [...] No entanto, agora, através dos vossos artigos e uma reportagem ou outra publicados, na revista, venho saber que ao longo de toda a história da humanidade, existiu, pelo visto, sempre este gosto e admiração pela beleza masculina [...] e que, em certos países, épocas e civilizações, até teria sido, porventura, considerado não só natural como perfeitamente aceitável. Bem, novamente obrigado do fundo do coração por me trazer de volta o gosto pela vida e a confiança em mim próprio. Lisboa (FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 78).

A revista proporcionava aos leitores uma visão positiva da juventude e a possibilidade de estabelecer relação com outros leitores. A nudez de rapazes muito jovens e de crianças, como expressão de uma beleza jamais contemplada em outras revistas, eram constantemente exaltadas nas cartas dos leitores como representativas de um homoerotismo específico e de uma cultura associada ao prazer. Os leitores elogiavam e parabenizavam pela publicação das fotos dos modelos, como, por exemplo, “As imagens são maravilhosas”, e solicitavam por imagens mais explícitas e ousadas. Além disso, eles tratavam com cordialidade a revista e reconheciam que a versão portuguesa seguia o mesmo caminho da versão original francesa, com expressão da pederastia em seus conteúdos. Em algumas cartas, observamos que os leitores citavam autores famosos para embasar as próprias opiniões. Essas colaborações eram elogiadas e incentivadas pelo coordenador da Gaie France pelo enriquecimento doado à revista. As observações de quatro leitores a respeito da Gaie France estão transcritas a seguir:

Modelos de alto nível, assuntos interessantes e muito bem escritos, jovens na flor da idade, portadores de corpos belíssimos, só comparáveis a deuses mitológicos. Brasil (FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 78).

[...] Fiquei maravilhado com as belas fotos de nudez dos miúdos. São mesmo o tipo de rapazes que eu tanto sinto atração, continuem a publicar fotos de miúdos [...] Fazia falta uma revista deste gênero em Portugal. Confesso que fiquei bastante excitado assim que folhee a Revista. Os miúdos fizeram crescer água na boca. Setúbal (FONTE: Gaie France, n. 8, set./out., 1993, p. 50).

Escrevo-lhes para vos agradecer pela vossa coragem; por me terem mostrado que existem outras formas de amor [...] Segundo o vosso editorial, deduzo que partilham os mesmos princípios da Gaie France Magazine francesa (que pude adquirir recentemente em Paris). Afirmam-se apreciadores de uma determinada estética, procurando afastar-se do gênero de revistas, que se encontram nas *sexshops*. Quer queiram quer não, a vossa revista é o único meio de expressão da pederastia em Portugal. Suíça (FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 78).

As minhas saudações muito especiais para a Revista "Gaie France em Português" e todos os meios de sua difusão. Em minha opinião, esta revista é um sonho realizado para muitos dos portugueses, para aqueles que querem contemplar o belo, que cada vez vai sendo mais belo. Como diz Freud: "As

tendências recalçadas podem realizar-se pela sublimação", todavia os desejos de cada um podem ser concretizados. A Revista é de todos e para todos. As minhas felicitações, porque "a razão é a simples possibilidade de estabelecer relações". Lisboa (FONTE: Gaie France, n. 7, jun./jul., 1993, p. 61).

O público demonstrava a preocupação em elogiar a Gaie France como um meio de comunicação que fornecia informações precisas e de qualidade relacionadas aos conteúdos históricos e a questão da AIDS e lhe atribuía vários significados. Desse modo, após essa constatação, realizamos um mapeamento das avaliações dos leitores a respeito da revista. Para os leitores, a Gaie France era: informativa; educadora; moralizadora; amiga; estupenda; brilhante; excelente; revolucionária, um elo entre os *gays*; companheira; defensora dos interesses, valores e direitos dos *gays*; corajosa; atenciosa; sedutora; excitante; e prestadora de cultura. Duas cartas a seguir comprovam algumas interpretações acerca da Gaie France:

As fotografias são ótimas e de uma leitura acessível e cativante, nada tem de pornográfico, nada de obsceno. É uma revista que ensina, com ela aprende-se! Não é como essas revistas pornográficas que nada têm de belo. Simplesmente a acho estupenda! Continue com o seu trabalho que de certeza tem ajudado a muitos!!! Nordeste Transmontano (FONTE: Gaie France, n. 8, set./out., 1993, p. 50).

Belo esforço por moralizar (em todos os sentidos) a comunidade homossexual através de "melhores comportamentos". Porto (FONTE: Gaie France, n. 6, abril/maio, 1993, p. 78).

A revista divulgava a opinião de leitores a respeito das cartas de outros leitores. Em uma carta, um homem se diz preocupado por ter lido duas cartas de dois leitores, em uma edição anterior, reclamando da não publicação de fotos de homens mais velhos e desprovidos de roupas. Já em outra carta, um brasileiro defende as imagens registradas, exclusivamente de adolescentes, e solicita para que a Gaie France não mudasse esse tipo de abordagem. Havia espaço também para as críticas dos leitores. Vale lembrar que no início da análise, falamos da carta da edição de número 9, na qual o coordenador responde às críticas de leitores. A seguir, apresentamos trechos dessas cartas com acusações de que a revista era direcionada para pederastas e aliciadores de menores.

Foi com enorme decepção que folheei as páginas da revista que Vossas Excelências publicam. Mesmo sendo eu homossexual fiquei, de certa forma, desapontado com o conteúdo da Vossa revista. A Gaie France Magazine, pelo menos no número que me foi dado a conhecer (o nº 5), apresentava, no seu interior, cerca de vinte páginas de jovens nus. [...] O que acentuou a minha reação foi o fato de se poder ver, abertamente, que esses jovens eram menores, e que a Vossa revista estava, assim, a apelar à imagem do homossexual como

pederasta; isto é, o homossexual enquanto um indivíduo que alicia menores a práticas ilícitas. Aconselho que a Gaie France abandonasse o estatuto de revista que apoia. O homossexual dos dias de hoje passa por ser um sujeito entre tantos outros na sociedade em que se insere e não um indivíduo com uma imagem negativamente conotada de perversão mental. Coimbra (FONTE: Gaie France, n. 9, nov./dez., 1993, p. 65).

[...] concordo absolutamente: "os verdadeiros homossexuais raramente são atraídos por jovens adolescentes, e ainda menos por crianças." Aliás, sendo eu professor de liceu e homossexual, posso assegurar que os meus alunos não correm qualquer risco de serem meus objetos de desejo, pois apenas aprecio adultos como eu. Ora, seguindo a própria lógica [...] sou levado a colocar a seguinte questão: a Gaie France é uma revista para homossexuais? A minha resposta pessoal é de que não. A Gaie France não é uma revista para "verdadeiros homossexuais", mas sim para pederastas, ou seja, para apreciadores de adolescentes. Por quê? Em primeiro lugar, por causa da proliferação de fotografias de rapazes; em segundo lugar, por causa da insistência com que a temática da pederastia é abordada em todos os números da revista. Julgo que seria muito honesto, por parte da versão portuguesa da Gaie France Magazine, que fosse publicado um editorial onde fosse assumida a condição sui generis da revista, pois de outra forma, sereis facilmente acusados de vender gato por lebre. Ficaria muito grato, se esta carta fosse publicada. Lisboa (FONTE: Gaie France, n. 9, nov./dez., 1993, p. 65).

Diante disso e de tudo o que registramos na categoria Leitores, percebemos que a revista influenciava as produções de subjetividades de seus leitores e que havia pessoas que compravam a revista e não se identificavam com o tipo de abordagem.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gaie France (versão portuguesa) reúne características que demonstram e comprovam suas ambições sociais, científicas, políticas, memoriais, culturais e artísticas. A primeira delas é o seu caráter simbólico. A revista buscou construir, em todas as suas edições, representações sociais que possibilitassem uma comunicação social, trocas de informações, uma identificação com os seus leitores e, também, influenciá-los como deveriam se comportar. Esses signos forneciam um sistema de valores, de normas e práticas, interpretadas como elementos distintos, concretos, legitimados e contribuía para a construção de uma realidade partilhada entre os membros integrados na elaboração da revista e de seu público. Nesse sentido, as diferentes narrativas da Gaie France — as seções e, principalmente, as imagens desempenhavam um papel importantíssimo — trabalhavam com o intuito de transmitir uma mensagem positiva do mundo construído pela revista e, com isso, alcançar uma aproximação com os seus leitores e conquistar seus reais propósitos.

A segunda característica encontrada na Gaie France tem relação com uma forte preocupação em produzir conhecimentos e divulgá-los em várias seções. Vale recordar que os artigos científicos não foram analisados nesta pesquisa, porém não podemos deixar de registrar a ligação da revista com a ciência, sua segunda característica: a Gaie France era uma revista científica. A mídia servia como um meio de registro, de legitimação e de disseminação dos conhecimentos gerados pelos seus autores colaboracionistas para leigos, outros cientistas e para a sociedade de uma forma geral.

As terceira e quarta características da Gaie France dizem respeito ao seu público-alvo e à sua plataforma política. A revista era dirigida para pederastas e pedófilos e estava ligada à participação em movimentos sociais. A publicação era uma das associações inseridas no movimento de ativismo pedófilo e neste desempenhava um papel militante. Seus conteúdos eram atravessados pelo discurso da militância e as reivindicações do movimento social marcaram presença na Gaie France. A revista buscou, por meio das suas narrativas — nas seções e imagens —, a comunicação, o encontro e a retirada de outros pederastas e pedófilos da clandestinidade. Seus conteúdos visavam discutir as questões pertinentes de acordo com os seus interesses e, conseqüentemente, obter liberdade de expressão, mais visibilidade na sociedade, direitos sociais e políticos. A Gaie France tentou a todo custo a naturalização e a descriminalização da pedofilia e o recrutamento de novos membros para a sua causa política.

A quinta característica da Gaie France era a sua grande capacidade de adaptação em outros movimentos sociais. A revista tinha uma preocupação de discutir questões referentes aos *gays* no Brasil e no Mundo. Assim, a Gaie France defendia os interesses do movimento *gay*. Dizemos movimento *gay* porque, no período de circulação da revista, no início da década de 1990, não havia o conceito LGBT, e a Gaie France restringia o movimento apenas aos *gays*. Entretanto, essa atitude não passava de uma estratégia para escapar das pressões e críticas sociais. Na verdade, a Gaie France estava interessada em defender os interesses do movimento de ativismo pedófilo. É importante lembrar que os dois movimentos sociais são diferentes e com objetivos diferentes. O movimento *gay* — e suas publicações analisadas na primeira seção — buscava visibilidade, direitos civis e a criminalização da homofobia, objetivando uma vida melhor e mais digna de sujeitos, histórica e socialmente discriminados, cuja orientação sexual já foi comprovada pela ciência como uma orientação sexual normal e não mais como uma doença. Enquanto o movimento de ativismo pedófilo defende uma prática sexual que transita no campo do patológico e da ilegalidade. Nessa estratégia, encontramos as sexta e sétima características: a Gaie France era informativa e preventiva. A revista dedicou várias seções e páginas inteiras com informações claras, diretas e precisas a respeito do movimento *gay* e de como enfraquecer o vírus HIV, desfazer mitos sobre a doença e orientações e campanhas sobre a importância de usar o preservativo nas relações sexuais. Diante disso, podemos dizer a Gaie France também era direcionada aos *gays* que não eram atraídos por menores. Havia cartas de leitores que não concordavam com o tipo de abordagem na revista.

A Gaie France, tanto a versão francesa como a portuguesa, encerrou a sua trajetória no ano de 1993. Frente a esse fato, podemos sugerir que os motivos que contribuíram pra o termino da revista estão relacionados às suas narrativas em defesa da pedofilia, aos novos contextos mundiais, às mudanças de concepções em relação aos menores e à própria situação da revista no mercado editorial.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, em tempos de redemocratização, as crianças e os adolescentes deixaram de ser um assunto alheio ou indiferente na sociedade e passaram a ser vistos como seres imaturos e vulneráveis. Esse fato levou a criação de leis mais rígidas defendendo os menores na comunidade internacional e no Brasil e, conseqüentemente, fortaleceu a vigilância e a perseguição aos pedófilos, principalmente, contra as organizações que lucram vendendo pornografia infantil. Ademais, a afirmação de que qualquer contato sexual entre um adulto e um menor de idade causa danos

físicos e psicológicos, graves e duradouros, tornou-se uma evidência aceita mundialmente. A reprovação contra o abuso sexual de um menor, que perde a condição de tabu, cresce fortemente. Ao mesmo tempo, cresceram muito de forma alarmante os casos de abusos sexuais e julgamentos pelos tribunais, não somente na França, Portugal e Brasil, mas no mundo todo. A pedofilia traduzida como um “amor por crianças” pelos ativistas pedófilos perde força e passa a ser associada, inevitavelmente, aos estupros infantis e à violência. Com isso, os pedófilos passam a enfrentar o estigma público e a desaprovação das sociedades, o que favoreceu também o recuo dos antigos apoiadores da pedofilia. Todos esses motivos favoreceram para o enfraquecimento do movimento de ativismo pedófilo. Além disso, o surgimento da AIDS, em 1983, engendrou o medo em vários campos da sexualidade e o retorno a certa concepção moral, prejudicando a emancipação dos pedófilos.

Assim, a prevenção e a luta contra a pedofilia tornou-se uma prioridade não só legislativa como também popular e para outros grupos sociais. É importante registrar que este processo de marginalização foi aderido também no movimento *gay*. A própria *International Lesbian and Gay Association* (ILGA) decidiu excluir grupos pedófilos militantes: os americanos da *NAMBLA*, o holandês *MARTIJN* e o alemão *Verein Für Sexuelle Gleichberechtigung*, em português, *Associação para a Igualdade Sexual*.

Nesse novo cenário, outros elementos podem ter contribuído para o fechamento da *Gaie France*. Vale explicar que o seu projeto editorial era constantemente avaliado e atualizado. Isso pode ser comprovado pelo número variado de seções, ao longo de suas edições. Então, a falta de foco não foi um problema decisivo no fechamento da *Gaie France*. A equipe editorial tinha a missão clara e precisa para atender as necessidades do seu público. Mas por outro lado, a própria *Gaie France* registrou em suas páginas alguns problemas que prejudicavam o prosseguimento da revista: problemas financeiros, a crise econômica, a inflação, o aumento do preço do papel e a concorrência com outras revistas. A falta de anunciantes de marcas importantes era também um problema na vida da *Gaie France*. Constatamos em todas as edições anúncios de encontros afetivos e sexuais, na seção *Mala Posta*, na qual os leitores pagavam pelas publicações, e pequenos anúncios de vendas de vídeos eróticos e álbuns de fotografias. Não havia anúncios de marcas ou produtos famosos que pudessem patrocinar a revista, e o mercado publicitário LGBT somente ganhou destaque social na segunda metade da década de 1990. Sabemos que a vendagem de uma revista e assinaturas não garantem a sobrevivência desse tipo de mídia. Outro fator que não podemos esquecer é a intenção da revista em atingir públicos enormes e difíceis de diferenciar: *gays*,

pederastas, pedófilos em vários países. Isso, certamente, torna-se um perigo para uma revista que tem como essência o contato com pequenos grupos.

Mesmo com esses contratempos, é indiscutível que a Gaie France tinha uma formatação bem delimitada e traçada. Desde o início até a última edição, a revista defendia um padrão de beleza, uma estética e suas imagens desempenhavam um papel fundamental nisso. Essas glorificavam a juventude. Sabemos que essa etapa da vida é efêmera e, por isso, era de extrema relevância registrá-la. Os corpos dos jovens nus não eram apenas objetos de desejos. Eram também elementos sagrados e que não deviam ser escondidos. Os corpos dos jovens ajudavam na constituição de memória. Eles eram associados às estátuas gregas e a lugares de memória que pudessem reaparecer o culto à beleza. É importante salientar que a Gaie France realizava uma filtragem rigorosa com o intuito de selecionar os modelos da revista. Essa filtragem tinha como base elementos, como raça, silhueta, idade e virilidade. Somente entrava na Gaie France um grupo selecionado. Dessa forma, ao escolher por certo padrão de beleza e de corpo, jovem, branco, magro, quase sem pelos, a mídia silenciava e discriminava outros tipos de corpos, como negros, idosos, peludos e gordos, reforçando a crença que fora desse padrão não havia outra possibilidade de existência social. Além do mais, pessoas acima de 30 anos não eram consideradas modelos nas fotografias.

Com essas informações, encontramos as oitava e nona características: a Gaie France era apelativa e erótica. Os recursos visuais de crianças e adolescentes foram considerados referenciais importantes e utilizados na busca de uma identificação com os seus leitores. Eram instrumentos que possibilitavam a transmissão de mensagens. A nudez dos jovens era uma linguagem que a Gaie France utilizava para atingir o seu público. De forma apelativa, a revista utilizava as imagens de jovens nus com o intuito de seduzir os seus leitores e explorar seus desejos para obter vantagens, como a compra das edições e conquistar adeptos aos seus ideais. Dessa maneira, como um verdadeiro culto à estética do corpo masculino e jovem, a Gaie France unia juventude e homoerotismo. A revista fazia do desejo homoerótico uma peça importante para as suas ambições, valorizando um homoerotismo não com adultos, mas sim com crianças e adolescentes. Para a revista, os menores eram sexualmente atraentes. Os fotógrafos participavam ativamente na construção das imagens e projetavam nelas as próprias expectativas e fantasias. Esses profissionais indicavam as poses dos menores que agradavam a si próprios e que acreditavam ser também do gosto de seu público. E levando em consideração as distinções mais usuais no meio social, podemos dizer que a Gaie France era uma revista erótica. Apesar de ser produzida com o objetivo de comercialização e consumo, o

seu conteúdo não era “grosseiro” e “vulgar” e nem o sexo era explícito. No entanto, esse erotismo tinha origem em impulsos sexuais e no sexo.

As décimas e décimas primeiras características têm a ver com a sua matriz, a Gaie France Magazine (versão francesa), que serviu de base e de inspiração para versões em outros países e com o seu fundador, Michel Caignet. A Gaie France Magazine, versão francesa, era ligada a extrema-direita da França e ao neonazismo e essas concepções eram reproduzidas na versão portuguesa. Sabemos que na extrema-direita há uma ampliação do sexismo, do racismo, do nacionalismo, da dominação de classes e da radicalização de ideias e mitos. Com essa mesma perspectiva, o nazismo foi muito mais além. O movimento nacional-socialista alemão, fundado e liderado por Adolph Hitler, defendia a “superioridade da raça branca”, a substituição do cristianismo pelo paganismo e a propagação do ódio e da intolerância contra judeus, *gays* e outras minorias sociais.

Feitas essas considerações, cabe esclarecer que a realidade pode ser bem mais complexa do que poderíamos imaginar. O nazismo não foi extinto pela raiz, e o tempo não foi capaz de apagar os sentimentos de ódio. A História apresenta de uma forma categórica os nazistas e os *gays* como inimigos irreduzíveis, em lados opostos durante o período do holocausto e, afirma ainda, que o Terceiro Reich eliminou muitos homossexuais. Entretanto, isso não impede que *gays*, décadas depois do surgimento do nazismo, encontrem uma coerência na extrema-direita e no nazismo. Os homossexuais, mesmo sabendo que muitas pessoas com a mesma orientação sexual foram perseguidas e mortas, aderem (ou serve de inspiração) a um movimento que os oprimiu no passado.

Um bom exemplo disso é o fundador da revista Gaie France, Michael Caignet. Convém ressaltar que o jornalista e editor francês é nacional-socialista, homossexual e antisemita assumido e, quando na sua juventude, era membro da Fédération d'Action Nationale et Européenne (FANE), um grupo pequeno, de extrema direita francesa, abertamente afiliado à política atual do neonazismo. Caignet foi também tradutor de textos neonazistas alemães para a língua francesa e sempre demonstrou ser adepto de ritos pagãos e luciferianismo e radicalmente contra o cristianismo.

Vemos que Hitler morreu como figura, mas não como ideia. Suas ideologias servem de inspirações a outros grupos sociais. Em se tratando da Gaie France, um grupo de homossexuais neonazistas encontrou uma coerência dentro do movimento de extrema direita na França e se multiplicou para outros países, mostrando habilidades de adaptação e as complexidades da extrema direita. O movimento tentava reunir homossexuais na extrema

direita com base em uma “concordância”, pelo senso de “comunidade”, entre os valores do nacionalismo, naturalismo, em defesa de uma “cultura *gay*” e do culto a beleza, a um ideal masculino (jovem e viril) ilustrado por jovens vestidos de escoteiros e da juventude hitleriana, primando pela superioridade da raça branca e buscando perpetuar suas origens, cultura, pensamentos e ideologias.

A ideia era construir uma concepção da homossexualidade vista da direita. Desse modo, as leis naturais, cujo objetivo é a sobrevivência das espécies e vitória do mais forte, estavam enraizadas na cultura e a ordem natural só podia ser transmitida através de uma legislação social e com uma política adequada. O “natural” era o critério do julgamento de um fenômeno humano e possuía uma função útil, a sobrevivência da espécie ou da comunidade. A extrema-direita tem relação com a vida cotidiana de nossas sociedades, com ideologias, com a história, com o passado e a memória, cuja constituição em si torna-se um problema, cujas referências estão sempre presentes nos conflitos atuais.

Chamamos atenção para algumas semelhanças e diferenças entre o nazismo e a revista *Gaie France*. Esta última integrada ao neonazismo e ao movimento de ativismo pedófilo. O senso de identidade nacional alemã nazista era baseado na história. Mais uma semelhança: os nazistas queriam criar uma forma de identidade nacional e, para isso, selecionavam fatos gloriosos do passado alemão que se encaixava numa doutrina específica. Da mesma forma, a *Gaie France* descrevia uma antiga era de ouro dominada pelos pederastas e pedófilos. O seu objetivo era resgatar essa era de ouro por meio da cultura e da história. Estas ganhavam muito destaque em variadas formas: imagens, reproduções de pinturas, cinema, teatro e literatura. Com o mesmo discurso radical, mas com uma finalidade diferente, a *Gaie France* defendia a relação sexual entre adultos e menores. Vimos que a pederastia e a pedofilia não foram temas considerados errados em todos os tempos e lugares. Aqui, encontramos a décima segunda característica da *Gaie France*: o seu aspecto memorial. A revista voltava no passado, selecionava os fatos, readaptava os assuntos de acordo com os seus interesses para dizer que a pederastia e a pedofilia eram normais e que o adulto mantinha relações sexuais com crianças e adolescentes há muito tempo e que continuaria ser desta forma no presente e no futuro.

Os adeptos de Hitler se autoproclamavam “libertadores”, “defensores do seu país”. Uma forma de maquiagem a origem de seus ideais e ter a possibilidade de atrair mais membros. Igualmente, a *Gaie France* e o movimento de ativismo pedófilo se nomeavam os “defensores das crianças”. Além disso, os nazistas acreditavam que eram descendentes de uma raça distinta e superior, a raça ariana. Com o mesmo pensamento, a *Gaie France* queria demonstrar

que possuíam ligações por vínculos raciais, linguísticos e históricos com outros povos antigos e acreditava que isso permitia reivindicar direitos. Para tanto, a revista selecionava, registrava, propagava e conservava os fatos históricos de vários períodos do passado, mas, principalmente, referentes à Grécia antiga, com o intuito de constituir uma memória de pederastas e pedófilos. Havia, assim, uma preocupação com as vidas das pessoas do presente, como também, com o porvir, com o futuro dos iguais. A constituição da memória era uma forma de manter o passado vivo, de lutar contra o esquecimento e de reivindicar direitos.

O fato é que a Gaie France sentia a falta de elementos representativos de destaque na História que pudessem servir de referências em situações no presente e no futuro aos pederastas e pedófilos e também situá-los no tempo e no espaço. Para a revista, essa ausência prejudicava o entendimento da própria sociedade.

A Gaie France sabia que a ausência possuía muitos significados. Por essa razão, as segregações e esquecimentos faziam parte da constituição da memória na revista. A Gaie France tinha um discurso de inclusão, mas na verdade ela excluía outros segmentos da sociedade. Como os nazistas, a Gaie France discriminava aqueles que não eram adequados: cristãos, judeus, negros. A mídia culpava a sociedade e suas Leis e o moralismo cristão pela perda de direitos e, por isso, a sociedade e o cristianismo eram vistos como verdadeiros inimigos. As mulheres também eram segregadas na revista. Isso é antagônico com as ideias nazistas, porque o regime de Hitler buscava mobilizar as massas e, portanto, também as mulheres, em bases específicas. As segregações abrangiam também a homossexualidade feminina, homens afeminados, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Somado a isso, a Gaie France esquecia e não dava importância, baseada em seus próprios valores sociais e morais, todas as consequências e traumas na vida de crianças e adolescentes causados pelo abuso sexual, incluindo estupros e assassinatos. A revista buscava retirar as páginas dos livros de literatura que comprovam estes fatos e colar páginas novas nos lugares das antigas.

A memória foi o principal instrumento de luta da Gaie France em defesa dos valores tradicionais, para reivindicar direitos e como meio de representação do público pederasta e pedófilo. Uma postura conservadora que desafiava as ideologias dominantes. A revista praticava uma militância que não se limitava de falar da pederastia e da pedofilia. A Gaie France ocupava o espaço público e, simultaneamente, apresentava um tipo de expressão de uma forma mais ampla, com um olhar para o mundo ou de uma “relação com o mundo”. Era uma memória que atravessava fronteiras e alcançava outras nações.

Isto é muito preocupante porque a Gaie France buscava disseminar valores e normas, defender o prazer e a liberdade sexual com crianças e adolescentes, lutar pela descriminalização da pedofilia e pela visibilidade das reivindicações do movimento de ativismo pedófilo, na década de 1990, em um meio de comunicação com grandes proporções de alcance a muitos leitores, de forma organizada e com narrativas bem estruturadas. A revista buscava referências positivas no passado para dizer que a pedofilia não era um problema, que não existia transtorno e que os pedófilos não eram maldosos, perversos e violentos, mas sim benfeitores para os menores. Já estes eram considerados cooperados nas relações sexuais e sem nenhum trauma. Ademais, a revista entrava em contato com a intimidade dos leitores e influenciava a subjetividade deles, possibilitando o recrutamento de novos membros capazes de aderir aos movimentos sociais, aos quais a Gaie France fazia parte.

Com esta dissertação, foi possível conhecer e discutir as subjetividades produzidas pelos responsáveis em elaborar a mídia e por seus leitores. A revista Gaie France acabou há 25 anos. No entanto, na atualidade, outras associações do movimento de ativismo pedófilo continuam reivindicando direitos, e os dados aqui encontrados nos permitiram conhecer os sistemas de crenças, as motivações e as formas como essas pessoas pensam. A partir disso, podemos discutir a pedofilia de uma forma mais ampla e buscar maneiras mais eficazes de identificá-la e preveni-la, favorecendo a proteção e bem-estar de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. P. 27-37.
- ANDRADE, P. H. Teoria da espiral do silêncio: A Mordaza Invisível da Autocensura e as Limitações à Diversidade e ao Pluralismo de Ideias. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008.
- ANDRESEN, S. de M. B. *O Nu na Antiguidade Clássica*, 3ª ed., Lisboa: Editorial Caminho, 1992 (1ª ed., 1975).
- BAVAGNOLI, C. Um Breve Olhar Sobre A Erotização na Arte e na Publicidade Brasileira. *VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*. Brasília, 2006.
- BERNARD, F. The Dutch Paedophile Emancipation Movement. *Paidika: The Journal of Paedophilia*. Vol. I, n. 2, pp. 35-45, 1987.
- BRANCO, L. C. *O que é erotismo*. São Paulo, Brasiliense, 2004.
- BREIER, R. Aspectos penais. In: TRINDADE, J.; _____. *Pedofilia: aspectos psicológicos e penais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marquês da Cunha. 1ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAMARGO, F. C.; HOFF, T. M. C. *Erotismo e Mídia*. São Paulo: Expressão e Arte, 2002.
- CAÑO, J. *Revistas*. Una historia de amor y un decálogo. Editorial Eresma & Celeste Ediciones, 1999.
- CARIZZI, C. M. P. et al. Pedofilia, sociedade e Poder Legislativo. *Diritt.It*, Itália, 2011.
- COELHO, L. da S; ALENCAR, M. O. de. Dos movimentos sociais a mídia alternativa: discutindo a representação do gay no jornal Lampião da Esquina (1978). *III Encontro Nordeste de História da Mídia*. Repressão e Resistência na Mídia. Faculdade Estácio de São Luís/Maranhão, maio de 2014.
- COSTA, J. F. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- DALMASSO, E. I. A Convenção sobre os Direitos da Criança e o princípio reitor do interesse maior da criança. *Novos Estudos Jurídicos*, v. 9, n. 2, p. 451-460, maio/ago., 2004.
- DEBARY, O. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.3, ago-nov., 2010.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUBOST, M. *La tentation pornographique: Réflexions sur la visibilité de l'intime*. Paris: Ellipses, 2006.

DURKHEIM, E. Representaciones individuales y representaciones sociales. In: _____. *Sociología y filosofía*. Granada: Editorial Comares, 2006. P. 1-34.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua Portuguesa*. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 4ª ed. – Curitiba. Ed. Positivo, 2009.

FLICK, U. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Tradução Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenada por Uwe Flick). Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. *O corpo utópico, As heterotopias*. Posfácio de Daniel Defert; Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo. 5ª ed. Loyola, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. *História da sexualidade 2; o uso dos prazeres*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FRANCO, N. *A diversidade entra na escola: Histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FRANÇA, T. A. *Memória, constituição e discursivização de G Magazine: a homofobia, o assumir-se gay e a militância*. Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2010.

FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901 – 1905)*; Tradução Paulo César de Souza. v. 6, 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GILL, S.; GOODSON, I. Métodos de História de vida e narrativa. In: SOMEKH, B.; LEWIN C. (Orgs). *Teoria e métodos de pesquisa social*. Tradução Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 32ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. P. 79-108.

GONÇALVES, G. O. Voz da diversidade: os discursos da imprensa *gay* masculina no Brasil. *Revista Alterjor*. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Ano 1, V. 2, ed. 2, Julho-Dezembro de 2010.

_____; SANTORO, A. C. T. Voz da diversidade: os discursos da mídia brasileira especializada na temática *gay*. *VII Jornada de Iniciação Científica*, 2011.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: *Por que memória social?* GEIGER, A. [et al.]; DODEBEI, V.; FARIAS, F. R. de; GONDAR, J. (Org.) — 1. ed. — Rio de Janeiro : Híbrida, 2016.

GREEN, J. N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de *gays*, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu* (15), 2000: P. 271-295.

_____; POLITO, R. *Frescos Trópicos*: Fontes sobre a homossexualidade no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GUARESCHI, P. Mídia e Democracia: O quarto versus o quinto poder. *Revista Debates*, 1(1), 2007. P. 6-25.

_____. Representações sociais: alguns comentários oportunos. In: NASCIMENTO-S. C. *Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social*. Florianópolis: Coletâneas da ANPEPP 10, 1996.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarríta; São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, L. *A invenção da pornografia*: obscenidade e as origens da modernidade 1500-1800. Tradução Carlos Szlak. 1ª ed. São Paulo: Hedra, 1999.

JAEGER, W. *Paideia*: a formação do homem grego. Tradução Artur M. Parreira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Ed.) *Les représentations sociales*. Sous la direction de Denise Jodelet. 5ª Édition. Paris, Press Universitaires de France, 1997, P. 47-78.

JOLY, M. *Introdução à Análise da Imagem*. Lisboa, Ed. 70, 2007.

JÚNIOR, P. R. S. M. A emergência histórica de um acontecimento: a Revista *Sui Generis* no debate historiográfico. *Revista a Barriguda*, Campina Grande 4 [2], mai-ago 2014. P. 105-117.

LARROSA, Jorge. Narrativa, identidad y desidentificación. In: _____. *La experiencia de la lectura*. Barcelona: Laertes, 1996. P. 461-482.

LE GOFF, J. Memória. In: _____. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE, M. P. F. R. O que é uma revista científica de qualidade? *Revista Femina*, v. 36, nº 12, dezembro, 2008.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2 ed; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MIRA, M. C. *O leitor e a banca de revistas – o caso da Editora Abril*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 1997.

MORAES, P. R. de.; et al. A teoria das representações sociais. *Direito em Foco*, 2014. P. 17-30.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTT, L. Cupido na sala de aula: pedofilia e pederastia no Brasil antigo. *Cad. Pesq.* São Paulo (69), p. 32-39, maio, 1989.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*. São Paulo. v.1, n. 3, 1996.

PARKER, R. *Abaixo do equador*. Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PEREIRA, M. C. de F. Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre aquele que violenta. *Cad. Psicanál-CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 25, p. 222-237, 2011.

PLATÃO. *O Banquete*. Tradução, introdução e notas de Anderson de Paula Borges. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. (Coleção Vozes de Bolso).

RODRIGUES, G. de O. *Corpos em evidência: uma perspectiva sobre os ensaios fotográficos de G Magazine*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.

RODRIGUES, H. *A pedofilia e suas narrativas*. Uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil. (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RODRIGUES, J. L. P.; FILHO, A. V. Os anúncios na imprensa gay do Brasil. *IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador: BA, 2008.

RODRIGUES, J. L. P. *Impressões de Identidade: Histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil*. Dissertação. Niterói: Universidade Federal Fluminense/Programa de Pós-graduação em Letras, 2007.

RODRIGUES, W. T. de S. A pedofilia como tipo específico na legislação penal brasileira. In: *Âmbito Jurídico*, XI, n. 59, Rio Grande, Nov., 2008.

SANTAELLA, L. *O que é Semiótica*. São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 2012.

SCALZO, M. *Jornalismo de revista*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2016. (Coleção Comunicação).

SILVA, D. D. B. da; CAEIRO, R. M. P. Homossexualidade e discurso: o espaço do sujeito “gay” em revistas da década de 60 à contemporaneidade. *VII SEAD. A Análise do Discurso e sua História: avanços e perspectivas*. Recife 13 a 16 out. 2015.

SILVA, F. R. da. *A representação de homossexuais nas revistas DOM e Júnior*. Universidade Federal de Campina Grande, 2010. Biblioteca on-line de ciências da comunicação.

SIMONEAU, A. S.; OLIVEIRA, D. C. de. Representações sociais e meios de comunicação: produção do conhecimento científico em periódicos brasileiros. *Psicologia e Saber Social*, 3(2), 2014. P. 281-300.

SOARES, A. S. F. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Tese (doutorado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, 2006.

SOUSA, L. N. de. *A pederastia em Atenas no período clássico: relendo as obras de Platão e Aristófanos*. (Dissertação em História). Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2008.

SPENCER, C. *Homossexualidade: uma história*. Tradução de Rubem Mauro Machado. Rio de Janeiro: Record, 1996.

STOLLER, J. R. *Observando a Imaginação Erótica*. Tradução de Raul Fiker e Marcia Epstein Fiker. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1998.

THEML, N. *Público e Privado na Grécia do VIIIº Ao IVº séc. a.C.: O Modelo Ateniense*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1988.

THOMSON, A. Reconstituindo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*. São Paulo, v.15, 1997. P. 51-84.

TÜRCKE, C. *Sociedade Excitada: Filosofia da Sensação*. Tradução Antonio Zuin. [et al.]. Campinas: Unicamp, 2010.

VERHOEVEN, S. F. M. Um olhar crítico sobre o ativismo pedófilo. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, Ano VIII, Nº 10 – Junho de 2007.

VRISSIMTZIS, N. *Amor, sexo & casamento na Grécia Antiga*. Um guia da vida privada dos gregos antigos. São Paulo: Odysseus, 2002.

WILLIAMS, L. C. de A. *Pedofilia: identificar e prevenir*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sociedade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WINCK, O. L. *Aventuras da Linguagem: Princípios da Narratologia Genettiana Aplicados à Obra de Jamil Snege*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

YOUNG, M. The indignant page: techniques of neutralization in the publications of pedophile organizations. *Child Abuse & Neglect*, V. IV, n. 12, p. 583-591, 1988.

ZANATTA, E. M. Documento e identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*. V.5/6, 1996-1997.

LEIS

A Convenção sobre os Direitos da Criança. Assembleia Geral nas Nações Unidas. Novembro de 1989.

BRASIL. [Leis, etc.] *Constituição Federal, Código Civil (2002/1916), Código de Processo Civil, Código Penal, Código de Processo Penal: legislação complementar fundamental* [organização, editoria jurídica da Editora; coordenador da revisão José Roberto Neves Amorim; equipe de revisão, Vanda Lúcia Cintra Amorim et al.] 3 ed. – Barueri, SP: Manole, 2004.

BRASIL. Leis e Decretos. *Estatuto da criança e do adolescente: Lei nº. 8.069, de 13/07/1990* – Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

BRASÍLIA. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Representação da UNESCO no Brasil, 1998.

ASSOCIAÇÕES PEDÓFILAS

Boylover. http://www.boylinks.net/basics_whatboylove.html Acesso em: 20/12/2017.

Christian Boy Love Forum. <https://www.cblf.org/> Acesso em: 20/12/2017.

Free Spirit. <https://fsco.freespirits.info/> Acesso em: 20/12/2017.

IPCE. <https://www.ipce.info/> Acesso em: 20/12/2017.

Nambla. <http://www.nambla.org/> Acesso em: 20/12/2017.

Virtuos Pedophiles. <http://virped.org/> Acesso em: 20/12/2017.